

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

ANGYE CÁSSIA NOIA

**POR UMA PERSPECTIVA ENDÓGENA DO TURISMO: avaliação, expectativas,
participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA**

ILHÉUS – BA
2008

ANGYE CÁSSIA NOIA

**POR UMA PERSPECTIVA ENDÓGENA DO TURISMO: avaliação, expectativas,
participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Cultura & Turismo, da Universidade
Estadual de Santa Cruz – UESC e
Universidade Federal da Bahia – UFBA,
como requisito à obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Ávila

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Moema M^a. B.
C. Midlej

ILHÉUS – BA

2008

N782

Noia, Angye Cássia.

Por uma perspectiva endógena do turismo: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus-BA / Angye Cássia Noia. – Ilhéus, Ba: UESC/UFBA, 2008.

104f. : il.

Orientador: Marco Aurélio Ávila.

Co-Orientadora: Moema M^a. B. C. Midlej.

Dissertação – Universidade Estadual de Santa Cruz/ Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Cultura e Turismo.

Inclui bibliografia e apêndice.

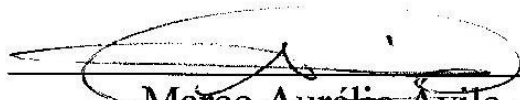
1. Turismo – Ilhéus (BA). 2. Turismo – Aspectos Sociais. 3. Cultura – Bahia. 4. Identidade. I. Título.

CDD 380.145

ANGYE CÁSSIA NOIA

**POR UMA PERSPECTIVA ENDÓGENA DO TURISMO: avaliação, expectativas,
participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA**

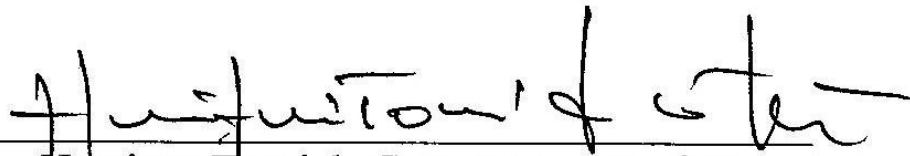
Ilhéus – BA, 04/01/2008.



**Marco Aurélio Ávila – Prof. Dr.
UESC-BA
(Orientador)**



**Moema Maria Badaró Cartibani Midlej – Prof.^a Dr.^a
UESC-BA**



**Henrique Tomé da Costa Mata – Prof. Dr.
UFBA-BA**

DEDICATÓRIA

À vida,
às barreiras,
à superação,
às conquistas...

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo apoio e compreensão.

A Deus, pela iluminação na transposição de cada obstáculo.

Ao meu orientador e co-orientadora, pelas críticas e pela amizade.

À Coordenação do Mestrado, pela dedicação e pelo profissionalismo.

A todos os professores, pelos ensinamentos e colaboração.

À equipe da Assessoria de Planejamento/UESC.

A todos os amigos, pelo incentivo.

POR UMA PERSPECTIVA ENDÓGENA DO TURISMO: avaliação, expectativas, participação e identidade de residentes da cidade de Ilhéus – BA

RESUMO

Essa pesquisa foi estruturada a partir da necessidade de uma perspectiva endógena do turismo desenvolvido na cidade de Ilhéus, objetivando apreender e analisar a percepção de residentes em relação a essa atividade, a fim de subsidiar os gestores públicos e privados para a minimização dos custos sociais e maximização dos impactos positivos a partir da identificação de interferências da atividade turística na dinâmica da comunidade local e como esses indivíduos percebem e se relacionam com a atividade. Fez-se uso da pesquisa interdisciplinar, qualitativa e quantitativa, e do método estatístico descritivo. Para a construção do referencial teórico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, teses, dissertações, artigos. A coleta de dados primários foi feita através da aplicação de 337 formulários em três áreas da cidade, Pontal, Centro e Malhado, por serem locais onde há um fluxo elevado de pessoas com diferentes perfis. Na sistematização dos dados, foi utilizado o Pacote Estatístico para Ciências Sociais – SPSS. A análise dos resultados foi norteada pela visão holística, pelo prisma social e por um diálogo reflexivo entre as temáticas do referencial teórico. Em linhas gerais, a população de Ilhéus espera o crescimento do turismo com distribuição dos benefícios; mas, não está preparada para lidar com os efeitos resultantes da atividade nem quer ter sua rotina alterada. Em função da própria imaturidade do turismo local, os gestores ainda possuem um cenário com poucos problemas a serem revertidos; porém, precisam informar e conscientizar a comunidade, investir na preparação do espaço, aprimorar os atrativos e as abordagens da cultura local.

Palavras-chave: cultura, identidade, turismo, participação, gestão.

**FOR AN ENDOGENOUS PERSPECTIVE OF THE TOURISM: evaluation,
expectations, participation and the identity of the residents of the city
of Ilhéus – BA**

ABSTRACT

That research was structured starting from the need of an endogenous perspective of the tourism developed in the city of Ilhéus, aiming to apprehend and to analyze the residents' perception in relation to that activity, in order to subsidize the public and private managers for the minimization of the social costs and maximization of the positive impacts starting from the identification of interferences of the tourist activity in the local community's dynamics and how those individuals notice and they link with the activity. It was made a interdisciplinary research, qualitative and quantitative, and of the descriptive statistical method. For the construction of the theoretical referencial the bibliographical research was used in secondary sources as books, thesis, dissertations, articles. The collection of primary informations was made through the application of 337 forms in three areas of the city, Pontal, Center and Malhado, for they be local where there is a high flow of people with different profiles. In the systemization of the iformations was used the Statistical Package for Social Sciences – SPSS. The analysis of the results was orientated by the holistic vision, for the social prism and for a reflexive dialogue among the themes of the theoretical referencial. In general lines, the population of Ilhéus wait the growth of the tourism with distribution of the benefits; but, it is not prepared to work with the resulting effects of the activity nor it's wants to have it's routine altered. In function of the own immaturity of the local tourism, the managers still possess a scenery with few problems to be reverted; however, they need to inform and to become aware the community, to invest in the preparation of the space, to perfect the attractions and the approaches of the local culture.

Keywords: culture, identity, tourism, participation, administration.

LISTA DE FIGURAS

1	Campo de gestão social ou gestão do desenvolvimento social.....	31
2	Localização de Ilhéus.....	33
3	Limites do município de Ilhéus.....	34
4	Número de respondentes e respectivos lugares de nascimento.....	50
5	Faixa de idade dos residentes.....	51
6	Nível de renda dos residentes.....	52
7	Perfil ocupacional dos residentes.....	53
8	Áreas de residência dos respondentes, Ilhéus-BA.....	55
9	Problemas gerados pelo turismo na ótica dos residentes.....	59
10	Interesse dos residentes em ampliar o nível de interação com os turistas....	67

LISTA DE TABELAS

1	Área residencial por número de respondentes, Ilhéus-BA, 2007.....	49
2	Nível de escolaridade dos participantes.....	52
3	Estado civil dos respondentes.....	54
4	Percepção dos benefícios do turismo na cidade de Ilhéus por faixa etária dos respondentes.....	57
5	Percepção da geração de benefícios pelo turismo em relação ao grau de escolaridade dos residentes.....	57
6	Geração de benefícios pelo turismo em relação à área de residência.....	58
7	Benefícios gerados pelo turismo na cidade de Ilhéus, na percepção dos residentes.....	58
8	Alterações na rotina dos residentes.....	61
9	Utilização de locais e equipamentos turísticos.....	62
10	Grau de satisfação dos residentes em relação ao turismo.....	63
11	Preferência de temáticas para o turismo na ótica dos residentes, Ilhéus-BA..	65
12	Preferência de tipologias do turismo na ótica dos residentes, Ilhéus-BA.....	66
13	Participação dos residentes em eventos, festas e manifestações culturais na cidade de Ilhéus.....	70
14	Responsabilidade dos residentes em relação ao turismo e suas conseqüências na cidade de Ilhéus.....	71
15	Conhecimento sobre a existência do Comtur/Ilhéus.....	72
16	Fatores limitantes à participação da população no desenvolvimento turístico local.....	73

SUMÁRIO

Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Lista de Figuras.....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO TURÍSTICA.....	8
2.1 Homem e espaço: cenário de construção cultural e identitária.....	8
2.2 Turismo: ótica local e gestão participativa.....	17
3 A CIDADE DE ILHÉUS: aspectos geográficos, político-econômicos e sócio-culturais.....	33
3.1 Aspectos geográficos.....	33
3.2 Aspectos político-econômicos.....	34
3.3 Aspectos sócio-culturais.....	40
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
4.1 Caracterização da pesquisa.....	43
4.2 Coleta e sistematização dos dados.....	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
5.1 Perfil dos residentes.....	50
5.2 Turismo em Ilhéus: avaliação e expectativas na ótica de residentes.....	56
5.3 Turismo local: identidade e participação dos residentes.....	68
5.4 Turismo, gestão e sociedade: reflexões e perspectivas.....	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	97
APÊNDICE.....	100

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização, o turismo tornou-se um recurso singular para o preenchimento das horas disponíveis para o lazer, bem como uma forma de relaxamento, de conhecer novos lugares, culturas e pessoas. Além disso, a expansão do turismo está relacionada ao avanço tecnológico nas comunicações e nos meios de difusão da informação, à urbanização, à diversidade de meios de transporte, especialmente a malha aeroviária que reduz significativamente o tempo de deslocamento, além da diversidade de motivações para o deslocamento.

Se, por um lado, a prática do turismo está incentivando o contato e a conservação do meio ambiente, por outro lado, está contribuindo com a valorização das culturas nacionais, regionais e locais que refletem os estilos de vida, as histórias e valores simbólicos da coletividade. Nesse sentido, o contato intercultural através do turismo contribui para reforçar o sentimento de alteridade, e os indivíduos passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros.

Assim, o imaginário sobre a cultura do outro, as identidades e suas hibridações são elementos que impulsionam o lado subjetivo da demanda turística. Contudo, a relação entre anfitriões e turistas nem sempre é harmônica, é comum a existência de tensão e/ou choque cultural devido à multiplicidade identitária dos indivíduos, construída por meio do contato com diversos ambientes, normas de conduta e experiências de vida. Essas divergências podem surgir com base em crenças, valores pessoais e familiares, hábitos, estilos de vida, formas de vestuário, de relacionamento, de utilização do espaço e do tempo, variação de preferências e gostos, bem como predisposição à interação com pessoas desconhecidas.

É necessário, portanto, conhecer os potenciais do espaço no qual a atividade turística é desenvolvida, as influências externas e os interesses da comunidade para que as interferências do turismo no ambiente possam ser sustentáveis,

acompanhando a dinâmica da sociedade a fim de multiplicar e distribuir os benefícios a toda comunidade. A necessidade de conhecer as percepções e os anseios dos residentes de um determinado local em relação à atividade turística se deve ao fato de que “em cada uma das comunidades¹ e regiões, as alianças sociais e sua expressão política são específicas, correspondentes às relações de poder local/regional, à história do território e à sua conjuntura econômica” (CASTELLS, 1999, p. 316).

Sob essa perspectiva, adequações no padrão de gestão e de planejamento podem auxiliar na redução da “formação de ilhas ou bolhas turísticas” (DIAS, 2006, p. 8); ou seja, a marginalização de grande parte da comunidade receptora em relação ao processo de produção, comercialização e usufruto da atividade turística. Ademais, os diversos casos de insucesso e os impactos negativos do turismo na sociedade, economia, natureza e na cultura têm despertado a preocupação dos gestores do setor público e privado, das ONGs e da comunidade com o futuro das localidades e com o tipo de turismo que se deseja desenvolver.

Nesse sentido, é preciso que o setor público desenvolva um planejamento de curto, médio e longo prazo capaz de determinar “medidas quantitativas que conduzirão à qualidade ideal do produto turístico, que interessa tanto à população residente quanto aos turistas” (RUSCHMANN, 1997, p. 163). Para isso, a gestão deve ter caráter participativo-democrático, a fim de incluir todos os agentes envolvidos na promoção do turismo local, levando em consideração as especificidades da formação histórica, a dinâmica do lugar, a necessidade de maturação e conscientização da comunidade local para o desenvolvimento de novas atividades econômicas.

O foco sobre a perspectiva local no desenvolvimento turístico já vem sendo enfatizado desde a Política Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criada em 1994 pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que vigorou até 2003, quando foi implantado o Programa de Regionalização do Turismo. Acompanhando as diretrizes nacionais, o Estado da Bahia desenvolveu o Plano Estratégico para o Turismo – 2003/2020, a fim de desenvolver, dinamizar e consolidar o turismo na Bahia, além de adotar como diretriz a participação de todos os agentes para a

¹ Comunidade está sendo compreendida “como um espaço de pertencimento e de identidade, onde grupos estejam compartilhando dos mesmos valores e hábitos, [...] onde grupos distintos convivem sobre os mesmos conflitos do cotidiano” (RANAURO, 2004, p. 23).

maximização de resultados, conforme visão da Secretaria da Cultura e Turismo (SCT) especificada no referido plano:

A Bahia será referência nacional de modelo de desenvolvimento turístico sustentável porque todos os agentes (governos, empresários, sociedade civil organizada e a população) estarão comprometidos com esse propósito e compartilhando os resultados alcançados, o que vai tornar a estada de cada visitante uma experiência única, exclusiva e enriquecedora (SCT, 2005, p. 66).

Essa estratégia de inclusão da comunidade no processo de valorização, planejamento, execução e usufruto da atividade turística é melhor discriminada na “Macroestratégia, Educação para o Turismo, e na Macroestratégia Integração” (SCT, 2005, p. 86-87). No entanto, essa área ainda necessita de pesquisas e procedimentos avançados para a qualificação da gestão e do planejamento e desenvolvimento do turismo nas localidades, através da premissa do “turismo solidário, preparando comunidades para as atividades de valorização do saber fazer, [...] para o uso dos componentes da paisagem, geração de trabalho e para motivar o aparecimento de empreendedores da comunidade” (XAVIER, 2007, p. 61).

Esse contexto reflete o paradigma atual dos gestores do turismo: a preocupação com o futuro do lugar, da sociedade e sua reprodução devido às influências negativas que o turismo provoca nos atrativos e no meio ambiente² que os contém. Segundo Xavier (2007, p. 59), uma fragilidade é o fato de que o turismo “muitas vezes é implementado em lugares habitados por pessoas de baixo nível social e econômico, prescindindo de informações sobre a atividade. São lugares carentes de projetos de extensão”.

O autor evidencia, ainda, que “diante dos poucos conhecimentos e informações sobre o fenômeno turístico, as pessoas absorvem a atividade, mas permanecem sem saber o que fazer” (XAVIER, 2007, p. 69). Krippendorf (2000) corrobora esse raciocínio ao ressaltar o descaso dos gestores em conhecer os interesses da comunidade local, pois o valor é direcionado aos desejos dos viajantes e promotores do turismo, fazendo com que as práticas adotadas divirjam da cultura e dinâmica local.

² Meio ambiente está sendo considerado em seu sentido amplo, abarcando a biosfera, os ecossistemas abióticos e bióticos inter-relacionados, nos quais a (des)caracterização da paisagem resulta da ação humana.

Esse problema é identificado não só em pequenas localidades com poucos recursos para pesquisa, investimentos no setor turístico e ausência de profissionalismo adequado, mas também em nível nacional. Segundo Rose (2002, p. 55),

na maioria das destinações turísticas, principalmente no Brasil, a atividade turística se desenvolveu de forma espontânea, sem uma opção, ou seja, não decidiram pelo turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, atividade propulsora da economia e geradora de recursos.

A espontaneidade é visível no caso do turismo que é desenvolvido na cidade de Ilhéus – BA. Reis (2003) elucida que o turismo foi desenvolvido num contexto de corrida imediatista em busca de uma outra atividade que gerasse renda para o município devido ao declínio da lavoura cacaueteira responsável pela dinâmica econômica e social do município. Segundo o autor, o turismo pode beneficiar a economia local e a sociedade, mas, está sendo sub-utilizado sem a gestão e normatizações adequadas para a atividade. Não há comunhão de princípios e perspectivas entre os agentes, desembocando na questão intrincada de constituição dos poderes³ locais, remetendo-se “às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas” (FISCHER, 2002, p. 13).

Fontes e Barroco (2003), Mira (2003) e Reis (2003) sustentam que o turismo em Ilhéus vem sendo desenvolvido sem o profissionalismo adequado. A discrepância entre o potencial turístico e seu uso efetivo reflete a pouca relevância da atividade no que se refere ao aprimoramento das condições econômicas locais, possibilidades de valorização cultural e da melhoria da qualidade de vida da sociedade ilheense. Deve-se considerar que a obtenção de resultados positivos com o turismo, no presente e no futuro, depende, dentre ações técnicas e organizacionais, de um maior conhecimento da realidade local. Maximiano (2006, p. 383) evidencia a indispensabilidade de compreender a cultura da sociedade uma

³ “O poder pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, quanto como a capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio, no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há uma dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação” (FISCHER, 2002, p. 14).

vez que esta “representa a ‘moldura’ através da qual os fatos, objetos e pessoas são interpretados e avaliados”.

Nessa perspectiva, Ilhéus apresenta um cenário complexo devido à rotina social, política e econômica da cidade, que foi ditada pelos coronéis do cacau durante décadas. Não fazia parte do cotidiano social a busca por interesses da coletividade, tampouco a cooperação entre os agentes. O coronelismo, originalmente de caráter separatista, gerou um distanciamento considerável entre dominantes e dominados, individualidade e falta de hospitalidade (AVENA, 2002; FONTES e BARROCO, 2003; MIRA, 2003). Pode-se dizer que os habitantes acostumaram-se à não-participação nas questões locais, já que não tinham poder de voz, de decisão e ação.

Esses argumentos referendam a necessidade de uma perspectiva endógena (relativa a fatores internos), para subsidiar os gestores, com vistas à minimização dos custos sociais, e maximização dos impactos positivos (COOPER, 2001) a partir da identificação de interferências da atividade turística na dinâmica da comunidade local (BANDUCCI JR.; BARRETO, 2001) e como esses indivíduos percebem e se relacionam com a atividade. Contudo, o cenário comum do desenvolvimento turístico é de práticas de gestão não-participativa, nas quais os residentes não têm poder de influência em questões que envolvem sua rotina e qualidade de vida (IRVING; MENDONÇA, 2003). Em geral, essa realidade é justificada pela despolitização, desarticulação, baixo nível educacional e analfabetismo funcional de grande parte da população local.

Independentemente dos fatores limitantes à participação e integração em níveis ideais, considera-se necessário e oportuno, devido à imaturidade na qual se encontra o turismo em Ilhéus, desenvolver estudos que tenham o caráter de aproximação desse público, a fim de captar olhares, informações e especificidades locais para que o turismo seja desenvolvido com diferencial, originalidade e em equilíbrio com os anseios da população. É fundamental, nesse processo, que a informação seja continuamente transferida para a população, para que a mesma possa atingir o conhecimento dos benefícios e prejuízos que a atividade turística pode gerar na cidade; pois, de acordo com Xavier (2007, p. 78),

ao cruzar o limiar do conhecimento, os indivíduos passam a ter consciência de seu envolvimento na atividade. O limiar do conhecimento é produto de três fatores principais: da personalidade, da experiência adquirida e da

adaptação ao turismo. Nessa etapa, as pessoas estão aptas ao desenvolvimento de uma conduta que possa conduzi-las a ações, enquanto os resultados podem levar à satisfação ou saturação com a atividade.

Diante desse contexto, optou-se, nessa pesquisa, por buscar respostas para os seguintes questionamentos: Como os residentes avaliam o turismo que é desenvolvido na cidade de Ilhéus? Estão satisfeitos com os resultados dessa atividade? Quais as expectativas em relação a esse segmento e quais são suas influências nesse espaço? Identificam algum tipo de transformação proveniente desse serviço? Como avaliam a interação com os turistas? Como analisam a participação e responsabilidade com o processo de desenvolvimento do turismo? A população se identifica com o turismo nos moldes atuais?

Assim, o objetivo geral estabelecido foi o de apreender e analisar a percepção dos residentes de Ilhéus em relação ao turismo que vem sendo desenvolvido na cidade a fim de auxiliar no aprimoramento da gestão local. Os objetivos específicos foram: a) traçar o perfil e identificar a avaliação e as expectativas dos residentes em relação ao turismo que é desenvolvido na cidade de Ilhéus; b) verificar se os habitantes se identificam com a abordagem dada ao turismo em Ilhéus e se participam do processo; e, c) apresentar subsídios que possam vir a auxiliar os setores público e privado no desenvolvimento da atividade turística, a fim de que sejam valorizados os interesses e a percepção da população local.

A essência dessa pesquisa foi referenciada no paradigma teórico vigente de integração dos residentes de uma localidade na discussão e execução de projetos turísticos, a exemplo de pesquisadores como Molina e Rodrigues (2001), Chevitarese e Mattos (2003), Dias (2003), Molina (2005) e Maximiano (2006). Dentre os estudos existentes que envolvem a população de Ilhéus, nenhum possui o caráter da presente proposta, o que a torna inédita.

Como a prática do turismo pressupõe o contato direto com a população, e o espaço é resultante das relações humanas, conhecer interesses e avaliações da população quanto a essa atividade é fundamental para aprimorar elementos como: a gestão, a qualidade dos produtos turísticos e serviços correlatos, a originalidade do destino, a hospitalidade, o respeito à identidade local, o diálogo, o gerenciamento de conflitos e a discussão crítica, reduzindo os impactos negativos do turismo no espaço, cultura e no cotidiano dos habitantes. Segundo Banducci e Barreto (2001, p. 37, *passim*), esse tipo de abordagem “aproxima-se da ‘plataforma do conhecimento’,

ao buscar ultrapassar o mero caráter de denúncia para proceder a uma análise mais ampla do fenômeno turístico, revelando inúmeras e intrincadas manifestações no seio da comunidade”. Além disso, Lemos (2005, p. 95) evidenciou que o turista “não quer só conhecer o local, mas também deseja saber um pouco mais sobre as pessoas e o seu modo de vida”, referendando a possibilidade de sensibilizar os residentes quanto à análise crítica da relação de causa e efeito entre o turismo e o espaço citadino, através de um processo de aproximação efetiva, conscientização e integração.

A pesquisa é justificada também por evidenciar a importância da valorização do local e das peculiaridades da comunidade como meio de desenvolver o turismo de maneira harmoniosa e em benefício da coletividade; reforçar a “essência da cultura: o estado de sujeito” (DEBENEST, 2006, [s.p.]); conscientizar quanto à indispensabilidade de integrar a população local ao desenvolvimento e à execução da atividade turística, uma vez que “nenhum indivíduo conhece totalmente o seu sistema cultural” (LARAIA, 1997, p. 88).

Além disso, justifica a incoerência de se trabalhar apenas com representantes de segmentos da sociedade civil organizada; amplia o leque de informações sobre a cidade e seus habitantes, para que a oferta de produtos culturais tenha “personalidade e imagem referenciada no local e seu povo” (BRANDT, 2006, [s.p.]); e integra o cabedal de trabalhos técnico-científicos sobre o turismo que é desenvolvido na cidade, a fim de contribuir com a profissionalização da gestão dessa atividade.

2 RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO TURÍSTICA

2.1 Homem e espaço: cenário de construção cultural e identitária

De acordo com Ratzel, citado por Corrêa (2001, p. 18), o espaço é a “base indispensável para a vida humana, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aquelas socialmente produzidas. Como tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem”. Corrêa (2001) complementa essa análise com a concepção de Lefébvre de que o espaço, sob o prisma social, expressa a perpetuação das relações sociais de produção.

Milton Santos (1997), influenciado por esse debate, desenvolveu o conceito de formação socioespacial, cujo mérito está na especificação teórica de que a sociedade se realiza no espaço e é a partir desta que se pode compreendê-lo. Afirma, ainda, que o espaço “se converte numa gama de especificações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto” (SANTOS, 1997, p. 19-20).

Ao considerar o ser humano como um dos componentes do espaço, tornou-se fundamental a compreensão do comportamento e das atitudes da população, necessidade identificada no final da década de 1950 e início de 1960, com o início dos estudos sobre a percepção⁴. De acordo com Tuan (1980), as atitudes humanas são norteadas por percepções e experiências sucessivas. Segundo Xavier (2007, p. 34),

⁴ Cabe ressaltar que a presente pesquisa objetivou captar elementos que se configuram como percepção da população ilheense em relação ao turismo que é desenvolvido na cidade. Entretanto, não foi objetivo da pesquisa a identificação dos fatores que influenciaram na construção da percepção captada. Da mesma forma, verificar se os residentes se identificam com o turismo foi considerado apenas como um dos indicadores para auxiliar na análise do turismo na ótica dos habitantes, guardando, assim, um distanciamento da configuração identitária atual da sociedade ilheense.

a percepção, ao se processar, além de permitir a interação do indivíduo com seu espaço, permite, também, que sejam elaboradas respostas apropriadas às mudanças e às incertezas que o espaço oferece, respostas estas que se evidenciam pela cognição e pela inteligência. Aqui, convém ressaltar que a experiência e a visão de mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois, o contato direto com o meio ambiente permite ao indivíduo construir seu espaço perceptivo.

Dessa forma, “a realidade percebida provoca percepções diferentes conforme muda o observador” (MAXIMIANO, 2006, p. 225). Moesch (2002) complementa as análises nesse campo, e diz que tudo o que é feito ou vivido pelo indivíduo ganha um significado, uma razão de ser. Por isso, defende que, além de identificar os significados, as ações, comportamentos, deve-se buscar entender os significantes, os porquês. O processo trilhado para compreender os sentidos e as interpretações dos indivíduos precisa ser diretamente vinculado aos contextos histórico e social. Dessa questão surgem duas possibilidades de ação: “(a) ‘alienar-se’ passivamente na corrente dominante, contribuindo para manter a situação estabelecida e a reprodução do passado, ou (b) afirmar-se criativamente ante o momento histórico, fundamentando sentidos próprios para a criação do novo” (MOESCH, 2002, p. 56).

De acordo com Corrêa (2001, p. 31-32), o espaço vivido traduz “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura”. Atendendo à ênfase dada à esfera local nessa pesquisa, torna-se propício afunilar a abrangência do conceito de espaço por meio do conceito de cidade. Segundo Carlos (1999, p. 26), a cidade é

um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura. [...] A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida.

Brandão (2006, p. 61) reforça essa concepção ao afirmar que “a cidade é o lugar doador de sentido à existência individual [...] onde o indivíduo se reconhece dentro de uma tradição, conquista uma identidade, e se constitui como um eu a dialogar com um outro”. Portanto, a exclusão de indivíduos ou grupos da dinâmica social contradiz a compreensão da cidade como o *locus* de construção da

humanidade, do cidadão, que para ser realizado, deve, “além de representar um papel, ajudar a criar o seu texto” (BRANDÃO, 2006, p. 62).

Dessa forma, pode-se argumentar que cada formação social tem sua dinâmica de relações combinada ao processo de construção identitária. Provém desse cenário a dificuldade de compatibilizar interesses divergentes dos diversos grupos sociais em função da “dialética dos contrários”⁵ (MOESCH, 2002, p. 58). Soma-se a isso, o que Le Goff (1990) chama de afloramento de fatos passados, através da memória, que impactam, no presente, as relações entre os indivíduos. A reconstrução da identidade através da memória coletiva envolve a escolha de eventos passados que mantenham algum tipo de conexão com o presente. Nesse sentido, “certos objetos e práticas merecem ser especialmente valorizados porque representam descobertas para o saber, inovações formais e sensíveis, ou acontecimentos fundadores da história de um povo” (CANCLINI, 2003b, p. 200). Assim, “a memória é solicitada e reestruturada sem cessar. Não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável” (MEMMI, citado por ROSENDAHL; CORRÊA, 1999, p. 180).

A complexidade no trato da identidade de um povo pode ser bem explicitada a partir da seguinte argumentação de Castells (1999, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esse materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

A identidade é, segundo Castells (1999, p. 22), “a fonte de significado⁶ e experiência de um povo”. Sua construção provém de variados atributos culturais inter-relacionados; o que, de certa forma, cria um cenário de tensão, pois, o indivíduo passa a confrontar-se, subjetivamente, com múltiplas identidades. Hall (1999) distinguiu, para o indivíduo, três concepções de identidade: a do sujeito do

⁵ “Termos contraditórios não são dialéticos, porque apenas se excluem, não permitindo a polarização política, não formando um todo dinâmico, de repulsa e necessidade. Termos contrários são dialéticos, pois constituem os componentes essenciais das totalidades históricas” (MOESCH, 2002, p. 58). Em situação contraditória, a comunicação turística não flui, sendo direcionada para o estado de repulsa entre os agentes envolvidos.

⁶ Castells (1999, p. 23) define “*significado*” como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator”.

iluminismo, baseada “numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior” (HALL, 1999, p. 10). A do sujeito sociológico que “ainda tem um núcleo que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 1999, p. 11).

A concepção do sujeito pós-moderno possui uma mobilidade identitária construída historicamente. Assim,

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (HALL, 1999, p. 13).

Essa variabilidade deve-se à instabilidade social determinada pela globalização, compreendida como um processo, no âmbito cultural, de reordenamento das diferenças e diversidades, em integração com a multiculturalidade (CANCLINI, 1999, p. 11). De acordo com Bhabha (1998, p. 63),

se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual as afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.

Portanto, as hibridações “levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. [...] Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 2003b, p. 348).

Segundo Giddens, citado por Hall (1999, p. 14), “nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”. Já nas sociedades modernas, as práticas sociais são reflexivas e estão em constante reformulação devido à inter-relação com outras culturas, gerando o que Hall chama de “desalojamento do sistema social”, que deixa de ser uno para ser múltiplo. Essa sociedade é marcada, portanto, pela diferença, fazendo com que a articulação social seja passível de tensões. Laclau, citado por Hall (1999, p. 17-18) argumenta que

o deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que chama de recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação.

Segundo Semprini (1999), o paradigma político do discurso da modernidade foi substituído pelo paradigma ético, característico da pós-modernidade. Semprini (1999, p. 163-164) enfatiza que o paradigma ético é desenvolvido com base no “recurso maciço ao direito como modelo de regulação das relações sociais e de simetria das relações interpessoais, [...] por viabilizar a coalizão entre as esferas pública e privada”. Nas entrelinhas desse discurso, existe a crença de que a “realidade é convencional, que o indivíduo participa de sua construção e que o conhecimento nada tem de objetivo ou definitivo, pois ele depende do poder e da história” (SEMPRINI, 1999, p. 166). Ou seja, os padrões sociais são dimensionados no tempo e no espaço.

Diante da constante transmutação de sentidos e significados sócio-culturais resultantes dos efeitos da globalização, Hall (1999) e Warnier (2000) sugerem que o termo identificação, que traz intrinsecamente a noção de processo, seja preferido em relação ao termo identidade, que reflete o sentido de algo pronto, acabado.⁷ Warnier (2000, p. 13) elucida essa proposta ao afirmar que

a identificação individual e coletiva pela cultura tem como corolário a produção de uma alteridade em relação aos grupos cuja cultura é diferente. O contato intercomunitário suscita as reações mais diversas: idealização do outro, atração pelo exótico, do belo selvagem, mas também o desprezo à incompreensão, à rejeição que podem desembocar na xenofobia (o ódio pelo estrangeiro) e na humilhação.

Hall (1999) explicita ainda dois conceitos importantes, desenvolvidos por Homi Bhabha, entre os quais as identidades gravitam, que é o de Tradição⁸, “tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” e o conceito de Tradução, no qual “as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da

⁷ Esse debate teórico não é necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa, mesmo porque, a identidade está sendo compreendida como um híbrido e não algo puro; ou seja, é construída a partir de uma série de acontecimentos, percepções, sentimentos e relações das mais diversas naturezas.

⁸ Tradição está sendo compreendida, também, como tudo aquilo “que do passado persiste no presente, onde ela é transmitida e permanece ativa e aceita por todos aqueles que a recebem e que, por sua vez, ao longo das gerações, a fazem passar” (POUILLON citado por WARNIER, 2000, p. 10).

diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou ‘puras’” (HALL, 1999, p. 87). Isso se deve ao fato de que “no meio, entre a incorporação ao global e a defesa do próprio, continuam produzindo-se sincretismos religiosos, mestiçagens étnicas e lingüísticas, formas combinadas de organização social e política” (CANCLINI, 2003a, p. 20). Burity (2005, p. 65), quanto à harmonização da pluralização das identidades, ressalta que “trata-se de uma questão de quanto tais atores aceitam a dívida simbólica para com o outro na constituição de suas próprias identidades e em que medida estão preparados para ‘administrar’ a diferença dentro de si mesmos”.

Transpondo o prisma identitário individual, tem-se que as identidades coletivas são construídas num contexto social, a partir de uma memória oficial⁹, dominante (POLLAK, 1989), cujo conteúdo simbólico resulta de relações de poder (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, alguns grupos são marginalizados e como forma de defesa cultivam memórias subterrâneas (suas referências enquanto indivíduo), além de reduzirem o seu engajamento em ações visando às melhorias para o espaço, caso não possuam um sentimento de pertença.

Seguindo esses parâmetros, Castells (1999) estabelece três segmentos identitários: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

- **Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.
- **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.
- **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24).

O processo de construção da identidade se dá através das relações sociais, de maneira reflexiva e dialógica, onde a distinção e o reconhecimento são alcançados frente à alteridade, em contextos de tensão ou de equilíbrio. Seu

⁹ A memória oficial ou coletiva é formada através de três pilares: “idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa” (LE GOFF, 1990, p. 431).

construto é referenciado no tempo e espaço social e simbólico, historicamente desenvolvidos (ROSENDAHL; CORRÊA, 1999).

Assim, pode-se dizer que o meio ambiente evolui como resultado do fazer humano, da cultura do povo. De acordo com Laraia (1997, p. 25), o conceito de cultura resultou de uma agregação feita por Edward Tylor, em 1871, do termo “germânico *Kultur*, utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade e da palavra francesa *Civilization* que se referia às realizações materiais de um povo”. O vocábulo cultura passou, então, a ser compreendido, sob o prisma etnográfico, como um “complexo que inclui conhecimentos, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1997, p. 25). O mesmo sentido é adotado por Leff (2000, p. 112), quando conceitua cultura como “um tecido de valores, de formações ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida, num contexto geográfico e num dado momento histórico”.

Como os valores de uma sociedade, grupo ou indivíduo são construídos historicamente, a partir de suas relações sócio-espaciais, alterar um valor sem o consentimento dos atores envolvidos pode desestabilizá-los, pois sua simbologia e dinâmica natural dão sentido à existência individual e grupal (ROSENDAHL; CORRÊA, 1999, p. 68). Isso se deve ao fato de ser a herança cultural o fator determinante no “modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais” (LARAIA, 1997, p. 70). De acordo com Santos (1999, p. 263), a adaptação social se dá em fases,

ultrapassando um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a idéia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida.

Portanto, o uso da cultura materializada deve perpassar por julgamentos de valor, pelo fato de um objeto ter “autonomia de existência, devido à sua existência

corpórea, mas não ter autonomia de significação [...], pois, o seu valor como dado social vem de sua existência relacional” (SANTOS, 1999, p. 124). Sob o respaldo dessa premissa, a utilização da cultura local pelo turismo como um recurso (YUDICE, 2005) de (re)significação e (re)estruturação pode contribuir com a formação identitária, ampliação do sentimento de pertença, perpetuação do patrimônio tangível e intangível, bem como do ambiente natural. Cabe a ressalva de que a má formatação do recurso cultural pode levar à autodestruição ao subestimar o valor da autenticidade em prol da lógica capitalista, o que retrata a complexidade da compreensão e usos da cultura.

Nesse sentido, a autenticidade, na utilização dos recursos culturais, não se refere à promoção estática de eventos passados, mas antes a uma abordagem que considere a dinâmica cultural. Essa evolução permanente se dá no nível interno de estruturação da cultura pela sociedade, e no externo, quando esta entra em contato com outras culturas, sendo que o ritmo das mudanças internas e externas variam.

No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase imperceptível [...]. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos, tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato. O segundo caso pode ser mais rápido e brusco. Mas, também, pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas (LARAIA, 1997, p. 100).

A identificação e compreensão dessas mudanças somadas à concepção de sustentabilidade cultural no processo de formatação de produtos turísticos contribui com a geração de resultados positivos mais estáveis. Segundo Viertler (1999, p. 20),

falar de “sustentabilidade cultural” [...] significa conferir uma conotação reificante a referenciais que não existem por si, enquanto realidades autônomas, mas que, para sua existência, dependem da vontade e da criatividade humanas que emergem apenas em circunstâncias sociais específicas transitórias no tempo e no espaço.

Menezes (2004) sugere como uma das formas de desenvolver a sustentabilidade cultural, a interpretação do patrimônio cultural, através de técnicas e estratégias que dêem significado e valor histórico, integrando-o à dinâmica social em vigor. A concepção de patrimônio cultural aqui adotada assume caráter amplo, pois

inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que

representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos. A mudança no referido conceito acompanha a mudança no conceito de história, ciência que durante séculos registrou apenas os grandes feitos políticos. [...] Nessa esteira, o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram os grandes reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade (BARRETO, 2000, p. 11).

“O que mantém em vida o patrimônio é o fato de os indivíduos da comunidade cultural recordarem e recriarem seu significado em cada período histórico” (ARIZPE; NALDA, 2003, p. 222). O significado de sua preservação ou conservação transcende “a possibilidade de seu uso econômico por meio do turismo. A preservação, nessa perspectiva, vincula-se à manutenção da memória, à conservação das tradições pela e para a população de determinada localidade” (PORTUGUEZ, 2004, p. 8).

Deve-se levar em consideração que, muitas vezes, a comunidade local é a responsável pela deterioração do patrimônio cultural, quando, na verdade, ela pode ser o melhor meio para auxiliar na preservação ou conservação¹⁰ do patrimônio coletivo. Para despertar essa responsabilidade, é fundamental desenvolver uma relação simbólica valorativa entre os habitantes e os bens culturais (ARIZPE; NALDA, 2003).

Dessa forma, trabalhar com o cotidiano local exige cautela, uma vez que as estruturas sociais não reagem automaticamente às inovações. Isso se deve à resistência ao primeiro contato com novidades. Esse processo se dá de uma maneira lenta e desigual, mesmo porque, numa comunidade, há diferentes indivíduos, com diferentes visões de mundo (ARMAND FRÉMONT citado por SANTOS, 1999). Durante esse processo, buscar “entender o que os moradores querem compartilhar e quais lugares especiais eles querem manter reservados, somente para o desfrute local” (PORTUGUEZ, 2004, p. 10) pode auxiliar na redução do risco de apatia em relação aos turistas e visitantes, configurando-se como um fator de suavização dos impactos negativos que o turismo causa na cidade e no cotidiano de seus habitantes.

¹⁰ Nesse caso, preservar “significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por alguma outra que possa lhe ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo ao dinamismo do processo cultural” (BARRETO, 2000, p. 15).

Além disso, Hopenhayn (2003) defende que a comunicação entre os atores, no tempo e no espaço, deve estar voltada, principalmente no âmbito escolar, para o aprendizado da prática cotidiana em uma sociedade multicultural, respeitando as diversidades e convivendo com as diferenças. “O aprendizado da diferença transforma-se, assim, em aprendizado da cidadania: aprender a pôr-se no lugar do outro e ver com os olhos do outro” (HOPENHAYN, 2003, p. 316). Dessa forma,

a educação para a comunicação multicultural é necessária não só porque caminhamos para sociedades cada vez mais complexas em termos de diferenciação de identidades, interesses, demandas, hábitos, preferências e habilidades. Também porque em sociedades complexas a coesão social dependerá, cada vez mais, da capacidade de “interlocutar” transversalmente, respeitar os interesses e as sensibilidades dos outros mediante o diálogo e a negociação em uma linguagem comum e abrir-se às diferentes cosmovisões no intercâmbio direto e midiático (HOPENHAYN, 2003, p. 330).

2.2 Turismo: ótica local e gestão participativa

As primeiras noções de participação na condução do desenvolvimento das cidades remonta aos tempos da Grécia antiga, com a criação da democracia. A democracia era a possibilidade do *demos* (povo camponês) exercer a cidadania. Nessa época, a cidadania estava diretamente relacionada à liberdade em relação ao senhorio; ou, ainda, quando os proprietários se tornavam livres em relação aos monarcas, na transição do feudalismo para o capitalismo.

Na Europa, especificamente na Inglaterra, foi difundida, em contraposição aos princípios gregos, a concepção de que a cidadania “seria reservada para os homens proprietários e deveria excluir não apenas as mulheres, mas também os homens que não tivessem com que viver por si só” (WOOD, 2003, p. 170), impedindo a participação política daqueles que dependessem do trabalho para sobreviver.

Assim, o centro de controle das massas foi transposto do senhorio para a propriedade. Enquanto na Grécia era reduzido o corpo cívico, na Europa, com o capitalismo liberal, era reduzido o poder de ação das massas que tiveram o direito de participação passivo, pois não tinham condições de efetivamente exercê-lo. Esse contexto levou à legitimação da representação política do povo por indivíduos

superiores (os proprietários), enfatizando a liberdade do indivíduo em relação ao Estado, liberdade econômica, a do liberalismo, naturalizando embates entre os mais variados grupos com capacidades diferentes de ação.

“O capitalismo tornou possível conceber uma ‘democracia formal’, uma maneira de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a ‘elite’ e a ‘multidão trabalhadora’ (WOOD, 2003, p. 184). Logo, a virtude cívica e a preocupação do indivíduo político com seu próprio espaço foram sendo reprimidas. Para alguns teóricos, a substituição da fórmula “Nós, o povo” pela fórmula da representação “Nós, o Estado” ampliou a noção de democracia enquanto participação política por permitir o estreitamento entre o povo e a esfera política, através do mecanismo da representação. O povo passou a ser concebido como um grupo desagregado representado por um Estado centralizador e ausente.

Hoje estamos completamente acostumados a definir democracia menos (ou quase nunca) em termos de governo pelo demos ou poder popular do que em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, proteção de uma esfera de privacidade, defesa do indivíduo e da sociedade civil contra o Estado, e coisas tais (WOOD, 2003, p. 199).

Apesar de a democracia moderna ser mais inclusiva (aboliu-se a escravidão, agregou as mulheres e os trabalhadores), ter ampliado o respeito à liberdade e aos direitos humanos, manteve o poder de ação das massas reduzido. Dessa forma, a maior parte da população continua sendo guiada como blocos humanos passivos ao crescimento/desenvolvimento econômico, perdendo a vez, a voz, a cidadania, num caminhar acrítico voltado para as necessidades elementares do ser humano. Passam a desconhecer a capacidade de ação e transformação. Não praticar a cidadania implica em estar “marginalizado ou excluído da vida social [...]”. A cidadania é construída a partir da capacidade de organização, participação e intervenção social. [...] É também construir novas relações e consciências (DHNET, 2007, [s.p.]).

Qual é a concepção de cidadão na atualidade? Esse conceito é construído no âmbito da esfera pública e pode ser compreendido a partir de duas correntes de discussão da cidadania. A primeira polariza a sociedade e o Estado, concebendo o cidadão como um trabalhador, produtor, consumidor, ou seja, indivíduos com os

mesmos direitos perante as leis de seu país. A segunda estrutura-se a partir da tradição, identidade e perpetuação da nação. Nesse sentido, o cidadão é aquele que está integrado aos valores e princípios sociais de uma determinada tradição ou em sintonia com a multiculturalidade (SANTOS, 2003). Os discursos acerca do que é ser cidadão e do que é cidadania revelam contradições, além de serem imprecisos.

Santos (1979) fala de uma cidadania “regulada” pelo Estado, caracterizada como um sistema de estratificação ocupacional, enquanto Demo (1990) fala numa cidadania de segunda categoria, “tutelada, concedida, tolerada”, que em vez de emancipatória é, na verdade, desmobilizadora. Afirmando que toda sociedade é estruturalmente marcada pela desigualdade social, a cidadania e a emancipação passam a ser entendidas como processo histórico de confronto entre iguais e desiguais (SANTOS, 2003, p. 48-49).

Como Santos (2003) descortina o “mito do cidadão” ao afirmar a condição social do homem apenas como “indivíduo”, a cidadania será, portanto, compreendida como a “habilidade com que cada sociedade maneja, administra a desigualdade social, e nisto ela é mais ou menos cidadã” (SANTOS, 2003, p. 49). Assim, à medida que o indivíduo se preocupa com os processos sociais em seu entorno e tenta, de alguma forma, interagir, melhorar, reivindicar, por exemplo, ou seja, estar-se-á identificando traços de cidadania. Ressalta-se, porém, “que não se confunda participação comunitária com a prática usual de substituição do Estado” (SANTOS, 2003, p. 51). É evidente, também, que a gradação de níveis educacionais e culturais influenciam na tomada de consciência e responsabilidade dos indivíduos em relação aos rumos dados ao espaço de sobrevivência. Por isso, “é importante compreender a dinâmica da formação sócio-político-econômico-cultural do povo, para entender as relações de dominação processadas e que contribuíram para a dependência” (SANTOS, 2003, p. 53).

Essa defesa do espaço por seus atores é, também, um resultado das tensões entre “um ideal democrático – governo responsável e do cidadão interessado nas questões públicas – e a fragmentação, apatia e a baixa informação de parcelas dos indivíduos e dos grupos sociais nas sociedades modernas” (TAPIA, 2006, p. 12). Há, ainda, os estigmas de suspeita, incriminação e culpa que limitam o chamamento de parte significativa da população à participação na gestão da sua cidade, distrito, bairro, rua etc. Sob esse prisma, as mazelas sociais são, também, conseqüências do desprezo à dignidade e capacidade humanas. De acordo com Santos (2003, p. 55),

o estilo de colonização que aqui se implantou, favorecendo a centralização político-administrativa, gerou a figura de um governo-pai, centrado num Estado-benfeitor, criando espaço para os líderes carismáticos, os regimes populistas e o autoritarismo. Como resultado, deixou algumas características que ainda persistem na sociedade brasileira como o paternalismo, o burocratismo, o corporativismo. Estabeleceu-se, assim, um estilo de fazer política baseado na pessoalidade, onde a lógica do favoritismo se impregnou com toda a carga de violência de que é capaz, onde se interpenetram o legal e o ilegal, o moral e o imoral, com acomodações de tipo casuístico, privilegiando sempre pequenos grupos.

Burity (2005) acompanha o mesmo raciocínio ao defender a tese de que no Brasil a exclusão social é um dos traços característicos do ordenamento social. Acrescenta que o aprofundamento (não a origem) desse contexto tem raízes no processo de modernização conservadora implantado no país no período militar, ampliando o endividamento do país, a pobreza devido à concentração de renda, somadas à repressão popular, gerando não só “exclusão material, mas também simbólica” (BURITY, 2005, p. 66). Fernandes e Bonfim (2005, p. 131) referendam essa realidade quando retomam a literatura clássica do pensamento social brasileiro para demonstrar que

a vida política no nível municipal sempre foi dotada de um caráter vertical de relações entre governantes e governados. [...] Mostra que o município brasileiro é totalmente destituído do caráter comunitário [...], a lógica do voto por meio do coronelismo, como mantenedora de uma estrutura atrasada de exercício de poder político, onde a base comunitária não se expressa de modo legítimo a defender interesses e/ou direitos capazes de ser negociados com os governos, mas apenas como massa que recebe favores imediatos em troca do voto.

Assim, na contramão do engajamento cívico – associativismo horizontal (TONELLA, 2006) e “deixado ao quase exclusivo jogo de mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 1998, p. 43). Citando Chauí, Alves (1996, p. 96) afirma que “no caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante”. Sendo anulados estímulos essenciais à participação como a “herança ou cultura política e as inovações nos modelos institucionais” (LUBAMBO; COÊLHO, 2005, p. 256), fica caracterizada uma trajetória de dependência e de tensão entre a sociedade civil e o governo, implicando na ampliação da cobrança por ações do governo, descrença e indiferença, ou ainda, a combinação de ambas as situações.

Segundo Lubambo e Coêlho (2005), alguns autores atribuem os fracassos em grande parte das iniciativas de participação a fatores culturais como autoritarismo, baixa capacidade de organização social, falta de informação e transparência das ações do setor público e resistência à própria participação, tanto por parte dos governantes quanto do restante da sociedade. Apesar dos entraves,

a questão é saber como garantir que os demais atores sociopolíticos, tradicionalmente excluídos pela ordem jurídico-política, participem efetivamente nesse processo, o que implica a discussão da conveniência da formação de pactos políticos e alianças e de uma compreensão muito mais profunda das possíveis implicações. Por mais que a Constituição de 1988 tenha avançado no sentido de abrir a porta para a idéia da participação direta, a ordem político-social vigente ainda não expressa a natureza dinâmica e coletiva do processo político (FERNANDES, 2006, p. 138-139).

Significa que sobrepor o autoritarismo em busca do aprofundamento democrático é uma tarefa complexa, recoberta por uma rede de ideologias. A partir de então, conforme Burity (2005), os elos entre o Estado e a sociedade civil foram estreitados.

Assim, a inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas, ouvindo-os, institucionalizando sua participação e legitimando parcialmente suas demandas, articulava-se à transferência a estes de responsabilidades públicas. “Fazer” passou a ser não só um índice de eficiência¹¹ e senso de iniciativa da sociedade – que não poderia mais “esperar pelo Estado” – como um ônus da prova para a factibilidade das propostas vindas da sociedade civil e mesmo uma condição para que esta fosse levada a sério. Quem “faz” sabe melhor, mostra que suas propostas funcionam, demonstra estar “atenado” com o mundo e merece mais atenção. Quem “não faz” é um crítico estéril, um imobilista, um atrasado (BURITY, 2005, p. 68-69).

Nesse sentido, o aprendizado social pode ser compreendido como “um processo de aquisição de competências e habilidades que permitem maior sucesso na obtenção dos objetivos das organizações e dos indivíduos que nelas atuam” (TAPIA, 2006, p. 19). Além disso, Chevitaese e Mattos (2003, p. 04) afirmam que “o turismo sustentável, socialmente responsável e compromissado com o desenvolvimento local, não pode prescindir de ter na ‘participação’ um indicativo ético fundamental”. Assim, a participação está sendo compreendida como

¹¹ Elaboração de produtos ou resultados obtidos através do melhor uso dos recursos disponíveis (MAXIMIANO, 2006). Ou ainda, “remete à avaliação para considerações de benefício e custo dos programas sociais” (MARINHO; FAÇANHA, 2001, [s.p.]). Segundo Valarelli (1999, [s.p.]), “diz respeito à boa utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) em relação às atividades e resultados atingidos”.

aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os artificiais, produzidos pela ação humana. [...] Inclui distribuição do poder, inclui possibilidade de decidir na construção não apenas do “como” ou do “com que” fazer, mas também do “o que” e do “para que” fazer (GANDIN, 2001, p. 88).

Trabalhar o turismo sob preceitos locais é uma tarefa complexa devido à extensão das inter-relações entre o turismo e os demais setores/atividades da economia, além do envolvimento (in)direto com um público diversificado. Fischer (2002, p. 14) apresenta uma compreensão ampla do que é o local, quando afirma que

a noção de “local” contém duas idéias complementares, em um sentido, e antagônicas em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião – podendo ainda ser indicado por outras designações que sugerem constância ou uma certa inércia – contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns.

Portanto, à medida que o turismo é difundido no espaço e seus impactos positivos ou negativos vão sendo percebidos pelos sujeitos locais, os valores destes em relação aos estrangeiros/turistas/visitantes podem progredir da euforia/ aceitação para a indiferença, irritação ou repulsa (DOXEY citado por COOPER *et al*, 2001). O cenário se torna ainda mais intrincado ao avaliar que “a visão dos técnicos que estudam o turismo nem sempre tem considerado a conduta e as atitudes dos moradores dos núcleos receptores” (XAVIER, 2007, p. 67). Entretanto, como o turismo deve beneficiar não só os turistas, compreendidos como “um grupo heterogêneo, com personalidades, demografias e experiências diferentes” (COOPER, 2001, p. 45), mas também a comunidade receptora (RUSCHMAN, 1997), a mensuração de indicadores enriquece o arcabouço informacional para o aprimoramento da condução das políticas públicas, do planejamento e da gestão dessa atividade.

É preciso também o estreitamento com os habitantes de cada espaço da cidade a fim de ampliar a percepção dos impactos gerados pela atividade turística no meio ambiente; pois, seja ele natural ou artificial, é o elemento fundamental para o acontecimento da prática do turismo e, como consequência, será inevitavelmente modificado. Como efeitos resultantes, pode-se falar dos impactos econômicos,

ambientais e sócio-culturais, positivos e negativos, tanto para os turistas como para os habitantes do local. Considera-se, então, que os habitantes têm capacidade para discriminar as alterações no ambiente e em sua cotidianidade por manterem contato direto e indireto com os turistas quando vendem mercadorias e serviços, quando compartilham espaços e equipamentos turísticos e quando realizam intercâmbio cultural.

É importante evidenciar que, quando são dadas condições para a população se expressar, torna-se mais factível a compreensão de suas atitudes em relação ao turismo, uma vez que as opiniões refletem os valores e a visão de mundo construída pelos indivíduos. Xavier (2007, p. 82) sugere que sejam feitos

estudos que possam levar a comunidade a observar, a identificar, a perceber e a valorizar a potencialidade dos lugares. Por meio da observação, da identificação, da percepção e da valorização, as pessoas podem identificar formas de trabalho. [...] Outra estratégia é levar a comunidade a fazer uso das potencialidades possíveis, criar formas de associativismo, cooperativismo ou da adoção de trabalho familiar. [...] Procura-se identificar estratégias que possam valorizar os lugares, apoiadas no turismo com bases locais, levando as pessoas a perceberem o valor de seus produtos, calcados no “saber-fazer” do artesanato, da culinária típica, das bebidas, do folclore ou do aproveitamento da paisagem local, bem como do atendimento ao cliente.

A expansão do contato com os habitantes poderia propiciar, por exemplo, ao turismo cultural, mais autenticidade, pois a agregação de valores estaria diretamente vinculada ao ‘sentido do lugar’. Esses valores funcionariam como um dos elementos norteadores da gestão e do planejamento turístico. Esse contexto exige, portanto, repensar a amplitude do turismo com a finalidade de a comunidade compreender as relações estabelecidas entre turistas e residentes.

Em contraposição, segundo Tyler e Guerrier (2001), durante longo período, a gestão e o planejamento estiveram subordinados ao modelo diretivo-autoritário da administração clássica, a impulsionista; desenvolvida de forma centralizadora pelo setor privado com a visão simplista de que o turismo proporciona sempre benefícios. A administração participativa ganhou força e espaço nas empresas, na década de 1960, a partir da pesquisa do americano Rensis Likert ao comparar o modelo tradicional de administração e o participativo, evidenciando os benefícios obtidos com o último modelo, de caráter orgânico (arranjo sistemático das partes de um conjunto, estrutura) e sustentado por princípios como a disciplina, a liderança e a autonomia.

Atualmente, há a defesa de uma combinação das abordagens impulsionista, econômica/industrial, física/espacial, comunitária e sustentável na construção dos planos turísticos locais, regionais ou nacionais com caráter descentralizado e de longo prazo, pelo fato do turismo se configurar numa “ampla gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para proporcionar uma experiência de viagem”, além de ser considerado uma “atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes” (COOPER et al., 2001, p. 41).

Moesch utiliza outros argumentos que explicitam a complexidade do turismo. Segundo ela, é um campo de “práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, em busca do prazer” (MOESCH, 2002, p. 134). Murphy (1985), citado por Tyler e Guerrier (2001, p. 23), argumenta que

a natureza diversificada da indústria turística tem se traduzido na dificuldade de definir e de conceituar o planejamento turístico, portanto, na extrema dificuldade de conseguir coordenar os vários elementos do produto turístico. Contudo, e de forma paradoxal, é essa natureza da indústria turística que torna o planejamento tão importante, em especial a maneira como as comunidades receptoras, a cultura e o modo de vida delas, bem como o meio ambiente, fazem parte do produto turístico.

A participação tem sido adotada, nesse contexto, como um paradigma nos modelos de administração das organizações (WOOD, 2003; MAXIMIANO, 2006) e, segundo Fischer (2002), na literatura sobre estruturas e estratégias organizacionais complexas em busca do que Follet, citado por Fischer (2002, p. 26), chama de “mentalidade cooperativa”, ao articular conceitos como: “poder, descentralização, integração, conflito e solução mútua de problemas, autoridade horizontal e grupos multifuncionais”.

Algumas ações, como a criação de Conselhos Municipais, Fóruns Estaduais e Orçamento Participativo, refletem avanços nesse campo, aprimorando a articulação de interesses e a integração sócio-político-institucional, mesmo que os efeitos ainda não sejam eficazes¹² e guardem elevado distanciamento das condições ideais (FERNANDES, 2006). Segundo Côrtes (2005), teóricos como Fiorina (1999), Pinto (2004), Skocpol (1999) são céticos em relação à qualidade da participação

¹² Quanto mais alto o grau de realização dos objetivos, maior a eficácia (MAXIMIANO, 2006).

desenvolvida em fóruns¹³ e conselhos, divergindo dos otimistas, Azevedo e Abranches (2002), Boschi (1999), Costa (1999), Evans (2003), Fung e Wright (2001), Santos e Avritzer (2002) e Schneider e Goldfrank (2002).

O primeiro grupo acredita que as discussões em fóruns não torna as políticas públicas mais eficientes ou democráticas, pois “só teriam acesso à participação os grupos sociais que dispõem de maiores recursos econômicos e de poder, os ‘excluídos’ continuariam à margem desses processos participativos” (CÔRTEZ, 2005, p. 14). Burity (2005, p. 72) levanta ainda a questão de que “para muitos representantes da sociedade civil, estar nos conselhos é uma forma de conseguir mais recursos para suas entidades e não uma forma de construir coletivamente o que seria o interesse público em cada área específica”. Menciona ainda que, geralmente, os membros dos conselhos não têm um nível adequado de capacitação para o papel que deveriam desempenhar. Santos e Avritzer (2002), citados por Côrtes (2005, p. 19), defendem ainda que “o êxito de experiências participativas estaria relacionado à capacidade dos atores sociais transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo”. Outro fator que influencia na qualidade da participação é, segundo Tonella (2006), a rotatividade dos conselheiros devido à acumulação de atividades, falta de tempo para cumprir todas elas, bem como pelo estabelecimento inadequado de horários para as reuniões.

O segundo grupo de teóricos defende que esses espaços colaboram para a democratização da gestão pública. Da mesma forma que Burity (2005, p. 74) evidencia fragilidades em todo o processo, também reconhece que enxergar os conselhos ou fóruns como “espaços públicos dialógicos parte da constatação da imensa dificuldade de explicitação dos interesses, do reconhecimento da existência e legitimidade do conflito e da troca de idéias como procedimentos para a tomada de decisão”. Essa dupla perspectiva de Burity (2005) o faz analisar os fatos sem radicalismos e ideologias extremistas. Por isso, defende que a unidirecionalidade limitaria as ações e os resultados em prol do aumento do nível de participação da comunidade. Como avanços, evidencia a formação de “redes de articulação social, introdução de novas temáticas, a crescente preocupação com questões de identidade coletiva e subjetividade” (BURITY, 2005, p. 76). Esses elementos estão

¹³ Nos fóruns, há a predominância da participação de representantes de interesses de grupos sociais organizados, apesar da abertura para a participação direta dos cidadãos.

sendo adotados não só como pilares paradigmáticos da concepção, mas, também, da execução e efeitos das políticas públicas.

Nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, onde o modelo democrático é o representativo, arraigado de padrões autoritários, clientelistas e reduzida capacidade associativa, os fóruns colaborariam para melhorar a governança, estreitando a segunda visão, a de que

os fóruns participativos integrariam a arena pública propiciando a expressão de interesses gerais apresentados pelos movimentos sociais e pelas associações da sociedade civil. [...] Outra vertente de trabalhos otimistas considera que os fóruns participativos seriam neocorporativos de representação de interesses, que incorporariam demandas de clientelas e trabalhadores, através de grupos de interesses que apresentam demandas particulares, específicas, e não gerais (CÔRTEZ, 2005, p. 15).

Wampler (2005) acrescenta a necessidade de o poder público e os gestores municipais estarem dispostos a apoiar o desenvolvimento efetivo de instituições de caráter participativo. Em contrapartida, a população deve prezar pelo trabalho em prol da coletividade, acompanhar as ações políticas e exigir o cumprimento das propostas. A essência dos processos de gestão e planejamento deve ser a de contribuir com o aprimoramento do sistema social; do contrário, torna-se um mecanismo de alienação, centralizando os benefícios para um grupo restrito de indivíduos. Portanto,

planejar um novo modelo de desenvolvimento sem levar em conta a realidade social, econômica, cultural e relacional dos membros da sociedade conduz, em primeiro lugar, ao não envolvimento destes com o que se pretende realizar, o que levantará uma barreira intransponível entre essa comunidade e a nova; em segundo lugar, esse modo de atuar impede, para todos os efeitos, um desenvolvimento harmônico do destino turístico, que se converterá em um foco permanente de conflito (VALLS, 2006, p. 26).

Conforme Maximiano (2006), a participação amplia a qualidade no processo decisório e organizacional levando à maior competitividade, pois explora melhor o potencial das pessoas ao gerar satisfação e motivação¹⁴ nas mesmas. Schwartzman, citado por Côrtes (2005), ressalta que na participação política há o uso, ou maior probabilidade de uso da voz, compreendido como “típico mecanismo

¹⁴ A motivação indica as causas ou motivos que produzem determinado comportamento [...] e tem três propriedades: direção – o objetivo do comportamento motivado; intensidade – magnitude da motivação; e permanência – duração da motivação (MAXIMIANO, 2006, p. 250).

político através do qual ele protesta, expressa oposição, preferências, exerce influência” (SCHWARTZMAN citado por CÔRTEZ, 2005, p. 23).

De acordo com Barreto (1991), qualquer tipo de planejamento deve ser orientado por cinco princípios: 1) Inerência – indispensabilidade; 2) Universalidade – estender ao máximo o número de variáveis e conseqüências a serem previstas; 3) Unidade – deve ser um conjunto; 4) Previsão – busca prever os fatos vindouros; e 5) Participação – requer presença, no processo, de todos os agentes (municipal, estadual e federal, executivo, legislativo, empresários, ONGs, comunidade) que estejam vinculados à promoção do turismo com o intuito de encontrar o caminho mais adequado, uma vez que não há modelos de sucesso pré-estabelecidos e que cada lugar conta com as especificidades de sua formação histórica.

O quinto princípio, que será o único a ser destacado em função de constituir o conjunto de conceitos necessários a essa pesquisa, demonstra que um planejamento turístico ao molde tradicional, fechado, de relações verticais de hierarquia, impossibilita captar as necessidades e propostas dos segmentos que serão influenciados pelas medidas do planejamento, assim como reduz a variedade de informações sobre o cenário local. Além disso, por ser um instrumento capaz de interferir “na vida das pessoas, à medida que orienta para um futuro determinado, previamente escolhido, essa escolha, ou decisão, para ser democrática, deve ser compartilhada pelos cidadãos” (DIAS, 2003, p. 113).

Os objetivos de desenvolver e aplicar o planejamento participativo são: dar mais consistência e transparência ao planejamento; definir objetivos realistas; definir indicadores que comprovam o desenrolar do processo, mesmo depois do final de sua implantação; melhorar a comunicação, cooperação e integração através de parcerias entre os agentes; definir responsabilidades para os indivíduos; ampliar a possibilidade de êxito do plano e expandir as ações sustentáveis (GANDIN, 2001).

Segundo Gandin (2001; 2004), a participação pode ser descrita em três níveis: o da colaboração, o da decisão e da construção em conjunto. O nível da colaboração, ainda em uso, reflete uma participação sob autoritarismo, na qual os indivíduos são convidados a agir da forma que o dirigente do projeto pretende, ou seja, a participação ganha caráter secundário e insignificante. No nível da decisão são levadas à plenária questões sem grande influência no plano, e as decisões são tomadas a partir de alternativas pré-definidas. O nível da construção em conjunto ainda é pouco freqüente em função da resistência de mudança administrativo-

comportamental, mas a proposta é de que se privilegie um trabalho coordenado em detrimento do método tecnicista, buscando o contato com a realidade e quem a promove, propondo ações com base em teorias, levando em consideração a diversidade de universos.

Mediante a tendência da coletividade de perceber a participação como possibilidade de acesso a grandes plenárias, Gandin (2004) discrimina as fases de aproximação e integração, entre os atores públicos e a população, como forma de alcançar uma participação efetiva e capaz de ativar a prática da cidadania. Estabelece três momentos: o pessoal, o de sub-grupos e o de plenário.

- O momento pessoal é de posicionamento de cada um, através do pronunciamento de suas opções e de seu saber e de riqueza para a ação coletiva;
- O momento dos sub-grupos é de seleção e de organização de idéias e de decisão quanto ao mérito e ao conteúdo;
- O momento de plenário é de globalização e de reencaminhamento quanto a métodos, técnicas, processos; é também momento de posicionamento pessoal sobre o que vem sendo elaborado (GANDIN, 2004, p. 121).

Souza (2005) cristaliza essas fases com bastante objetividade, lançando mão dos tipos de mecanismo e espaços de participação vigentes. Segundo a autora, a inserção da população nas decisões locais pode ocorrer de três maneiras. Primeira: dar voz aos cidadãos através dos representantes de classes, organizações, instituições, associações, por exemplo, nos conselhos municipais. Esse tipo de espaço é constituído a partir de exigências do poder legislativo federal, delegando, ainda, aos membros, o empoderamento¹⁵ e monitoramento das políticas públicas. Segunda: chamamento da comunidade para reuniões a fim de decidir as melhores alocações dos recursos orçamentários do município; o que configura o orçamento participativo¹⁶ como uma iniciativa de natureza local. Terceira: quando comunidades carentes expressam suas necessidades com prioridade de atendimento. Geralmente

¹⁵ “Processo de fortalecimento dos recursos e capacidade das comunidades pobres e excluídas, de forma a dotá-las de condições de participar da implementação de políticas públicas e ativamente do processo deliberativo, e de responsabilizar as instituições e atores envolvidos por tais deliberações, tornando-as mais transparentes e efetivas” (LUBAMBO; COELHO, 2005, p. 259).

¹⁶ Com base nas discussões do Fórum Nacional de Participação Popular (2002), Souza (2005, p. 128) apresenta os seguintes fatores que influenciam na condução do orçamento participativo: “tipo de partido político que o implementa; nível de organização, mobilização e politização da sociedade; características socioeconômicas e demográficas do município; capacidade técnica e gerencial da administração local; compromisso do governo; situação financeira do município; e método adotado para estabelecer a relação entre governo e comunidade”.

são projetos de pequeno porte e custeados por organismos multilaterais ou internacionais¹⁷.

Seguindo também essa perspectiva, Irving e Mendonça (2003, p. 02) abordam a necessidade de relações horizontais de cooperação e reciprocidade ao afirmarem que

dentro de uma nova ordem mundial de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, ambiental e sócio-cultural, o turismo passa a exigir a incorporação de uma outra forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação.

Gandin (2001) aborda os seguintes princípios como norteadores da corrente de planejamento participativo: é uma técnica a ser aplicada em situações em que se busca em primeiro lugar a contribuição na formação da realidade social, reduzindo a visão mercadológica de lucro como meta principal; pressupõe que não existe participação efetiva de toda a sociedade; propõe ações conjuntas ativas voltadas para fins sociais amplos; e, ainda, busca desenvolver formas de direcionamento do processo de integração para o encaminhamento das ações com vistas aos objetivos estabelecidos pelo conjunto.

Apesar de todo o rigor com o qual o planejamento deve ser desenvolvido, seus resultados ainda são limitados por fatores como: falhas na previsão, descontinuidade na implementação, imprevisibilidade do comportamento humano, distorções da realidade, conflitos interpessoais, diversidade de percepção, má comunicação, necessidades e interesses díspares. Esse contexto é intensificado com a inclusão do elemento resistência. Kwasnicka (2006, p. 221) argumenta que

resistência à mudança é comum. [...] Muitas vezes as mudanças criam ansiedades. Planejadores deveriam reconhecer que qualquer mudança afeta o relacionamento entre grupos e entre líderes de grupos. [...] Duas grandes barreiras devem ser ultrapassadas: a resistência interna ao estabelecimento de objetivos e a relutância em aceitar os planos em virtude das mudanças que traz. Muitas vezes, essas duas resistências devem-se ao fato de se desconhecer o processo todo e ao medo de não corresponder ao esperado [...]. Para vencer todas essas barreiras, deve-se envolver ao máximo as pessoas responsáveis pelo cumprimento dos planos definidos e, principalmente, solicitar a participação deles na definição dos objetivos

¹⁷ São organizações que atuam em vários países visando à cooperação econômica, social, cultural, científica e a segurança coletiva. Exemplos: Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial de Saúde), OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional) (SANDRONI, 2004).

relativos ao setor e todos os aspectos relativos ao cumprimento desses objetivos.

Nesse sentido, é imprescindível reduzir a entropia e intensificar a sinergia. Segundo Chiavenato (2003, p. 424-425), “entropia significa que partes do sistema perdem sua comunicação entre si, fazendo com que o sistema se decomponha, perca energia e informação e degenere”. O processo de reação chama-se “entropia negativa ou negentropia”. Outro conceito importante é o de sinergia, definido pelo autor como “uma estrita inter-relação, integração e comunicação, elas se ajudam mutuamente e o resultado do sistema passa a ser maior do que a soma dos resultados de suas partes tomadas isoladamente”.

A fim de definir um denominador comum que servisse de parâmetro para compreender e buscar uma realidade ideal de construção do desenvolvimento socioespacial, teóricos contemporâneos têm elaborado diversas pesquisas e chegaram à compreensão que o conceito síntese seria o de governança, definido como “o poder compartilhado ou a ação coletiva gerenciada” (HATCHUEL, citado por FISCHER, 2002, p. 26). Fischer (2002, p. 26) acrescenta ainda que o conceito de governança “transformou-se em categoria analítica, associada a conceitos como participação, parceria, aprendizagem coletiva, regulação, sinônimo de ‘bom governo’”.

Fischer (2002) ressalta, porém, que é fundamental a compreensão das complexidades dos hibridismos de diferentes contextos, uma vez que as estratégias de gestão para um local não são aplicáveis, em sua totalidade, em outro. Devido às disparidades polissêmicas do conceito de governança, por ser complexo e manter inter-relações com uma rede de conceitos, Guimarães e Martin (2001), citados por Fischer (2002, p. 26), apresentam as seguintes convergências nos estudos contemporâneos sobre governança:

- Concepção de que todos os implicados no processo de tomada e implementação de decisões são co-responsáveis e donos das decisões tomadas na qualidade de consumidores ativos;
- Concepção do processo de produção de recursos financeiros, organizacionais e outros como resultados de parcerias horizontais intra e interorganizacionais;
- Valorização das estruturas descentralizadas e participativas que integram tomadas de decisão, implementadas e avaliadas em processo de aprendizagem organizacional.

O campo teórico-prático da gestão local e social, em conformidade aos parâmetros supracitados, pode ser representado através da Figura 1. Esse campo representa a superação de práticas tecnicistas e autoritárias para a gestão.

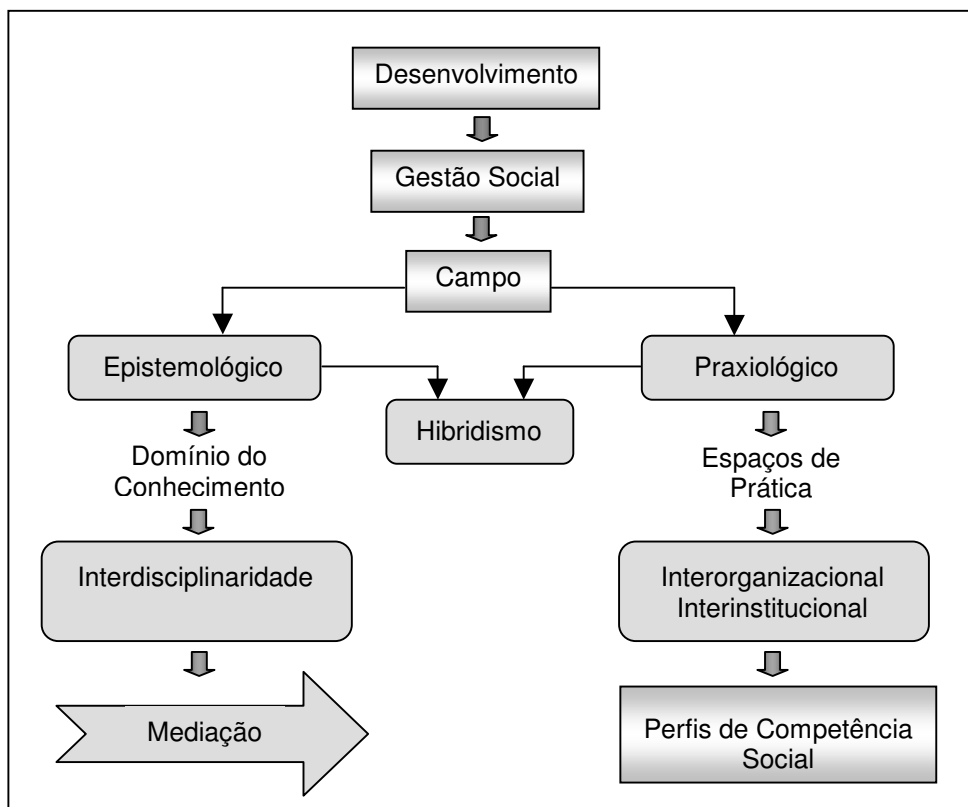


Figura 1 – Campo de gestão social ou gestão do desenvolvimento social.

Fonte: FISCHER, 2002.

A pesquisas e as tentativas em focar o desenvolvimento local, em sentido objetivo e subjetivo, ainda estão em desenvolvimento no Brasil e no resto do mundo, através de instituições, grupos e centros de pesquisas. Convergem para o reconhecimento da necessidade de articular as práticas e os conhecimentos interdisciplinares de maneira reflexiva.

Em síntese, Fischer (2002, p. 30) caracteriza o desenvolvimento social como um processo de mediação e transformação que:

- Articula múltiplas escalas de poder individual e societal;
- Trabalha a identidade de processos, refletindo e criando pautas culturais;
- Coordena interorganizações eficazes;
- Promove ação e aprendizagem coletivas;

- Comunica-se e difunde resultados; presta contas à sociedade;
- Reavalia e recria estratégias, tendo por processo, alvo e motor, o desenvolvimento, considerando dimensões tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, que conformam organizações complexas e instituições.

Os resultados das ações dessa natureza são, geralmente, reprimidos ou anulados, devido ao baixo nível e até inexistência de conhecimento técnico-científico e dos reais efeitos da globalização pela maioria dos políticos e gestores envolvidos com a execução do planejamento e das políticas públicas. Paul Virilio, citado por Campomori (2006, p. 95,) é enfático nessa questão, ao dizer que “é preciso que a política controle a técnica”, para que o desenvolvimento sócio-espacial seja ampliado, eqüitativamente distribuído e a desumanização das cidades revertida¹⁸ (CAMPOMORI, 2006).

¹⁸ “Hoje, frente às antigas e novas incertezas, creio ser tempo de se envidar esforços no sentido de buscar uma nova *polis*: uma cidade que possa abrigar o que a filósofa Hannah Arendt chamou de ‘o homem de Heisenberg’, isto é, o homem que acaba por se ver restituído – ainda que à inteira revelia de sua própria vontade e compreensão – da dimensão antropológica de seu conhecimento. Em tempos como os atuais, onde as pessoas se satisfazem com o fato de terem recebido a concessão da liberdade de acesso à informação, seria importante lembrar que o homem, por mais amplo que seja o seu conhecimento do mundo, sempre estará obrigado a ver a realidade a partir de algumas particulares e intransferíveis ‘escolhas antropológicas’. [...] Cabe-nos, portanto, compreender a verdadeira realidade que nos envolve antes mesmo de empreender a escolha da cidade que queremos (CAMPOMORI, 2006, p. 96-97).

3 A CIDADE DE ILHÉUS: aspectos geográficos, político-econômicos e sócio-culturais

3.1 Aspectos geográficos

A cidade de Ilhéus, que está localizada na Região Sul da Bahia (Figura 2), faz parte da zona fisiográfica Região Cacaueira e da região econômica Litoral Sul da Bahia. O município integra também o corredor turístico Costa do Cacau, em conjunto com as cidades de Canavieiras, Santa Luzia, Una/Comandatuba, Itabuna, Uruçuca/Serra Grande e Itacaré (COSTA DO CACAU, 2007). Ilhéus abrange uma área de 1.840,99 km² e localiza-se a 14°47'20" de latitude e 39°02'58" de longitude, com uma altitude de 52 m. Sua distância em relação à capital, Salvador, é de 465 km. Apresenta clima úmido a subúmido, com temperatura média de 24°C e uma população de 222.127 habitantes (SEI, 2007).

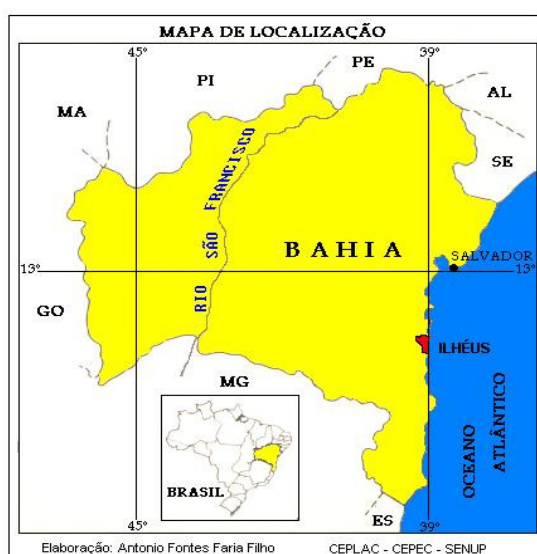


Figura 2 – Localização de Ilhéus.
Fonte: Faria Filho; Araujo (in MIRA, 2003).

Limita-se, ao sul, com a cidade de Una, a leste, com o oceano Atlântico, a oeste, com Itajuípe e Coaraci, a noroeste, com Itapitanga, a sudoeste, com Itabuna e Buerarema, e ao norte, com Aurelino Leal, Itacaré e Uruçuca (Figura 3). No que se refere à divisão administrativa do município, a cidade de Ilhéus é a sede e tem como distritos: Aritaguá, Couto, Pimenteira, Rio do Braço, Banco Central, Castelo Novo, Inema, Japu e Olivença. A cidade possui diversos atrativos, como vasto litoral, belezas naturais, diversidade cultural e história diferenciada, possibilitando o desenvolvimento de diversas tipologias de turismo.

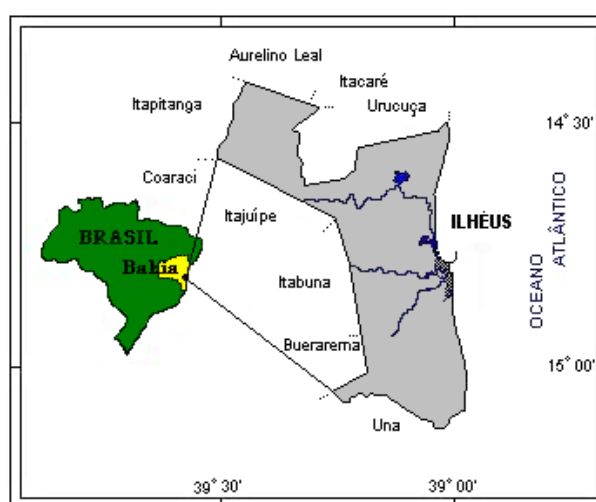


Figura 3 – Limites do município de Ilhéus.
Fonte: FARIA FILHO; ARAÚJO, 2002¹⁹.

3.2 Aspectos político-econômicos

A capitania de Ilhéus foi doada, por carta régia, a Jorge de Figueredo Corrêa por D. João III, em 25 de abril de 1534. De acordo com a extensão descrita no Foral do mês de agosto do mesmo ano, a Capitania “teria 50 léguas que seriam de largo e da costa e entrariam na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista” (BARROS, 2004, p. 49). A fundação da vila de São Jorge dos Ilhéus, então sede da capitania, data de 1536. Sua elevação à categoria de cidade só foi decretada em 28 de junho de 1881, através da lei nº 2.187, por ordem do Secretário da Província da Bahia, João

¹⁹ O mapa original foi alterado com a substituição da cor branca pela cinza para evidenciar melhor a área do município de Ilhéus.

Lustosa da Cunha Paranaguá. Tal ocorrência deveu-se ao prestígio e potencial econômico existentes, não por condições infra-estruturais (BARROS, 2004).

Durante o período açucareiro, o Engenho de Santana, conhecido como um engenho Real, construído por ordem de Mem de Sá, representou o centro econômico da Capitania de Ilhéus (MARCIS, 2000). A moenda era movida por energia hidráulica, com uma capacidade produtiva de grande porte, de valor correspondente a 10 mil arrobas de açúcar por ano. Em 1570, havia oito engenhos em toda a Capitania, restando, em 1724, apenas o Engenho de Santana. A produção de açúcar no Brasil era muito cara, pois os equipamentos a serem utilizados eram trazidos da Europa, além de a expansão dos engenhos ser ameaçada pelos índios que habitavam as matas.

O extenso interstício temporal entre os eventos relacionados à ocupação das terras e a elevação à categoria de cidade deveu-se, segundo Freitas e Paraíso (2001), às dificuldades da Capitania de alcançar o seu desenvolvimento, as quais estão relacionadas a uma série de fatores como: os contínuos combates entre os índios e portugueses, dificultando a colonização no litoral, e o adentramento do território; as tentativas de escravização dos índios nas lavouras de cana e conseqüentes revoltas; ausência de administração e de governo que impusesse ordem, leis; região povoada, maciçamente, por pessoas não letradas; manutenção do cultivo de subsistência, sub-utilizando o potencial das terras.

A partir de 1753, a Capitania de Ilhéus passou a ser Comarca da Coroa, subordinada à Capitania da Bahia. No ensejo, foi criado um Corpo de Ordenanças, mas o nível de investimento foi mantido em patamares insignificantes. Ao final do século XVIII, a extração de madeira para construção era a atividade econômica mais desenvolvida. Houve, por parte da Capitania da Bahia, exigências que também dificultaram o progresso de Ilhéus:

Outro golpe no projeto de enriquecimento dos moradores de Ilhéus foi a determinação real de que se continuasse a plantar mandioca na área da Capitania para solucionar a carência de farinha na Bahia e na própria Comarca. A interferência da metrópole interrompeu a expansão do plantio de cana-de-açúcar e de arroz que tendia a superar o de mandioca. Da mesma forma, o novo Ouvidor, futuro Visconde de Cairu, proibiu a criação de gado no perímetro da vila (SILVA CAMPOS, citado por FREITAS; PARAÍSO, 2001, p. 34).

Como resultado de uma série de ações estrangulatórias, Freitas e Paraíso (2001, p. 34) descrevem a seguinte realidade da Capitania ao final do século XVIII: “hoje, porém, tudo está arruinado e desfeito, sem que já pareça vila, mas sim uma pobre aldeia [...] com duas mil pessoas vivendo em indigência”. O cenário econômico começou a ser transformado com a introdução da cultura do cacau para fins comerciais. Um elemento facilitador nessa transposição de culturas foi a transição da escravidão para o trabalho assalariado. Como a cultura do açúcar deixou de ser valorizada na região, os instrumentos e a infra-estrutura não foram preservados. Restam apenas ruínas do Engenho de Santana, na comunidade do Rio do Engenho.

O cacau começou a ser comercializado na Europa, no século XVI, com a base produtiva na Guatemala. No Brasil, essa planta é nativa da Amazônia e em 1711 já era cultivada no Pará sem expectativas de comercialização externa. Em 1746, uma muda foi trazida para a Bahia por Luís Wernaux (HEINE, 2004). Entretanto, apresentou baixa atratividade comercial devido ao longo período de maturação da árvore para que proporcionasse a primeira colheita e a necessidade de aclimação que exigia o plantio às margens dos rios, tornando-a uma cultura marginal. Além disso, o mercado interno não demandava tal produto por não ter tradição de consumo e incapacidade técnica para beneficiamento.

De acordo com Bosi (1992)²⁰, citado por Freitas e Paraíso (2001), a cultura do cacau²¹ foi efetivamente desenvolvida na Bahia, enquanto atividade econômica, no período de 1850-1860, com um modo de produção ainda primário. O contexto nacional era complexo, com fortes influências externas de extinção do tráfico negreiro, com conseqüente escassez de mão-de-obra, ampliação do mercado interno, imigração européia e urbanização.

Referindo-se, particularmente a Ilhéus, Freitas e Paraíso (2001) argumentam que o interesse na cacauicultura estava baseado, a partir de 1860, na potencialidade

²⁰ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

²¹ “Originário duma faixa americana que vai do Peru ao México, onde ainda é encontrado em estado nativo, o cacauero era tido pelos astecas como de origem divina, julgando que o Deus Quetzacoatl ensinara sua lavoura ao povo, para, com seus frutos, alimentar-se e ornamentar os jardins de Talzitepec. Daí ser fácil inferir a influência desses pensamentos sobre Lineu, quando designou a espécie botânica como *Theobroma cacao*, ou cacau manjar dos deuses” (VINHÃES, 2001, p. 212). Segundo Heine (2004, p. 21), o cacau “em determinada época, foi utilizado como dinheiro, como meio de troca” por povos do México como os Olmec, por volta do ano 1.000 a.C., e pelos Astecas. De acordo com indícios históricos, o nome mais antigo do cacauero, dado pelos Olmec, teria sido “kakawa” (HEINE, 2004, p. 21).

de inserir a região no circuito internacional, uma vez que tiveram acesso a novas mudas, do tipo Forasteiro e Pará, mais resistentes e que podiam ser plantadas mais para o interior. Essa atividade poderia se configurar numa solução para o balanço de pagamentos da província através das exportações, bem como absorveria a força de trabalho proveniente das zonas açucareira, algodoeira e pecuarista.

Numa escala maior de interesses, a política do Governo da Província e das elites econômicas de escoamento de grandes contingentes populacionais para a zona cacauífera representou uma solução econômica, social e política, ou seja, geraria renda a partir de um modelo agrícola primário exportador, alocaria a mão-de-obra ociosa, e reprimiria, nas zonas em decadência, os conflitos que poderiam acarretar a desestruturação do modelo de dominação das terras. Os argumentos ideológicos que estimularam o adentramento contingencial em uma região inóspita foram as possibilidades do progresso individual e de libertação da subserviência.

Após a consolidação da lavoura de cacau na região, os proprietários das fazendas de cacau passaram a lidar com o problema da dependência dos intermediários das casas comerciais, chefiadas, em sua maior parte, por franceses. A sociedade local passou a ter seu ritmo ditado pelas necessidades do mercado externo. A política governamental também seguiu essa vertente, pois as obras de infra-estrutura eram sempre voltadas, não para o benefício da comunidade local e do mercado interno, mas para facilitar e tornar mais eficiente o processo de escoamento da produção, o que levou à construção do porto de Ilhéus²² e da ferrovia Ilhéus-Itabuna-Vitória da Conquista. A história da cacauicultura na região pode ser sintetizada em cinco ciclos:

No primeiro ciclo, de 1746 a 1820, aconteceram fracassadas tentativas de colonização e penetração portuguesas para além do litoral [...]; no segundo, de 1820 a 1895, os desbravadores conquistam a selva a fogo, pólvora e machado [...]; no terceiro, de 1895 a 1930, o cacau torna-se a base econômica do sul da Bahia e em 1930 o Brasil é um dos maiores produtores mundiais²³; de 1930 a 1957 configura-se o quarto ciclo. Em 1930 o cacau é a 2ª fonte de divisas para o país e em 1957 começam a aparecer os primeiros sintomas de estagnação e declínio de sua economia (AVENA, 2002, p. 71).

²² O porto de Ilhéus chegou a ser o quinto colocado a nível nacional, exportando 98% da produção nacional de cacau (AVENA, 2002).

²³ O Brasil ocupava o 2º lugar na produção mundial, perdendo para Gana (África do Sul). Em 1920 ocupou o posto de 1º produtor de cacau do mundo, sendo 85% da produção proveniente da região cacauífera (MAGALHÃES, 2006).

As crises cíclicas apareceram gradativamente devido a diversos fatores: a valorização, na política nacional, dos profissionais liberais na década de 1930; a ênfase nas ações estratégicas de curto prazo, desconsiderando-se as de longo prazo, responsáveis pela manutenção da prosperidade do setor produtivo no mercado; a falta de eficiência e eficácia²⁴ empresarial com vistas ao desenvolvimento regional; “o cansaço do solo, a falta de assistência técnica geral e financeira, a ineficiência do sistema bancário, a inflação e a flutuação dos preços” (AVENA, 2002, p. 78), crescimento exacerbado da oferta; ocorrências *phito*-botânicas como a podridão parda (*Phytophthora palmivora*), e a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*), responsável pela derrocada da elevada produtividade das lavouras (1989). No intuito de reverter as crises, foram criados o ICB – Instituto do Cacau na Bahia (1931) e a CEPLAC – Comissão de Estudos para a Lavoura Cacaueira (1957).

A atividade cai a níveis antieconômicos porque os preços nos mercados internacionais estão muito baixos. A tecnologia para sustentar o seu desenvolvimento é insuficiente, o crédito é caro e escasso. Predomina a lavoura extensiva, infestada de doenças e pragas. Os agricultores endividados, sem recursos ou estímulos, são levados ao desânimo, muitos ao abandono do cultivo. O cacau era um produto problema, uma cultura sem perspectiva (TOSTA FILHO, citado por GARCEZ, 1985, p. 4).

Com a intenção de legitimar o poder econômico, político e o prestígio social, foi iniciado, a partir do final do século XIX, um processo de urbanização característico, uma vez que os coronéis começaram a construir palacetes (símbolo de *status* na região) e prédios comerciais com aspecto arquitetônico europeu²⁵. A renovação urbanística resultou dos princípios de modernização, embelezamento, civilidade e progresso como forma de apagar as imagens passadas (RIBEIRO, 2005). “O plano da Ilhéus ideal, a Capital do Cacau [...] foi levado a termo por um grupo de administradores, a maioria deles com formação superior, influenciada por concepções européias de urbanização” (RIBEIRO, 2005, p. 95).

²⁴ Alcançar os efeitos/resultados desejados. Para isso, a eficiência e a eficácia são indicadores importantes (MARINHO; FAÇANHA, 2001; VALARELLI, 1999).

²⁵ Sofreram esse tipo de influência porque mantinham relações comerciais diretas com os estrangeiros, responsáveis pelas casas exportadoras. A elite da cacauicultura importava diversos produtos, mandava seus filhos para estudar em Portugal; da região só usufruíam de produtos primários. Essa preocupação era ainda mais exacerbada para os coronéis emergentes, somando-se à necessidade de educação formal das novas gerações (RIBEIRO, 2005).

De acordo com Ribeiro (2005), as disputas continuaram se acirrando e a elite tradicional mantendo a resistência e a discriminação quanto à ascensão dos novos ricos ao poder municipal. Os pessoístas, que formavam a elite de novos ricos, cujo representante era o Coronel Antônio Pessoa, defendiam que o desenvolvimento da terra era resultado da ação dos desbravadores. Os adamistas, representantes da elite tradicional, cujo exponte era o Coronel Adami Sá, impunham, em contrapartida, a imagem e o poder dos coronéis na construção de Ilhéus. As origens dos pessoístas variavam entre os afro-brasileiros, índios, descendentes de portugueses e de outros europeus. A família Sá provinha da elite colonial educada em Coimbra, principalmente, e envolvida no processo de independência do país, ocupando cargos no governo imperial.

Em 1901, os pessoístas fundaram a Gazeta de Ilhéus e, num embate político, referiram-se aos adamistas como um clã feudal escravocrata. O coronel Pessoa assumiu o papel de defensor dos pequenos lavradores, órfãos e viúvas em prol do progresso municipal, visando a arregimentar os grandes fazendeiros da mesma origem. O argumento pessoísta de “classe produto do próprio esforço” adequava-se ao projeto político republicano.

O coronel Antônio Pessoa encomendou trabalhos sobre a região que serviam para reforçar seu argumento político. O estudo histórico do período apresenta distorções em prol da supremacia ideológica do pessoísmo. Em 1936/37, foi lançada a obra “Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, do historiador baiano Silva Campos, que referendou a colaboração das famílias aristocratas (adamistas – elite tradicional) na construção da economia cacaueteira, tomando como período de análise a segunda metade do século XVIII até o final do século XIX. Entretanto, não houve interesse da nova geração de tradicionalistas em diferenciar a história do mito de formação da região cacaueteira.

A partir dos anos trinta, as idéias sobre a elite do cacau introduzidas por Antonio Pessoa foram centrais no discurso político da região cacaueteira e nas discussões sobre a sua história [...] gerando uma memória coletiva da nova geração de fazendeiros. A imagem de uma região formada pelo trabalho assalariado e livre de homens humildes permanecia como uma poderosa ferramenta da política local e um forte apelo na busca de recursos financeiros federais (RIBEIRO, 2005, p. 58).

Em 1912, os adamistas perderam o controle de Ilhéus para os pessoístas, com a ascensão de J. J. Seabra ao Governo da Bahia, evidenciando o poder político

e social desse segmento em Ilhéus. Os adamistas só retornaram ao poder em 1930, quando Eusínio Gaston Lavigne foi empossado prefeito municipal, enfatizando o discurso político da “Bahia para os baianos”, conseguindo a união de antigos rivais políticos, adamistas e pessoístas, que passaram a se denominar “autonomistas”.

De acordo com Falcon (1995, p. 99), “ter a intendência significava controlar a máquina administrativa, policial e jurídica, vitais numa região onde sempre inexistiu qualquer prática democrática”. Essa duplicidade ideológica foi direcionada também para a economia e a política, gerando disputas por títulos e poder. Atualmente, o cenário econômico está diversificado em relação aos produtos agrícolas, industrializados e prestação de serviços, enfatizando-se o turismo, que apesar de incipiente colabora com a geração de renda no município de Ilhéus²⁶.

3.3 Aspectos sócio-culturais

Todos que aqui aportavam atraídos pela fama mítica do cacau viam-no como o símbolo de sua redenção financeira, seu enriquecimento, seu poder sobre a terra na qual o cacau fosse cultivado. Dos analfabetos aos mais letrados, a boa safra do cacau era o sinal de um período de abundância que lhes prometia dinheiro farto, viagens, festas, vida mansa (ROCHA, 2006, p. 17).

As relações comerciais com a Europa influenciaram no processo de formação cultural e nas intervenções diretas no perfil de urbanização empreendido na cidade de Ilhéus sob o respaldo dos discursos higienistas e progressistas. Como Ilhéus se inseria no comércio mundial, a poderosa elite do cacau teve facilitadores para introduzir costumes, hábitos e gostos europeus, representados, principalmente, na arquitetura desenvolvida na cidade. Pela aversão a um passado ‘ultrapassado’, o espaço material foi alterado com a finalidade de transformar as rotinas e imagens de Ilhéus. “Esse processo permitiu à burguesia cacauera dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional” (RIBEIRO, 2005, p. 98). A cidade, em seu período de renovação, efetivamente no

²⁶ Para conhecimento do histórico do desenvolvimento do turismo em Ilhéus, ver Magalhães (2006).

início do século XX, é descrita por Souza Brito, citado por Ribeiro (2005, p. 108), da seguinte maneira:

Cidade formosíssima e de estylo moderno. [...] Actualmente todas ou quase todas as construcções estão reformadas, podendo gabar-se a cidade de Ilhéos, de ser uma das primeiras cidades do interior do Estado, em belleza de construcções. Lindos palacetes ornam as suas ruas assejadas, quer públicos, quer particulares.

Ribeiro (2005, p. 108) esclarece, entretanto, que

As intervenções imprimiram a monumentalidade e a grandiosidade ao espaço urbano. Esse processo trouxe em seu bojo a exclusão quando, ao produzir um espaço público, privilegiou o seu uso pelas elites e deixou de fora as camadas populares, relegadas a um território da exclusão e da não-vigência de normas.

Há, portanto, a demonstração de que os poderes econômico e político da elite do cacau investiram na construção dos seus ideais sobre a realidade local. As intervenções diretas no espaço estavam todas carregadas de simbologia, “do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social” (RIBEIRO, 2005, p. 113).

A sociedade ilheense teve seu imaginário, memória e identidade fortemente influenciados pela cacauicultura. A perpetuação, características e importância dessa atividade na economia local ditou a construção da memória coletiva, bem como da memória étnica, que, segundo Le Goff (1990, p. 425), “assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas”.

Segundo Ribeiro (2001), a memória coletiva dessa sociedade foi construída a partir da formação histórica, da literatura documentada e da retórica política das elites do cacau (aristocratas e emergentes). Ribeiro (2005, p. 59) reforça essa construção utilizando as palavras de Burguiére que afirma: “é necessário tornar o discurso mais do que um projeto sobre a organização do poder, mas uma maneira de se comunicar com os outros e compreender o mundo”. Assim, a história regional está fundamentada na pujança da cacauicultura, que legou a Ilhéus o título de terra dos frutos de ouro e “Princesinha do Sul”.

Pode-se afirmar que os responsáveis pela economia cacauera construíram a sociedade ilheense de forma desmembrada, excludente, sem visão política de integração e parcerias, por ter sido permanentemente guiada pelo clientelismo,

reciprocidade e exploração. Nesse sentido, pode-se retomar as duas tipologias identitárias descritas por Castells (1999), a identidade legitimadora e a de resistência, e avaliar as relações sociais daí provenientes. No primeiro segmento estariam incluídos os coronéis, exportadores e grandes comerciantes. No segundo, os cortadores de cacau e todos os demais segmentos sociais sem poder de ingerência nos acontecimentos sociais.

Esse contexto reflete o distanciamento e a ausência de criticidade de grande parte dos atores sociais, condição fundamental para os coronéis manterem seu domínio político, econômico e social. Em longo prazo, as identidades e os costumes construídos a partir da cacauicultura tornar-se-iam impróprios à sociedade em atividades que exigissem a agregação de todos os atores sociais. Nesse sentido, buscar uma identidade de projeto permitiria que os indivíduos visualizassem os acontecimentos, o espaço e seu papel no mesmo.

Guerreiro de Freitas (1992), citado por Avena (2002), afirma que os coronéis e seus filhos não se preocupavam com o futuro da produção do cacau, interessavam-se apenas pelos benefícios provenientes dele, facilitando o alastramento da crise econômica e social, uma vez que muitos dos sonhos e promessas não foram realizados, a exemplo dos migrantes que continuaram no processo de servidão e da concentração e centralização dos lucros provenientes da economia cacauera.

Assim surge a sociedade grapiúna como um modelo patriarcal que historicamente se insere na formação brasileira. A sociedade cacauera foi formada por um conjunto bastante heterogêneo de sujeitos: pelos habitantes locais, os indígenas, pelos sertanejos dos quais muitos se tornaram coronéis de cacau, pelos migrantes de outras regiões e pelos imigrantes estrangeiros (AVENA, 2002, p. 72).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização da pesquisa

Andrade (2004, p. 16) afirma que a “pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência”, visando dar veracidade e confiabilidade aos resultados obtidos. Nesse sentido, a presente pesquisa tem caráter multi e interdisciplinar, explicado por Dencker (1998, p. 32) como “um processo de integração interna e conceitual que rompe a estrutura de cada disciplina para constituir um conjunto axiomático novo e comum a todas elas com a finalidade de dar uma visão unitária de um setor do saber”.

Pode-se afirmar que esse prisma metodológico torna a abordagem complexa e multifacetada por adentrar em diversos ramos do conhecimento científico consagrado pela academia, como a sociologia, a economia, a administração e a geografia cultural, por exemplo. Isso se deve ao fato de o turismo ser considerado, pelos estudiosos, como uma disciplina, um campo de estudo em desenvolvimento; pois, epistemologicamente, não possui corpo teórico próprio e metodologicamente estruturado (DENCKER, 1998).

A pesquisa empreendida foi de natureza qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa teve por objetivo aprofundar a compreensão a respeito da percepção dos residentes locais em relação à atividade turística através de categorizações, comparações e associações dos resultados da pesquisa com a realidade do município. Portanto, os resultados obtidos podem ser relacionados ao universo populacional de Ilhéus através da “generalização estatística” (APPOLINÁRIO, 2006) devido aos cálculos de amostragem; ou, por “generalização lógica” (idem), onde os dados podem ser transpostos a outros indivíduos com perfil semelhante. Além disso,

a pesquisa de natureza quantitativa foi utilizada devido aos artifícios da estatística descritiva como frequência, percentuais e gráficos que facilitam a apresentação dos dados coletados.

A análise dos resultados foi norteada por uma visão holística (DENCKER, 1998), regida pelo princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. Ampliar a compreensão da realidade, da dinâmica dos objetos e das relações antrópicas permitem aos indivíduos a intervenção nos cenários naturais e sociais construídos e influenciados pelo turismo.

A pesquisa foi desenvolvida também sob o prisma social (MARCONI; LAKATOS, 2002) com a finalidade de contribuir para uma melhor compreensão do poder público e privado sobre o turismo na perspectiva dos residentes. Por estarem inseridas em uma realidade histórica, as pesquisas relacionadas às ciências sociais, aplicadas ou não, refletem as situações/fatos de um determinado estágio social no tempo, mesmo “porque as características de qualquer questão social são: provisoriedade, dinamismo e especificidade” (DENCKER, 1998, p. 20).

O referencial teórico foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas (NASCIMENTO, 2005) em fontes secundárias como livros, teses, dissertações e artigos em revistas impressas e em meio digital, com base nas temáticas e nos autores citados a seguir:

- 1) Turismo, planejamento e gestão – Moesch (2002), Barreto (2000), Cooper (2001), Ruschman (1997), Maximiano (2006), Molina (2003), Tyler e Guerrier (2001), Valls (2006), Barreto (1991), Swasnicka (2006), Chiavenato (2003) e Dias (2003, 2006).
- 2) Espaço/lugar – Corrêa (2001), Santos (1997, 1998, 1999), Santos (2003), Carlos (1999), Brandão (2006), Rosendahl e Corrêa (1999), Alves (1996) e Campomori (2006).
- 3) Cultura – Le Goff (1990), Canclini (1999, 2003a, 2003b), Castells (1999), Hall (1999), Bhabha (1998), Semprini (1999), Warnier (2000), Burity (2005), Hopenhayn (2003), Pollak (1989), Laraia (1997), Leff

(2000), Yúdice (2005), Viertler (1999), Arizpe e Nalda (2003) e Portuguez (2004).

- 4) Percepção – Tuan (1980), Moesch (2002), Maximiano (2006) e Xavier (2007).
- 5) Cidadania, democracia e participação – Wood (2003), Tapia (2006), Fernandes e Bonfim (2005), Wampler (2005), Tonella (2006), Lubambo e Coelho (2005), Fernandes (2006), Chevitaese e Mattos (2003), Gandin (2001, 2004), Fischer (2002), Côrtes (2005), Souza (2005) e Irving e Mendonça (2003).

A análise dos dados obtidos foi sustentada por um diálogo reflexivo com o arcabouço teórico. Fez-se o uso dos métodos descritivo, que “procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis” (DENCKER, 1998, p. 124), e explicativo, com a finalidade de “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (DENCKER, 1998, p. 125). Para complementação dos procedimentos, optou-se pela aplicação do método comparativo que tem a propriedade de viabilizar a “comparação de variáveis sociais, econômicas, políticas e históricas para prever a eficácia de medidas sócio-econômico-políticas” (NASCIMENTO, 2005, p. 28).

4.2 Coleta e sistematização dos dados

No tocante ao levantamento de dados primários, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a coleta dos dados primários foi executada através da aplicação de formulários (DENCKER, 1998), cujas respostas, diferentemente do questionário, são registradas no papel pela pessoa responsável pela coleta dos dados. Esse instrumento agiliza o processo e evita erros ou constrangimento durante a anotação das informações, no caso, por exemplo de respondentes analfabetos ou com baixíssimo grau de escolaridade. O formulário

(veja APÊNDICE) foi estruturado com 34 questões de natureza objetiva, subjetiva e objetiva/subjetiva. As categorias analisadas foram: perfil do respondente, avaliação, expectativas, participação e identidade dos residentes em relação à atividade turística que vem sendo desenvolvida em Ilhéus.

Os elementos que compõem cada uma das categorias supracitadas foram analisados separadamente no capítulo intitulado “Resultados e Discussões”, sendo que a discussão das questões não foi feita na mesma ordem em que aparecem no formulário. Neste, as questões foram intercaladas com a finalidade de suavizar seu impacto, alternando questões de menor e maior grau de raciocínio, a fim de manter o interesse dos respondentes na pesquisa evitando o cansaço e o comprometimento dos resultados.

Antes da aplicação dos formulários, foi feito um pré-teste para verificar as falhas no formulário, a clareza das perguntas, o tempo de resposta e o interesse dos respondentes pelos temas abordados. Foram aplicados 21 formulários, sendo sete no bairro do Pontal, sete no Centro da cidade e sete no bairro do Malhado (proximidades da Central de Abastecimento).

O número de respondentes foi calculado através do tamanho da População em Idade Ativa – PIA do município de Ilhéus, da ordem de 177.671 indivíduos (SEI, 2007), utilizando-se a técnica de amostragem probabilística simples, que, segundo Samara e Barros (1997), é a técnica mais apropriada para alcançar a representatividade do universo ou população em estudo. “Nela, todos os elementos da população têm igual probabilidade de pertencer à amostra e todas as possíveis amostras têm também igual probabilidade de ocorrer” (COSTA NETO, 2000, p. 40).

A participação dos residentes foi limitada por dois critérios: ter idade mínima de 18 anos e morar na cidade há pelo menos oito anos. A segunda condição foi definida em função da maior crise da cacauicultura ter sido em 1989 levando, portanto, a um maior interesse pelo turismo enquanto atividade econômica a partir da década de 1990. Assim, o tempo estabelecido reflete, aproximadamente, metade²⁷ do período transcorrido entre 1990 e 2007; tempo razoável para avaliar o desenvolvimento do turismo na cidade de Ilhéus enquanto uma atividade econômica a caminho da profissionalização.

²⁷ Optou-se por não utilizar, rigorosamente, a metade do tempo em questão, ou seja, oito anos e meio, para facilitar o processo de coleta e por considerar que meio ano não comprometeria a visão dos residentes no que se refere à evolução dos efeitos do turismo na cidade.

O nível de confiança do teste foi estabelecido em 90% (equivalendo a um $t = 1,645$) para uma distribuição normal (curva simétrica em relação à média $-\mu$), com margem de erro para os parâmetros de 4%²⁸ ($p \pm e$). As proporções de p e q foram definidas em 50% (0,5), onde $q = 1 - p$. Calculou-se a amostra através da seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

N = tamanho da população (PIA = 177.671);

n = tamanho da amostra;

Z = nível de confiança do teste (90%, $t = 1,645$);

p e q = proporções de ocorrência dos parâmetros (50% = 0,5);

e = erro para os parâmetros (4% = 0,04).

Assim, aplicando a fórmula, o tamanho da amostra obtido foi de 337²⁹ respondentes, conforme demonstrado abaixo:

$$n = \frac{(1,645)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5) \cdot (177671)}{(0,04)^2 \cdot (177671 - 1) + (1,645)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5)} = 337$$

Os participantes foram mantidos em anonimato, não foram induzidos em suas respostas, bem como tiveram o direito de decidir em relação à resposta total ou parcial do formulário, em função de requisitos como conhecimento, vontade e tempo. A coleta de dados teve duração de seis dias (de 20 a 25 de agosto de 2007) e foi efetuada nos turnos matutino (09:00 às 12:00 horas) e vespertino (14:00 às 17:00 horas).

²⁸ Por indicação do Comitê de Ética da UESC, o erro passou de 3,5% para 4% com a finalidade de redução do tamanho da amostra em função do tempo e do custo, gerando uma redução na amostra sem comprometer os resultados da pesquisa.

²⁹ Os formulários foram aplicados após aprovação dos procedimentos de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESC, através do Protocolo nº 120/2007, no dia 08 de agosto de 2007, com registro na Ata nº 57.

Dos 337 formulários, foram aplicados 112 no bairro do Pontal (na Avenida Lomanto Júnior, Rua Coronel Pessoa, Rua 13 de Maio e proximidades do aeroporto); 112 no Centro da cidade (na Rua Marquês de Paranaguá); e, 113 na Central de Abastecimento do Malhado. A quantidade de formulários foi dividida pelas três áreas igualmente, e os que sobraram foram alocados por sorteio. Esses lugares foram escolhidos por haver um trânsito elevado de residentes com padrões diversificados (diferentes níveis de escolaridade, de renda, gostos e preferências, faixa etária, bem como por serem áreas onde circulam moradores de diversas áreas de cidade).

Cabe ressaltar que para facilitar as análises das áreas com perfis socioeconômicos distintos, foi feita a seguinte categorização: Centro, Conquista, Malhado, Pontal, Pós-Aeroporto, Teotônio Vilela, Norte, Interior, divergindo das alternativas expressas na questão 04 do formulário referente a local de residência: Zona Sul, Centro, Zona Norte e Distrito. Diante disso, foi solicitada ao residente a indicação do local de residência sem mencionar as categorias pré-estabelecidas. Entenda-se por Pós-Aeroporto todos os bairros que ficam depois da pista do aeroporto, começando pela Proa, Barreira, Nelson Costa até Nossa Senhora da Vitória. A categoria Norte refere-se aos bairros situados ao Norte de Ilhéus, tomando como referência Barra, depois São Miguel, Savóia até o Iguape. Interior equivale a todos os distritos e povoados de Ilhéus, incluindo os bairros Banco da Vitória e Salobrinho. Malhado equivale a todos os morros de Ilhéus, à esquerda da Av. Itabuna, descendo em direção ao Supermercado Itão, incluindo a região do hotel Barravento, até as áreas antes da Barra, incluindo também o Alto Soledade e Alto do Amparo. A área da Conquista foi relacionada ao morro da Conquista e suas encostas, incluindo a Avenida Princesa Isabel e o lado direito da Avenida Itabuna. A categoria Centro está relacionada aos bairros centrais, incluindo Cidade Nova, Baixa Fria, Alto da Boa Vista e Alto do Pacheco. A categoria Teotônio Vilela agrega o próprio bairro e a Vila que fica em frente à entrada.

Após a tabulação dos dados, foram obtidas, conforme esperado, informações de residentes de várias áreas de Ilhéus (Tabela 1).

Tabela 1 – Área residencial por número de respondentes, Ilhéus-BA, 2007

Área	Quantidade de respondentes
Pontal	65
Malhado	57
Centro	53
Conquista	24
Nelson Costa	17
Sapetinga	12
Teotônio Vilela	12
Basílio	11
Barra	9
Urbis	9
São Miguel	8
Iguape	7
Oliveira	6
São Domingos	6
Avenida Esperança	4
Avenida Itabuna	4
Nossa Senhora da Vitória	4
Salobrinho	4
Outros (*)	6
Outros (**)	6
Outros (***)	13
TOTAL	337

(*) Áreas com três respondentes (Hernani Sá e Sambaituba).

(**) Áreas com dois respondentes (Av. Princesa Isabel, Ponta da Tulha e Tapera).

(***) Áreas com um respondente (Acuípe, Alto Oberlândia, Aritaguá, Carobeira, Cidade Nova, Jardim Atlântico, Juerana, Lagoa Encantada, Mamoan, Nova Brasília, Pacheco, Ponta do Ramo, Savóia).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Os dados coletados foram codificados e lançados num banco de dados que serve de fonte para a geração de relatórios com as quantidades e os percentuais de ocorrência das variáveis em relação ao conjunto amostral. O programa estatístico utilizado para a tabulação e o tratamento dos dados foi o *Statistics Package for Social Sciences – SPSS* (Pacote Estatístico para Ciências Sociais). A categorização das questões subjetivas ficou a cargo da pesquisadora por dependerem de conhecimento teórico para desenvolver os agrupamentos para os parâmetros. A partir do relatório inicial, foram feitas agregações de algumas tabelas para condensação dos percentuais a fim de facilitar a descrição e apresentação dos resultados, os cruzamentos duplos e triplos e as análises das informações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Perfil dos residentes

Dos 337 indivíduos abordados, mantidos no anonimato, na cidade de Ilhéus, 167 eram do gênero feminino, configurando 49,6% do total da amostragem, e 170 do gênero masculino ou 50,4%. No que se refere à origem dos residentes, 235 (ou 69,7%) nasceram em Ilhéus e 102 (ou 30,3%) nasceram em outros lugares (Figura 4).

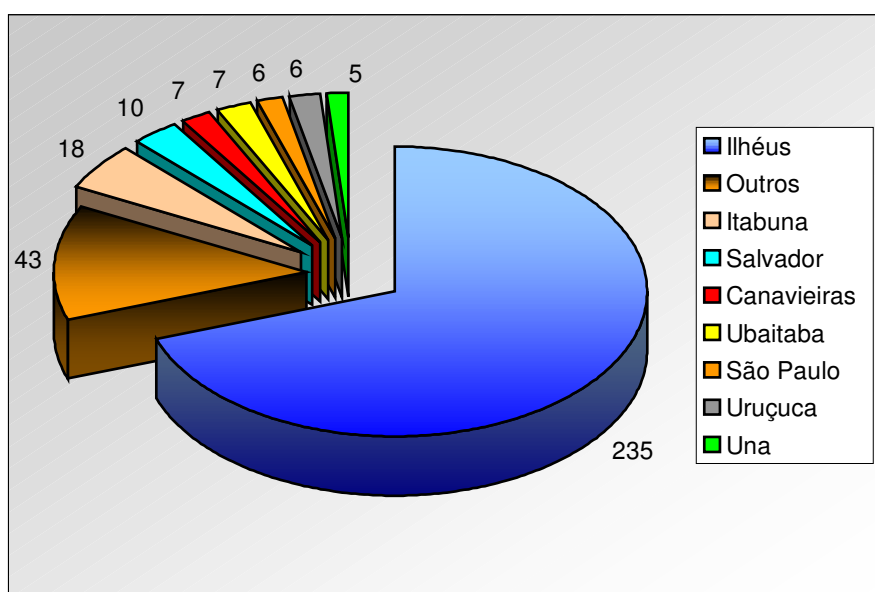


Figura 4 – Número de respondentes e respectivos lugares de nascimento.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Nesse segundo grupo, cabe destacar os seguintes locais de nascimento por número de respondentes: Itabuna (18), Salvador (10), Ubaitaba e Canavieiras (7

cada), Uruçuca e São Paulo (6 cada) e Una (5). Os demais lugares de nascimento com baixos percentuais foram caracterizados na Figura 4 como “Outros”³⁰.

O tempo médio de residência em Ilhéus equivale a 24 anos, com mínimo de 8 e máximo de 76 anos. No que se refere à faixa etária, obteve-se um valor médio de 32 anos, sendo a idade mínima de 18 e a máxima de 76 anos. Na Figura 5 está demonstrado o número de indivíduos por faixa etária e seu respectivo percentual em relação à amostra. Houve uma concentração nas faixas de 18 a 27 anos, 28 a 37 e 38 a 47 anos, cujos percentuais foram, respectivamente, 41,2%, 29,4% e 18,4%; restando 11% de respondentes acima de 48 anos. Em linhas gerais, a diferença etária não se configurou como um requisito significativo para diferenciação das respostas.

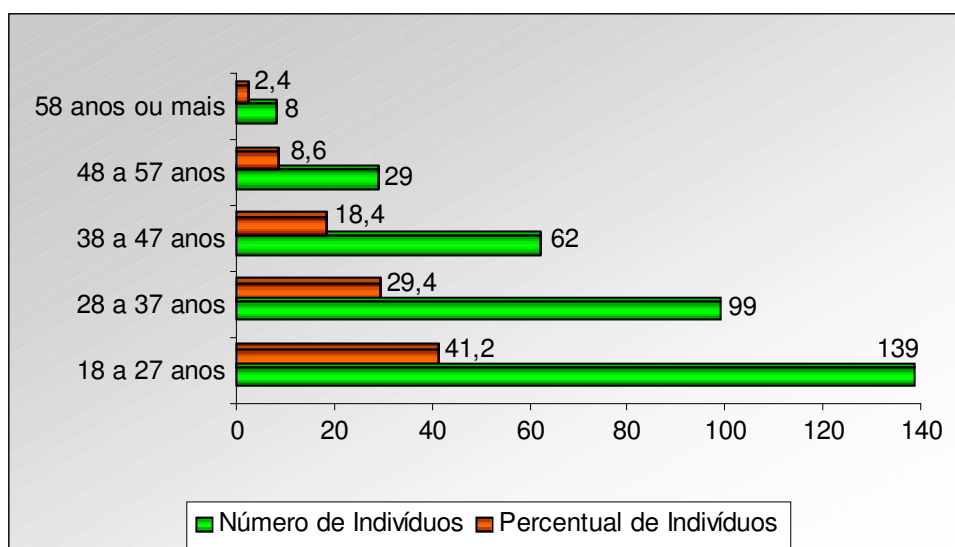


Figura 5 – Faixa de idade dos residentes.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Nenhum dos residentes foi caracterizado em relação ao grau de escolaridade (Tabela 2), na condição de analfabeto, e apenas 10,1% estão relacionados às séries fundamentais. Esse fato dá mais clareza e consistência às respostas que foram expressas pelos residentes que participaram da pesquisa, tendo em vista que 74,4% da população amostrada tem nível de escolaridade, no mínimo, de ensino médio. Assim, 53,7% dos indivíduos possuem o Ensino Médio completo; 15,1% não

³⁰ Lugares que compõem a categoria “Outros” na Figura 4: Camamu, Medeiros Neto, Gandu, Paulo Afonso, Simões Filho, Camaçari, Almadina, Buerarema, Ibirataia, Pará, Osasco, Ipirá, Pernambuco, Santa Luzia, Valença, São José da Vitória, Camaçan, Eunápolis, Feira de Santana, Itajuípe, Ubatã, Itamaraju, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Itacaré, Aracaju, Caratinga, Paraíba, Maraú, Irecê e Sergipe.

completaram o Ensino Médio; 14,2% ainda estão cursando nível superior; 7,7% têm ensino fundamental incompleto; 6,2% já são graduados; 2,4% possuem o Ensino Fundamental completo e apenas 1 dos indivíduos no segmento Mestrado/Doutorado.

Tabela 2 – Nível de escolaridade dos participantes

Categorias	Nº de Indivíduos	(%)
1. Ensino Fundamental Incompleto	26	7,7
2. Ensino Fundamental Completo	8	2,4
3. Ensino Médio Incompleto	51	15,1
4. Ensino Médio Completo	181	53,7
5. Superior Incompleto	48	14,2
6. Superior Completo	21	6,2
7. Mestrado/Doutorado	1	0,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Quando questionados sobre o nível de renda mensal³¹, 75,3% declararam rendimentos de até R\$ 1.900 (Figura 6), dos quais 51% dos residentes disseram ganhar entre R\$ 381,00 e R\$ 1.900,00 (172 pessoas), seguidos de 24,3% recebendo até R\$ 380,00 (82 residentes) e 14,8% na faixa salarial de R\$ 1.901,00 a R\$ 3.800,00 (50 indivíduos).

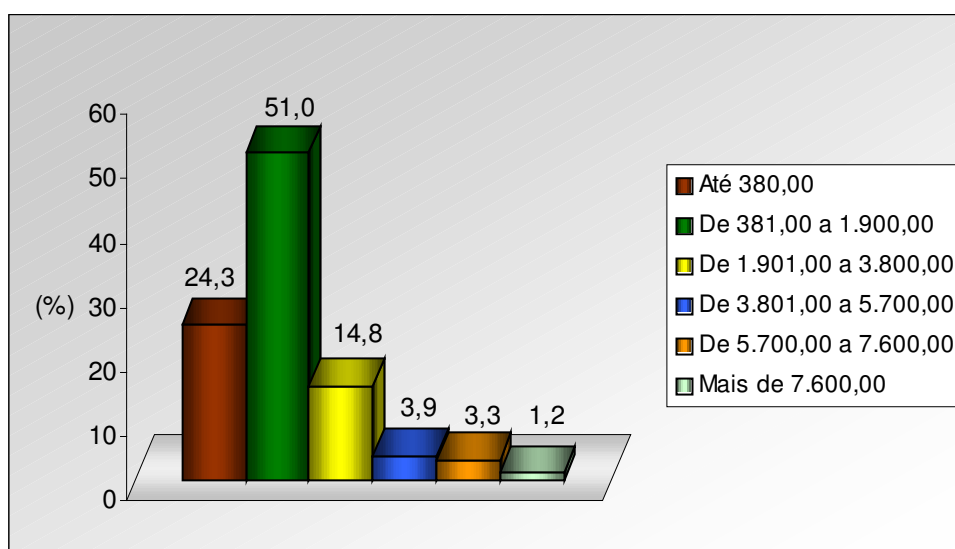


Figura 6 – Nível de renda dos residentes*.

* Os intervalos foram definidos de 5 em 5 salários mínimos (R\$ 380,00).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

³¹ Como o nível de renda não é um elemento imprescindível para formar a percepção dos residentes de Ilhéus em relação ao turismo, optou-se pela redução do número de faixas de renda, estabelecendo-se intervalos de cinco em cinco salários mínimos.

Os menores percentuais estão relacionados às maiores faixas de renda, refletindo, com 90% de confiança para o teste amostral estabelecido, a má distribuição de renda no município, seja por fatores distributivos, estruturais, organizacionais ou técnicos. Têm-se, portanto, 3,9% dos moradores locais na escala de R\$ 3.801,00 a R\$ 5.700,00 (13 pessoas), 3,3% de R\$ 5.701,00 a R\$ 7.600,00 (11 pessoas) e 1,2% com mais de R\$ 7.600,00 (4 pessoas).

Quanto ao perfil ocupacional dos respondentes (Figura 7), 24,3% são funcionários do setor privado (82 pessoas), 22,8% são autônomos (77 pessoas), 17,5% são estudantes (59 pessoas) e 34,8% correspondem ao somatório das categorias Outro (10,7%, ou 36 pessoas), Empresário (9,2%, ou 31 pessoas), Funcionário Público (8,6%, ou 29 pessoas), Desempregado (3,9% ou 13 pessoas) e Autônomo (2,4% ou 77 pessoas).

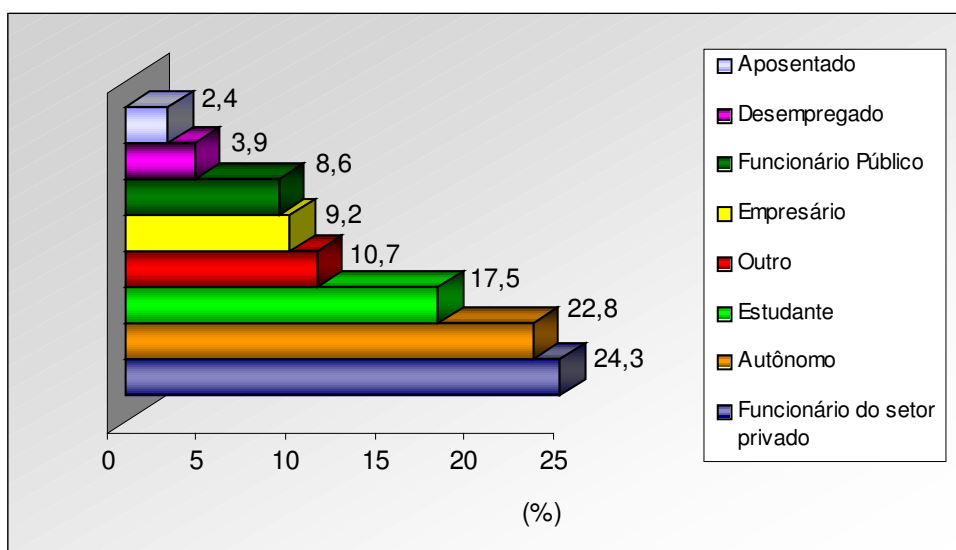


Figura 7 – Perfil ocupacional dos residentes*.

*O somatório das ocorrências totaliza 335 indivíduos devido a duas abstenções.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

No que se refere ao estado civil dos participantes, 165 são solteiros (49%), 152 são casados (45,1%), 13 são divorciados (3,9%), 5 são viúvos (1,5%) e 2 ou 0,6% classificaram-se na categoria Outro, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Estado civil dos respondentes

Situação Civil	Nº de Indivíduos	(%) Relativo à Amostra
Solteiro(a)	165	49,0
Casado(a)	152	45,1
Divorciado(a)	13	3,9
Viúvo(a)	5	1,5
Outro	2	0,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

O cruzamento das informações referentes ao estado civil dos respondentes e à renda auferida por esses grupos pode contribuir para o aprimoramento das ações de planejamento e formatação de produtos turísticos, visto que há diferença de valores, exigências, padrões e tempo livre entre cada categoria. As ocorrências mais expressivas foram:

- a) Até R\$ 380,00 – 48 solteiros e 31 casados;
- b) De R\$ 381,00 a R\$ 1.900,00 – 92 solteiros, 75 casados;
- c) De R\$ 1.901,00 a R\$ 3.800,00 – 29 casados, 4 divorciados;
- d) De R\$ 3.801,00 a R\$ 5.700,00 – 6 casados, 5 solteiros;
- e) De R\$ 5.700,00 a R\$ 7.600,00 – 7 casados, 3 solteiros;
- f) Mais de R\$ 7.600,00 – 2 casados, 2 divorciados.

Considerando que os produtos turísticos são consumidos pelos turistas e pelos residentes locais, é necessário que os gestores definam o público-alvo, o tipo de produto e a forma de consumo em relação à capacidade de carga dos ambientes e a perspectiva de geração de lucro (se através da ampliação da capacidade de atendimento da demanda ou se através do aprimoramento/diferenciação dos produtos com elevação de preço – mecanismo eficiente para seleção de público e contenção de demanda).

Deve-se dispor de produtos turísticos para casais, em ambientes românticos, descontraídos ou de aventura a fim de atender a uma maior variedade de gostos. Para os programas noturnos mais longos, tanto casais sem filhos quanto solteiros têm disponibilidade de freqüentar. Para os casais que têm filhos, há sempre a necessidade de espaços nos quais possam se divertir com as crianças, ou, onde possam deixá-las por algum tempo, com a certeza de que estão recebendo um bom tratamento e que estão se divertindo. Quanto aos divorciados as preferências

variarão em função do gosto, da renda e da idade, questão que pode ser identificada através de uma pesquisa de opinião.

Consoante procedimentos metodológicos, as três áreas escolhidas para a aplicação dos formulários atenderam à expectativa de abordagem de indivíduos com perfis diversificados, conforme demonstrado na Figura 8, relativa às áreas de residência dos participantes. Obteve-se a seguinte quantidade de residentes por área: 79 no Malhado, 77 no Pontal, 50 no Centro, 32 na Conquista, 32 na área Pós-Aeroporto, 29 nos bairros da Zona Norte, 22 no Interior e 14 no Teotônio Vilela.

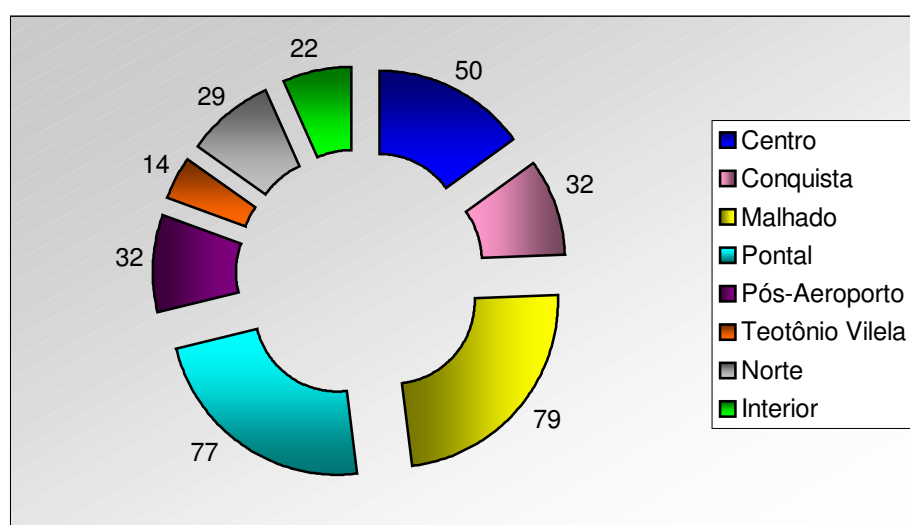


Figura 8 – Áreas de residência dos respondentes, Ilhéus-BA.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Como a percepção resulta das experiências, condições de vida e seus respectivos contextos, torna-se necessário considerar locais de residência em relação ao nível de renda a fim de abstrair sobre padrão de consumo dos indivíduos e as desigualdades espaciais. Assim, no geral e com maior expressividade, houve uma concentração de 170 indivíduos com renda entre R\$ 381,00 e R\$ 1.900,00, relativo ao Malhado, Pontal, Centro, Conquista, Pós-Aeroporto e Norte. No nível de até R\$ 380,00 cabe referência ao Malhado, com 32 respostas, sendo que os outros locais alternam entre 9 e 6 indicações. Na faixa de R\$ 1.901,00 a R\$ 3.800,00 destacam-se 22 indivíduos do Pontal e 10 do Centro. Com renda entre R\$ 3.801,00 a R\$ 5.700,00, existem 7 pessoas do Pontal e 3 da região Pós-Aeroporto. Ganhando R\$ 5.700 a R\$ 7.600,00, existem 6 do Centro e 3 do Pontal. Na faixa de renda superior a R\$ 7.600,00, há 2 pessoas do Pontal, 1 do Centro e 1 do Norte.

As informações coletadas confirmam a desigualdade entre as diversas áreas da cidade de Ilhéus; pois, à medida que há elevação nas faixas de renda, reduz-se a participação dos bairros mais pobres e com piores condições infraestruturais. Para uma renda superior a R\$ 1.901,00, áreas como Malhado, Conquista, Teotônio Vilela, Norte e Interior começam a perder expressividade. Extrapolando essa base, houve apenas 4 ocorrências no Malhado e 1 no Norte, todos os demais foram inexistentes.

Um outro elemento cujo avanço está condicionado às condições econômicas dos indivíduos/família é a escolaridade. Um cruzamento de dados revelou, como era esperado, que justamente nas áreas residenciais relativas aos menores níveis de renda por respondente, o grau de escolaridade é menor.

5.2 Turismo em Ilhéus: avaliação e expectativas na ótica de residentes

Dando início ao quesito avaliação, quando questionados se o turismo gera benefícios para a cidade, 85,8% dos indivíduos disseram que sim, apesar de 30% destes frisarem que ainda está sendo mal desenvolvido. Apenas 14,2% optaram pela alternativa não. Esses respondentes apresentaram críticas convergentes quanto aos benefícios poucos e por consequência seus efeitos ainda são muito superficiais, não abrangendo a comunidade. Tanto para a resposta afirmativa quanto para a negativa, não houve grande disparidade de opinião entre o público feminino e o masculino. Das 289 indicações “sim”, 145 foram de mulheres e 144 de homens. Para a resposta “não” foram enumeradas 22 respostas das mulheres e 26 dos homens.

Conforme demonstrado na Tabela 4, apesar do estágio ainda precário dessa atividade (MAGALHÃES, 2006; MIRA, 2003; FONTES, BARROCO, 2003), os benefícios do turismo na cidade de Ilhéus são percebidos por pessoas de todas as idades. Mesmo que a amostra tenha atingido um público do mais jovem até o adulto, dos 18 aos 57 anos, e este, devido ao próprio contexto de vida está mais envolvido com a atividade, seja na sua comercialização ou usufruto, é importante observar que dos 8 indivíduos acima dos 58³² anos que participaram da pesquisa, apenas 1

³² Foram ouvidas 2 pessoas com 59 anos, 2 com 60 anos, 1 com 61, 1 com 63, 1 com 67 e 1 com 76.

apresentou uma resposta negativa. Isso significa aceitação do turismo como uma atividade que pode contribuir mais para a economia local. Ou seja, apesar da intensa convivência com a pujança dos efeitos da cacauicultura, o saudosismo não tem impedido a implementação de novas atividades econômicas.

Tabela 4 – Percepção dos benefícios do turismo na cidade de Ilhéus por faixa etária dos respondentes

Resposta	Faixa Etária				
	18 a 27	28 a 37	38 a 47	48 a 57	Mais de 58
Sim	119	92	51	20	07
Não	20	07	11	09	01

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Considerando a inferência de benefícios com os intervalos de renda, obteve-se, em ordem crescente, os seguintes percentuais: 78% (entre os de R\$ 380,00); 89% (de R\$ 381,00 a 1.900,00); 88% (R\$ 1.901,00 a R\$ 3.800,00); 92,3% (R\$ 3.801,00 a R\$ 5.700,00); 63,5% (de R\$ 5.701,00 a R\$ 7.600,00); e, 100% (mais de R\$ 7.600,00). Portanto, quanto maior a renda observada, maior o percentual de percepção dos benefícios, provavelmente pela maior disponibilidade de renda para usufruir os locais e equipamentos turísticos. Da mesma forma, quando relacionada ao grau de escolaridade, quanto mais elevada a formação escolar dos residentes, há uma redução na proporção relativa das respostas de que o turismo não gera benefícios, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Percepção da geração de benefícios pelo turismo em relação ao grau de escolaridade dos residentes

Geração de Benefício	Grau de Escolaridade						
	Ensino Fun. Inc.	Ensino Fun. Com.	Ensino Méd. Inc.	Ensino Méd. Com.	Superior Inc.	Superior Com.	Mest./Dout.
Sim	15	07	40	162	45	18	01
Não	11	01	11	19	03	03	00

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Em relação ao local de residência dos respondentes, mesmo nos bairros com condições mais precárias de prestação de serviços básicos, como saneamento, transporte, água, luz, saúde, os moradores conseguem identificar efeitos positivos do turismo (Tabela 6). Um exemplo que pode ser destacado é o do bairro Teotônio Vilela. Em geral a renda dos indivíduos que trabalham como ambulantes, vendendo

diversos produtos no Centro da cidade e principalmente nas praias, aumenta com o turismo de alta estação.

Tabela 6 – Percepção da geração de benefícios pelo turismo em relação à área de residência

Geração de Benefício	Local de Residência							
	Centro	Conquista	Malhado	Pontal	Pós-Aerop.	Teotônio Vilela	Norte	Interior
Sim	44	27	63	71	28	12	24	18
Não	06	05	16	06	04	02	05	04

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Para respaldar as análises quanto à escolha das alternativas sim ou não, foi solicitado aos respondentes que listassem três benefícios. Para a primeira indicação de benefício houve 283 respostas; para a primeira e a segunda 215 respostas e 107 residentes apontaram três benefícios. Como as respostas foram livres (não-indutivas), foi feita uma categorização das mesmas cujo resultado está descrito na Tabela 7.

Como a cidade não tem uma economia estruturada, o turismo, em determinados períodos do ano, aquece o mercado local, gerando uma tendência natural à valorização dos benefícios de natureza econômica (76,5%) em detrimento dos benefícios culturais (2,7%). Os efeitos positivos mais citados na economia local foram: geração de emprego (62,6%, citado por 211 pessoas), aumento da renda (42,5%, indicado por 143 indivíduos) e dinamização do comércio (16,8%, citado por 56 pessoas).

Tabela 7 – Benefícios gerados pelo turismo na cidade de Ilhéus na percepção dos residentes

Natureza dos Benefícios	Freqüência	(%)
Econômicos	257	76,5
Culturais	9	2,7
Infra-estruturais e de divulgação	17	5,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

No segmento cultural, foram citados como benefícios na conservação dos casarios antigos, no desenvolvimento do artesanato, maior valorização da cultura e incentivo a novos artistas. Quanto aos benefícios de infra-estrutura e divulgação no período da alta estação, os moradores apontaram limpeza pública, segurança, organização do espaço urbano, limpeza das praias, melhoria na sinalização e ações

de divulgação da cidade (seja através de anúncios em rádio, tv ou outros mecanismos). No entanto, criticaram a descontinuidade das ações que são empreendidas durante o verão/férias em relação ao restante do ano. Assim o trabalho dos gestores fica concentrado num período, reforçando o efeito da sazonalidade.

Quanto aos impactos negativos da atividade turística, apenas 15,4% (52 pessoas) disseram perceber problemas e 84,6% (285 pessoas) responderam que não há prejuízos. Comparando com os resultados da questão anterior, há uma compatibilidade de extremos; ou seja, a opinião dos moradores é consistente, uma vez que o percentual de variação é mínimo. Quando 85,8% identificam benefícios, 84,6% não aponta prejuízos e 14,2% não reconhecem os benefícios, logo 15,4% afirmam haver prejuízos. Essas variações estão relacionadas às respostas dos indivíduos que, apesar de reconhecerem benefícios, apresentaram críticas quanto à precariedade e falta de profissionalismo na maioria das ações ou ainda quanto à baixa qualidade dos produtos turísticos.

A discussão dos problemas apresentados na Figura 9 e identificados quanto ao aumento da prática do turismo na cidade requer cautela e contextualização das respostas. Primeiro, considerar que os percentuais abaixo discriminados referem-se a um total de 15,4%, figurando, nesse caso, como 100% das respostas.

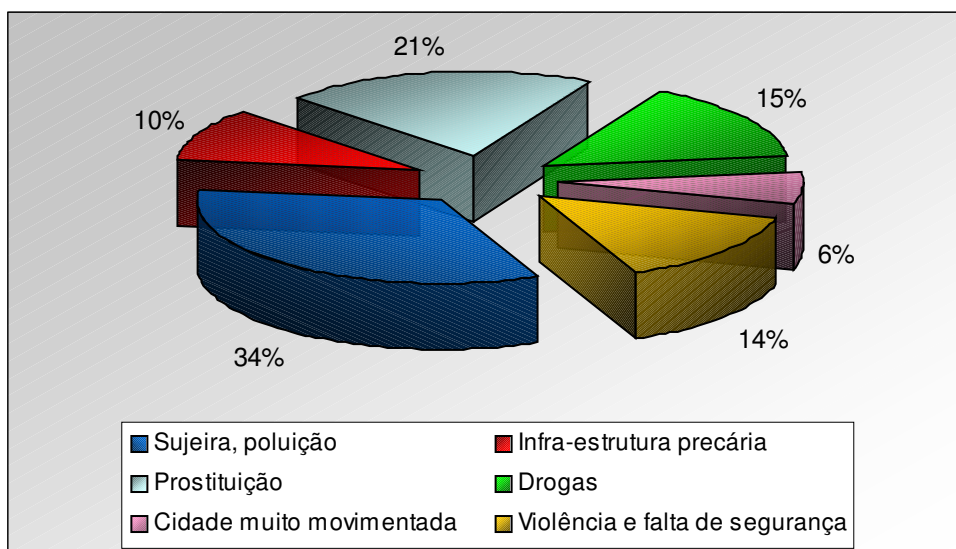


Figura 9 – Problemas gerados pelo turismo na ótica dos residentes.
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

A resposta sujeira e poluição, que foi indicada em 34%, mantém relação com o item infra-estrutura precária, com 10%, e cidade muito movimentada, 6%. A maior movimentação de pessoas nos espaços urbanos e naturais implica em maior consumo de bens e serviços, maior produção de lixo e falta de espaço, por exemplo. No momento em que o poder público, em parceria com o setor privado, não está preparado para acelerar o atendimento ao público sem redução da qualidade, o problema é evidenciado.

Prostituição e drogas são problemas sociais que se intensificam com o aumento do turismo. Para as mulheres que se prostituem, é uma possibilidade de ganhar mais dinheiro (SILVA; ÁVILA, 2007) e para os usuários de drogas, o acesso é facilitado pela aproximação dos vendedores aos consumidores. O indicador violência e falta de segurança (14%) está relacionado aos furtos sofridos pela população e turistas. Todos esses prejuízos são, em maior proporção, problemas sociais; ou seja, não surgem apenas com a intensificação da prática do turismo. O baixo percentual apresentado para os problemas observados, da ordem de 15,4%, indica que a população distingue a origem dos problemas e intensificação ou não dos mesmos com a ampliação da prática do turismo ou, ainda, que, em face aos benefícios econômicos, alguns problemas perdem a relevância.

Com base nesse contexto, a avaliação da contribuição do turismo para a cidade se concentra em regular (35,9% - 121 indicações), bom (29,7% - 100 indicações), ruim (19% - 64 indicações), excelente (8,3% - 28 pessoas), prejudica (4,5% - 15 indicações) e não contribui (2,7% - 9 indicações). Dentre todos os respondentes, apenas 4,2% exercem uma profissão que esteja totalmente vinculada ao turismo, 27,9% em situação parcial e 65,9% consideram não possuir nenhuma relação. Essa última situação pode estar relacionada a setores ou atividades que sofrem os efeitos indiretos ou induzidos do turismo e por isso a percepção da influência/relação com o mesmo é anulada devido à falta de parâmetros concretos e de conhecimento da população e dos próprios gestores no que se refere à complexidade e extensão da rede de atividades/serviços/atores que compõem o turismo.

Mesmo os respondentes, em sua economia doméstica, não dependendo diretamente do turismo para ampliar sua renda, demonstram perceber os efeitos da atividade em Ilhéus. Esse comentário está subsidiado no indicador de renda familiar mensal relacionada ao turismo. Assim, 79,5% dos indivíduos disseram não depender

do turismo contra 20,5% que dependem da atividade, percentual que equivale a um valor absoluto de 41 homens e 21 mulheres. Nesse grupo, os ganhos com o turismo influenciam na renda mensal em até 25% (10,1% dos residentes), entre 25% e 50% (6,8% dos residentes) e mais de 50% (3,6% dos residentes).

Como consequência, quando questionados se o turismo melhorou a qualidade de vida da população, 78,3% acreditam que não houve melhorias significativas porque o usufruto dos benefícios econômicos é concentrado, visto que, na maioria dos casos, a renda familiar sofre pequeno acréscimo em função do turismo, o que reforça o peso dos efeitos econômicos positivos para a satisfação da população com a atividade. Esse contexto reflete a necessidade de conjugar benefícios econômicos e sociais.

17,8% afirmaram ter melhorado pouco a qualidade de vida e 3,3% escolheram a alternativa muito. Para as duas últimas opções, os motivos das respostas estão relacionados às pessoas que trabalham diretamente com o turismo, àquelas que têm suas vendas ampliadas em alta estação, ou que conseguem emprego, mesmo que temporário e com salários baixos, pela diversificação das possibilidades de lazer, pela limpeza de áreas propícias a caminhadas e passeios familiares e pela possibilidade de interagir com pessoas diferentes, com outras culturas.

Como o nível de visitação turística em Ilhéus é baixo e a sazonalidade é marcante, não há alterações significativas na rotina do ilheense, fato esse evidenciado pelos 90,8% dos moradores afirmando não sentir alteração alguma em sua cotidianidade, seguidos de 6,5% com pouca alteração e 2,7% com muita alteração (Tabela 8).

Tabela 8 – Alterações na rotina dos residentes

Alterações	Freqüência	(%)
Nenhuma alteração	306	90,8
Pouca alteração	22	6,5
Muita alteração	9	2,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Os percentuais relacionados à existência de alteração foram justificados pelos respondentes através das seguintes ocorrências: alguns trabalham no segmento hoteleiro e a rotina de trabalho acaba sendo intensificada na alta estação, reduzindo

o tempo disponível para o descanso e lazer, individual ou com a família; modificação de hábitos a partir da convivência com outras pessoas; necessidade de aprender a falar outras línguas para compreender turistas estrangeiros, tanto a fim de conseguir ou manter o emprego, quanto para vender mais, no caso dos indivíduos que têm negócio próprio.

Um outro fator a ser considerado é o índice de utilização de hotéis, restaurantes ou locais turísticos de Ilhéus pelos próprios residentes (Tabela 9). 78,4% dos moradores afirmaram freqüentar esses locais com as seguintes freqüências: 22,3% sempre que possível; 39,8% às vezes e 16,3% raramente. Os maiores índices de demanda turística são dos residentes com faixa etária dos 18 aos 47 anos. Quanto ao nível de renda mensal desses indivíduos, o maior número de ocorrências, nas três escalas de visitação, concentraram-se na faixa salarial de R\$ 381,00 a R\$ 1.900,00, respectivamente 37%, 68% e 31%.

Do total da amostra, 21,4% nunca freqüentou outros ambientes utilizados para fins turísticos, excetuando-se as praias. Essa realidade, num cenário de alta estação, com estrutura e competência profissional precária para o atendimento da demanda interna e externa provoca irritação, disputa por espaços e insatisfação. Aqueles que responderam não freqüentar os ambientes turísticos apresentaram como justificativas morar longe do centro da cidade, a falta de dinheiro ou trabalhar muito e o tempo que resta preferem ficar em casa para descansar.

Tabela 9 – Utilização de locais e equipamentos turísticos

Intensidade de Uso	Freqüência	(%)
Sempre que possível	75	22,3
Às vezes	134	39,8
Raramente	55	16,3
Nunca freqüentou	72	21,4

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Os residentes que utilizam os ambientes turísticos, mesmo que em intensidades variadas, afirmaram ocupar o tempo livre para: lazer; aproveitar para reunir a família e amigos na praia; almoçar fora para apreciar comidas diferentes e visitar novos lugares. Foram citadas visitas a hotéis na condição “*day use*”. Nesse caso, a motivação para passar o dia nesses ambientes está relacionada à qualidade dos serviços prestados, da estrutura, do atendimento, da hospitalidade e das possibilidades de diversão que atendem a gostos variados. Um elemento a ser

frisado é que os residentes, apesar de buscar os ambientes turísticos, mencionaram que o fazem, muitas vezes, por falta de opção. Reclamam que não são empreendidas ações para aprimorar tanto os espaços quanto os serviços prestados, “é sempre a mesma coisa”. Faltam novidades nas opções de lazer, além de ser comum bares e restaurantes fecharem mais cedo na baixa estação, reprimindo o consumo dos residentes de Ilhéus.

Com relação à convivência com os turistas, 79,8%, ou 269 moradores, afirmaram ser harmoniosa e 18,4% consideram indiferente (62 pessoas), mesmo porque o destino Ilhéus não possui um índice de visitação tão elevado a ponto de se ultrapassar a capacidade de carga máxima dos ambientes. Em períodos de visitação mais intensa, são gerados alguns desconfortos, mas, nenhum deles a ponto de criar qualquer tipo de ojeriza aos turistas. Cinco indivíduos, ou 1,5% dos abordados, indicaram a alternativa convivência conflituosa, devido a desentendimentos durante a prestação de serviço em ambiente de trabalho.

Diante da falta de profissionalismo e insipiência do turismo que vem sendo desenvolvido em Ilhéus, sem explorar as potencialidades locais, obteve-se 48,7% de insatisfação com a atividade e seus resultados; 32,6% estão pouco satisfeitos; 15,1% com bastante satisfação e 3,3% completamente satisfeitos porque conseguiram emprego e aumento de renda através da atividade (Tabela 10).

Tabela 10 – Grau de satisfação dos residentes em relação ao turismo

Nível de Satisfação	Frequência	(%)
Insatisfeito	164	48,7
Pouco satisfeito	110	32,6
Bastante satisfeito	51	15,1
Completamente satisfeito	11	3,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Foi solicitado que os residentes dessem duas sugestões para a melhoria do turismo local com base em suas expectativas pessoais e na percepção que tinham da atividade em relação à cidade e a todos os seus habitantes. No geral, as belezas naturais do município foram consideradas fundamentais para dinamizar o turismo na cidade. Dessa forma, as respostas subjetivas concentraram-se na limpeza, organização e manutenção das áreas naturais. Mencionaram, ainda, que é preciso investir em infra-estrutura e serviços públicos de qualidade, necessidades estas cujo

encaminhamento e continuidade são constantemente prejudicados ou mesmo subdesenvolvidos em função da gestão pública precária (MAGALHÃES, 2006), sem conhecimento técnico-operacional e ainda pelo cancelamento de projetos/ações devido à substituição de grupos políticos na esfera do poder municipal, nesse caso, as ações partidárias divergem muitas vezes das noções de continuidade e coletividade.

Outras propostas foram: cuidar e revitalizar o patrimônio histórico da cidade e integrá-los de maneira mais eficiente à realidade atual, utilizando mais as histórias da cidade; organizar mais eventos; investir no artesanato; trabalhar para a conscientização da população; aprimorar a hospitalidade na comunidade e em todos os setores relacionados direta e indiretamente ao turismo; oferecer cursos de treinamento para os guias turísticos, garçons, recepcionistas, copeiras e taxistas que mantêm contato direto e constante com os turistas.

Quanto às preferências de temáticas e tipologias a serem trabalhadas no desenvolvimento do turismo local, foi solicitado aos respondentes que ordenassem em ordem crescente de importância as alternativas apresentadas. Contudo, algumas pessoas tinham em mente como primeira ou terceira indicação duas ou três das alternativas disponíveis no formulário. Em atendimento à percepção de cada participante da pesquisa, foi adotada uma marcação flexível, havendo dupla ou tripla indicação de alternativas diferentes numa mesma posição. Optou-se, portanto, pela demonstração de ocorrências, conforme demonstrado nas Tabelas 11 e 12. Para as análises, foi utilizada a leitura por coluna e marcadas as três maiores ocorrências. Em apenas um caso, na Tabela 11, foram destacadas quatro ocorrências em função da igualdade dos valores.

Conforme a Tabela 11, pode-se observar que a temática com o maior número de indicações em primeira opção foi “As belezas naturais” do município de Ilhéus, significando que a população reconhece seu espaço, suas potencialidades e o valoriza. As maiores evidências foram: praias, cachoeiras, passeios de barco e trilhas, dentre uma série de projetos que podem ser desenvolvidos. Em seqüência, está evidente, ainda na primeira opção, o interesse pelo tema ligado às “fazendas de cacau, aos coronéis e à literatura de Jorge Amado” e a “arquitetura dos prédios antigos e monumentos da cidade”, situação repetida na 2ª e 3ª opções, somando-se às “festas populares e religiosas, o artesanato local e a sensualidade de Gabriela”. É interessante observar que o tema “Sensualidade da Gabriela”, isoladamente, perde

peso, referendando que os habitantes ainda guardam no imaginário local diversas histórias do passado que perdem o significado se os seus personagens forem ressignificados isoladamente.

Tabela 11 – Preferência de temáticas para o turismo na ótica dos residentes, Ilhéus-BA

Temáticas	Opções							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
As fazendas e os coronéis do cacau, a literatura de Jorge Amado	88	87	61	33	27	17	5	17
As festas populares, religiosas e o artesanato local	58	87	75	58	24	15	11	7
A arquitetura (prédios) e monumentos	76	42	70	43	48	26	18	12
A sensualidade de Gabriela	29	42	23	62	51	45	34	47
A gastronomia	34	36	22	47	61	53	47	35
A fundação da vila (Capitania Hereditária)	19	13	23	21	38	64	96	61
A história dos indígenas da região	20	17	21	23	30	78	71	75
As belezas naturais	104	37	32	25	36	16	28	57

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

A “gastronomia” foi destacada como a 5ª opção de trabalho, portanto, deve ser um elemento trabalhado e aprimorado a fim de complementar a qualidade dos produtos turísticos. Uma outra possibilidade seria vincular história e culinária típica. Os itens “história dos indígenas da região” e a “fundação da vila (Capitania Hereditária)” aparecem, respectivamente, em 6º lugar (78), com pequena variação até a 8ª posição e na 7ª preferência, com 96 recomendações. Esse resultado está relacionado à insuficiência de correlação entre elementos imateriais e materiais que possam ser rememorados, integrados à dinâmica sócio-espacial presente.

A Tabela 12 correspondente às tipologias de turismo a serem trabalhadas em Ilhéus, indicadas pelos residentes, referendam as temáticas preferidas, ao estarem ligadas ao segmento cultura/história da cidade e ambiente natural. Apesar de estar descrito na Tabela 11, a preferência pela temática ‘beleza natural’, como primeira opção, por considerarem uma área mais acessível e que exige menos correções/estruturação/adequações para a comercialização de produtos turísticos; quando foi solicitada a opinião dos residentes sobre os tipos de turismo (Tabela 12) com potencial para serem desenvolvidos em Ilhéus, foi demonstrada grande inquietação quanto à exploração superficial e sem criatividade dos recursos

históricos e culturais disponíveis. Isso responde à questão do turismo de caráter histórico/cultural/religioso ter aparecido como 1ª opção, recebendo 114 indicações.

Tabela 12 – Preferência de tipologias do turismo na ótica dos residentes, Ilhéus-BA

Tipologias de Turismo	Opções						
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
Turismo ecológico, rural	82	91	78	23	16	16	29
Turismo de eventos, negócios, científico	62	85	65	44	38	20	20
Turismo histórico-cultural, religioso	114	56	53	31	42	29	10
Turismo de terceira idade, infantil	41	27	36	60	60	62	48
Turismo de aventura, esportivo	46	30	31	58	72	61	36
Turismo de pesca, náutico	36	36	31	61	56	75	39
Turismo individual, de casais, grupos ³³	27	17	37	39	30	51	133

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Em seguida, vem a sugestão de se trabalhar o turismo voltado para a natureza, tanto o ecológico, quanto o rural, que tem potencialidade na região, mas necessita de formatação. Na questão do turismo rural, os respondentes lançaram mão da memória da riqueza da região cacauera em tempos passados. Através da CEPLAC e UESC, dentre outras instituições/empresas, pode-se promover o turismo científico, também em destaque.

Foi feita menção significativa, respectivamente, ao turismo de eventos e negócios pela dinamização que promovem no centro urbano; ao turismo de aventura e esportivo; de pesca/náutico; de terceira idade e infantil. A alternativa turismo individual, de casais e grupos foi incluída para identificar a receptividade dos residentes em relação aos diferentes grupos, ficando em 7º lugar, com 133 indicações. A reação dos residentes foi a de que todas as outras tipologias deveriam atender a esses três públicos e seus perfis, uma vez que os moradores têm a expectativa de que um dia Ilhéus venha a ser “verdadeiramente um destino turístico”, uma vez que os moradores percebem que a cidade é pouco visitada por turistas.

Entretanto, é preciso ter cautela em não suprimir os espaços sociais necessários à vivência dos habitantes locais para que não seja criada irritação nos mesmos quanto à chegada dos turistas. As respostas dos moradores, tanto objetivas, quanto subjetivas, em relação a aumentar o nível de interação com os

³³ Tipologias de turismo extraídas do livro: IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 80-81.

turistas, apresentam uma série de indícios em relação a esse possível cenário no futuro, conforme demonstrado na Figura 10.

Nos cones de cor azul estão especificados os números de respondentes e nos vermelhos o percentual das ocorrências em relação ao total da amostra, para as quatro categorias de interação estabelecidas: elevada (24 indicações ou 7,1%), regular (64 indicações ou 19%), moderada (87 indicações ou 25,8%) e nenhuma interação (162 indicações ou 48,1%). Os indivíduos que optaram por uma interação mais elevada são aqueles que estão vinculados a hotéis ou outros tipos de atividades comerciais diretamente relacionadas com o turismo e estão na faixa etária dos jovens e adultos.

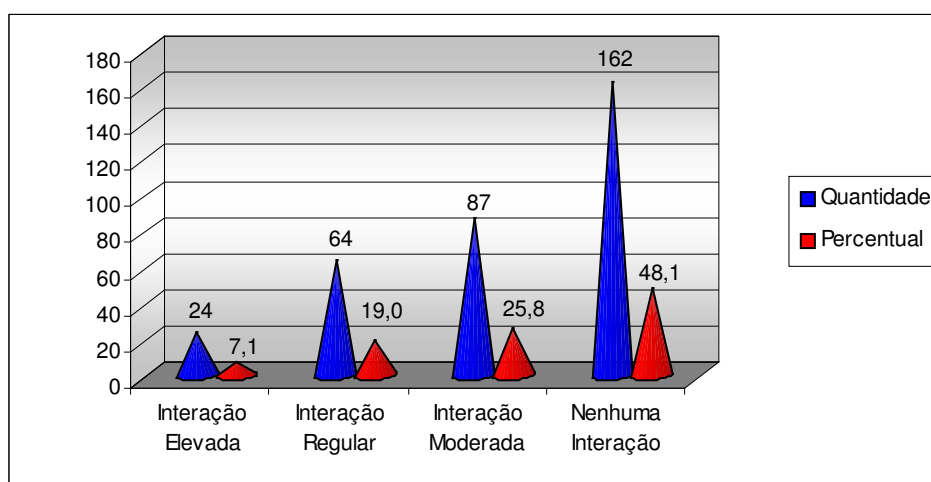


Figura 10 – Interesse dos residentes em ampliar o nível de interação com os turistas.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Nos três casos de interação, os moradores locais disseram ter a curiosidade de conhecer melhor o turista, saber sobre seu lugar de origem e sua cultura; ou ainda, seria uma forma de ampliar suas experiências e conseguir um emprego melhor no próprio ambiente de trabalho. Alguns consideram que é uma excelente oportunidade para praticar e aperfeiçoar outros idiomas. Aqueles que optaram por nenhuma interação não exercem atividades relacionadas diretamente ao turismo e, por isso, não sentem a necessidade de ampliar o contato com os turistas. Além disso, preferem não ter alterações desnecessárias na rotina pessoal e muitas vezes não falam outros idiomas, o que inviabilizaria o processo de comunicação, já que não possuem nenhuma outra motivação para o contato.

Outro elemento a ser considerado é que o baixo grau de convivência implica num menor diálogo entre as diferentes culturas, reduzindo, portanto, o nível de influência no modo de vida da população de Ilhéus. A consistência dessa consideração está fundamentada nas respostas dos habitantes locais. Dos 337 abordados na cidade, 280 ou 83,1% dos residentes, sendo 146 mulheres e 134 homens, afirmaram não ser influenciados pelos costumes ou presença dos turistas. Outros 39 indivíduos (11,6%) indicaram pouca influência; geralmente, relacionada a hábitos e modo de vestir. Apenas 18 pessoas (5,3%), que trabalham diariamente com o turismo, disseram sentir que o seu estilo de vida é muito influenciado pela convivência com os turistas.

5.3 Turismo Local: identidade e participação dos residentes

O processo de verificação se os residentes estão se identificando com o turismo na cidade de Ilhéus foi iniciado com um questionamento, de natureza histórico-cultural, no sentido de identificar, na opinião de cada respondente, a existência de acontecimentos da história local que deveriam ser mais evidenciados no turismo. 139 pessoas (41,2%) responderam sim, por acreditarem que a maior parte da história e cultura local não é tão evidenciada quanto deveria, pois as abordagens nessa área apresentam pouca consistência e continuidade.

Citaram a história da cacauicultura, os seus personagens e ambientes; sugeriram, também, o retorno do carnaval cultural e a festa da Puxada do Mastro de São Sebastião. Reforçaram a necessidade de resgatar elementos da 'cultura popular'. 43,3%, o equivalente a 146 pessoas, disseram que não há elementos histórico-culturais que devem ser mais evidenciados, todos já são abordados, mas não com diferencial e qualidade. 15,4% das pessoas não souberam responder.

Em contrapartida, foi perguntado se há fatos históricos da cidade que não devem ser divulgados através do turismo. Apenas 3,9% dos respondentes disseram sim, justificando que não deve ser enfatizada, de maneira isolada, a questão da "sensualidade da Gabriela" devido à delicadeza do tema e do risco em incentivar a prostituição; e a "decadência do cacau" (a população se identifica com a pujança da

cacaucultura materializada na arquitetura imponente e preservada como patrimônio da cidade).

67,4%, ou 227 pessoas, não se identificam, 23,1% (78 pessoas) se identificam pouco e apenas 9,5% (32 pessoas) se identificam muito com a forma como o turismo vem sendo desenvolvido na cidade. Para os três casos, não houve grande diferença entre as opiniões dos homens e das mulheres. Além dos fatores já apresentados, os residentes apontaram ainda a falta de hospitalidade, de apoio do poder público, ausência de parcerias, falta de informação, e o fato de grande parte dos produtos comercializados não serem formatados, não havendo novidades, faltando opções para diversão o que resulta em vulnerabilidade e inconsistência para a atividade. Pode-se perceber que a população está desestimulada e descrente, o que leva à resistência ou mesmo indiferença com relação às ações que são desenvolvidas em prol do turismo em Ilhéus.

O elo entre ambiente natural e história local (a partir da cacaucultura), que faz parte da identidade coletiva, foi reforçado nos resultados de outra questão, na qual deveriam ser citados três lugares, patrimônio ou manifestação cultural, que diferenciariam a cidade de Ilhéus. A pergunta foi feita de maneira generalizada justamente para não gerar indução às respostas. E, novamente, prevaleceram as paisagens naturais e a memória histórica e cultural do povo, sustentada no saudosismo de uma época em que Ilhéus era referência no sentido de progresso e urbanismo na região cacauera, motivo pelo qual ficou conhecida como “A Princesinha do Sul”.

Quanto à verificação do grau de participação dos residentes locais no processo de organização da atividade turística no município, buscou-se avaliar, inicialmente, se esses indivíduos freqüentam os eventos, festas e manifestações culturais que acontecem em Ilhéus (Tabela 13), bem como se são capazes de identificar alterações, no que se refere a padrão e originalidade desses acontecimentos apenas para agradar aos turistas. Esse último elemento da análise possibilita averiguar se a população local se sente culturalmente desvirtuada.

Tabela 13 – Participação dos residentes em eventos, festas e manifestações culturais na cidade de Ilhéus

Nível de Participação	Freqüência	(%)
Sempre que possível	56	16,6
Às vezes	95	28,2
Raramente	44	13,1
Não participa	139	41,2

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Assim, 41,2% residentes afirmaram que não costumam participar dos eventos ou manifestações culturais promovidas na cidade. Além desses, 16,6% comparecem sempre que possível; 28,2% freqüentam às vezes e 13,1% raramente se interessam pelos mesmos. O grupo que apresenta os maiores percentuais em todas as categorias equivale aos indivíduos que estão na faixa etária entre 18 e 27 anos, em proporção igual de homens e mulheres, 69 pessoas de cada gênero distribuídas entre as escalas. Comparando nível de escolaridade, renda e comparecimento nos eventos, a amostra demonstrou uma maior procura de indivíduos com ensino médio completo e nível superior e com faixa de renda de R\$ 381,00 a R\$ 3.800,00.

Essa realidade resulta da falta de criatividade e profissionalismo na elaboração dos eventos, independente de sua natureza, falta de integração, de significado, de continuidade, de valorização da cultura, de estrutura e acessibilidade. Em algumas respostas subjetivas, por exemplo, as pessoas reclamam da insuficiência de dinheiro para desfrutar de produtos ou locais turísticos.

Ao serem questionados sobre alterações em eventos relacionados à cultura e história dos habitantes, 7,1% afirmaram que sempre há modificações, como, por exemplo, investem em vestuário e demais elementos visuais que possam influenciar na apreciação do turista; 8,3% indicaram que às vezes são feitas alterações como a realização em locais que não são característicos, e 31,5% não acham que existam alterações que deturpem a natureza real dos eventos, mesmo porque a cultura é dinâmica. 53,1% não souberam responder porque não têm um nível de informação abrangente sobre as manifestações culturais e a história da cidade. Evidenciaram que gostariam de conhecer melhor o próprio espaço, o que, inclusive, auxiliaria a passar informações para alguns turistas.

É perceptível, também, a ausência de cooperação social e política na cidade, seguida da falta de consciência de que cada indivíduo tem um papel a cumprir no ambiente em que habita. Resultado disso é que 94,1% dos residentes afirmaram

não participar de nenhum tipo de associação comunitária ou de profissionais, entidade, ONG; contra 5,3% que estão integrados a: Maramata, associações de bairro, à ONG Floresta Viva, ou Cruzadas Evangélicas de ação social.

Isso se deve não apenas ao sentimento de individualidade arraigado nas sociedades, mas também à descrença quanto aos resultados e sua continuidade, à dificuldade de cooperação e associação, à falta de capacitação/conhecimento, à falta de apoio do setor público e à falta de tempo, principalmente, visto que para uma sobrevivência de qualidade e com o baixo nível salarial vigente no país, a rotina de trabalho tem que ser intensificada para atender às necessidades familiares, reduzindo a possibilidade de perceber e se dedicar diretamente ao espaço social.

Outro aspecto a ser avaliado nessa questão de integração, especificamente no que se refere ao turismo, é a compreensão dos indivíduos quanto a seu papel e responsabilidade com o espaço de vivência (Tabela 14); 133 residentes (39,5%) consideram que a população é muito responsável pelo desenvolvimento do turismo e das suas conseqüências na cidade de Ilhéus. O maior número de respostas nesse sentido são de 72 pessoas com nível médio completo e 23 incompleto, seguidas de 19 com nível superior incompleto.

Tabela 14 – Responsabilidade dos residentes em relação ao turismo e suas conseqüências na cidade de Ilhéus

Nível de Responsabilidade	Freqüência	(%)
Muito	133	39,5
Pouco	72	21,4
Não é responsável	125	37,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Defendem que o governo não tem que assumir todas as obrigações, que há falta, também, de dedicação e esforço da população para buscar qualificação e profissionalismo; que precisam ser mais hospitaleiros com os turistas e aprimorar a qualidade do atendimento; auxiliar na preservação da cidade, do patrimônio material e imaterial, não poluir, tentar adequar os produtos e a prestação de serviços aos perfis dos turistas que visitam a cidade; não sabem escolher os governantes e não têm o costume de exigir dos mesmos, permanecendo ainda a cultura do clientelismo.

Dentre os respondentes, 72 (21,4%) consideram que a população tem pouca responsabilidade com o desenvolvimento e os efeitos do turismo em Ilhéus.

Mencionaram os fatores supracitados, enfatizando que a maior responsabilidade é da prefeitura e dos órgãos públicos que não desenvolvem políticas públicas, ações e projetos que estimulem o empreendedorismo, não fornecem cursos de capacitação, não fornecem serviços públicos de qualidade, não zelam pela infra-estrutura da cidade. Acrescentaram, ainda, que as ações executadas pelo Conselho Municipal de Turismo e pela Prefeitura não são amplamente divulgadas para a sociedade, muito menos que haja estímulo à integração efetiva da comunidade. Além disso, o serviço público está em descrédito com a população, pois a falta de atuação eficiente e eficaz dos órgãos competentes desestimula a participação de outros agentes sociais. Soma-se a isso a freqüente alternância das pessoas que ocupam lugares nos conselhos gestores e a falta do domínio técnico e operacional.

Numa posição extremista, 125 (37,1%) dos moradores abordados disseram que a população não tem nenhuma responsabilidade com o desempenho da atividade turística, muito menos com seus efeitos. Assim, a responsabilidade é somente da administração pública. E se a comunidade não está integrada ou capacitada é porque os projetos não estão sendo adaptados às necessidades locais. 7 pessoas (2,1% do total) não responderam a questão referente à responsabilidade da população com seu espaço e com o desenvolvimento turístico.

Foi perguntado, então, se tinham conhecimento da existência de um Conselho Municipal para discutir as questões relacionadas ao desenvolvimento do Turismo de Ilhéus – Comtur (Tabela 15).

Tabela 15 – Conhecimento sobre a existência do Comtur/Ilhéus

Alternativas	Freqüência	(%)
Sim	133	39,5
Não	128	38,0
Já ouviu falar	76	22,6

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

39,5% (133) responderam sim, 38% (128) disseram não e 22,6% afirmaram já ter ouvido falar nesse Conselho, mas não sabem onde fica a sede, qual a finalidade, quais as ações, nem quem são os dirigentes. Esse é mais um indício de que não tem como a população se integrar se os coordenadores de projetos e ações públicas não se mantiverem próximos da comunidade. Cabe o questionamento, também,

sobre as formas de representação dos diversos grupos de interesses existentes na cidade e se estas estão sendo exercidas adequadamente.

No intuito de aprofundar a percepção de como a população está considerando a participação no desenvolvimento turístico local, foram questionados se gostariam de se engajar mais no processo de organização e execução dessa atividade. Dos 337 participantes na pesquisa, 242, ou 71,8% disseram não e 95 (28,2%) afirmaram que sim. Dentre os que responderam não, foram apresentadas justificativas como falta de tempo, ou o fato de que seu trabalho não tem nenhuma relação com a atividade; ou, ainda, que não gostariam de participar porque aqueles que estão envolvidos com o desenvolvimento do turismo “dão início a alguns projetos, mas que não dá em nada”.

As pessoas que expressaram interesse em se integrar mais, fazem parte, em sua maioria, da faixa etária com 18 a 27 anos e apontaram os seguintes segmentos de ação: trabalhar na divulgação da cidade; trabalhar na organização de manifestações culturais; ser guia turístico; dar opiniões à Secretaria de Turismo sobre os bairros ou distritos onde residem; participar de cursos de capacitação e aprender como os turistas devem ser recebidos.

Nessa mesma vertente, foi solicitado aos respondentes que apontassem três fatores responsáveis pela limitação a um maior engajamento, cuja categorização está demonstrada na Tabela 16. Os maiores problemas estão concentrados em questões como falta de tempo ou de dinheiro para gastos pessoais e por não terem interesse em participar devido às incoerências, descaso e falhas do setor público em relação ao turismo. Daí não se sentirem motivados a gastar dinheiro com locomoção na execução de trabalho voluntário, por exemplo.

Tabela 16 – Fatores limitantes à participação da população no desenvolvimento turístico local

Categorias	Número de Indicações
1. Falta de tempo	138
2. Falta de dinheiro	44
3. Falta de interesse	37
4. Falta de conhecimento técnico	37
5. Falta de oportunidade	23
6. Desinteresse do setor público	11
7. Outros	47

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Em menor evidência, estão as limitações relacionadas à falta de oportunidade/contato com os dirigentes locais e à ausência de preparo técnico-operacional. Na categoria 'outros' estão agregadas pequenas ocorrências, a saber: dificuldade em manter contato com turistas estrangeiros pelo fato de não saber falar outras línguas; falta de desenvoltura; pouca divulgação das informações; morar distante do centro da cidade; corrupção e irresponsabilidade no setor administrativo; pequena produção de projetos turísticos; e baixo nível de visitação por turistas e sua descontinuidade temporal em função da sazonalidade.

5.4 Turismo, gestão e sociedade: reflexões e perspectivas

Em Ilhéus, o turismo foi sendo desenvolvido de maneira marginal à base econômica existente, com a finalidade de complementação da renda gerada sem grandes exigências de investimento, visto que o ritmo de circulação do capital sofreu brusca redução em função da grande crise da cacauicultura em 1989, com a vassoura-de-bruxa.

Assim, a atividade turística foi sendo absorvida paulatinamente, sem que os atores conhecessem sua dinâmica e sua rede de relações, daí o espontaneísmo em toda sua trajetória. As ações passaram a ser empregadas com intenção exclusiva de reagir a situações imediatas, sem avaliação das conseqüências futuras, gerando uma série de ações não planejadas, desconectadas, com desperdício de tempo e recursos.

Planejar a atividade turística sob a ótica local significa, dentre outros aspectos, identificar as perspectivas e os anseios dos diversos atores sociais, e buscar integrá-los, direta ou indiretamente, na rede de atividades, relações e benefícios que compõem o turismo em um determinado espaço. Entretanto, o desempenho de papéis, acompanhamento ou ainda cobrança de ações no âmbito da gestão das cidades é sistematicamente prejudicada em função da desinformação da maior parte dos cidadãos, que se tornam elementos passivos incapazes de intervir na realidade vivida.

Em Ilhéus, essa atividade é frágil, e considerando que parte significativa dos próprios gestores não tem preparo técnico (MAGALHÃES, 2006), excetuando-se as experiências obtidas na rotina de trabalho, o que exigir da população? A intenção aqui não é apontar responsáveis pelo cenário atual, mas demonstrar que, numa visão hierárquica, tanto o topo quanto o centro e a base necessitam de capacitação. Nesse caso, o compartilhamento de experiências e as parcerias são essenciais para a superação dos entraves e falhas cometidas. Ao invés de se alienarem a uma ordem 'sem rumo', os habitantes sentem a urgência de adequar a economia local e melhorar as condições de vida da população.

A similaridade nas percepções dos residentes, captadas nos resultados da pesquisa, se deve à existência de uma identidade comum à coletividade; pois, ao co-habitar o mesmo espaço, traços da memória local são repassados por gerações ou absorvidos através da relação dialógica entre as culturas. Mesmo os residentes que não são filhos da terra reconhecem que os elementos da construção histórica do espaço e da sociedade devem ser trabalhados, mas com diferencial para qualificar, 'atualizar' e tornar competitivos os produtos turísticos histórico-culturais ofertados em Ilhéus.

Com base na pesquisa bibliográfica sobre a história da região, nas expectativas e no comportamento dos moradores refletidos nos resultados da pesquisa de campo, pode-se argumentar que em Ilhéus a identidade legitimadora e de resistência (CASTELLS, 1999) ainda exerce muita força pelas próprias relações de poder travadas entre as classes sociais, gerando uma grande dificuldade de associação e cooperação nos indivíduos.

Essa questão também é um hábito desenvolvido historicamente. A base econômica da cidade, a cacauicultura, possibilitou a formatação da relação de classes, uma minoria dominante e uma maioria de dominados. Como o processo produtivo desse cultivo é em cadeia e não exige, para o trabalho braçal, nenhuma formação escolar avançada, exceto dominar a arte de plantar, colher, cortar, pisar, secar..., foi construído um distanciamento entre produtores (coronéis), exportadores e grandes comerciantes e um enorme contingente populacional. A percepção em relação a um alugado, jagunço, lavadeira, empregada ou prostituta, estabelecida pelo grupo dominante, era de incapacidade e falta de valor. Como nesse contexto não havia interesse político ou econômico em estimular o avanço educacional, com

o passar do tempo os não-letrados foram sendo marginalizados, perdendo as condições de se integrar aos novos processos sócio-político-econômicos da cidade.

Concomitante ao processo interno, existem as questões do colonialismo, da formação do Estado Nacional brasileiro, as conformações políticas que foram estabelecidas e sua relação com a sociedade. Os detentores de capital influenciaram e influenciam vários processos econômicos que o Estado não tem capacidade nem a função de executar, mas, vem daí a forte ingerência dos grandes grupos privados nas questões políticas. O ordenamento social resultante é, portanto, baseado no pessoalismo, no favoritismo, na exclusão social e na individualidade (HOLANDA, 1995).

Ademais, segundo Santos (1999), a adaptação social se dá em fases. É natural que uma sociedade de perfil econômico agrário-exportador não se adapte, em um período tão curto, a uma outra atividade econômica cujas características são o oposto daquela que regeu a dinâmica local por séculos. Há primeiro o choque, depois o atordoamento. Os novos passos serão norteados para a observação e compreensão dos novos rumos, com adequação aos padrões de organização e das necessidades locais. Outro aspecto difícil de ser contornado é a resistência dos indivíduos às mudanças, seja por medo da nova realidade, seja pelo esforço demandado para adaptar-se (KWASNICKA, 2006).

Apesar da imaturidade do turismo que é desenvolvido no município (MIRA 2003; MAGALHÃES, 2006), os dados demonstraram que os residentes reconhecem os benefícios gerados pela atividade e seu potencial para auxiliar no desenvolvimento da cidade, uma vez que a indicação de benefícios foi extremamente superior aos problemas observados. Além disso, o crescimento da percepção dos impactos positivos do turismo estava vinculado diretamente ao nível de renda do respondente (relacionando o seu poder de usufruto de ambientes e equipamentos turísticos) ou à contribuição do turismo para a elevação da renda familiar.

Quanto aos aspectos infra-estruturais, foi expresso um certo descaso da população em relação ao fato de as melhorias serem empreendidas apenas na alta estação. Nesse período, a coleta de lixo e a limpeza das ruas são melhoradas, a segurança e o policiamento são maiores e há mais estabelecimentos comerciais funcionando por um período de tempo maior, por exemplo. Entretanto, os benefícios ainda não atendem às expectativas dos residentes, que consideraram a contribuição

da atividade turística para o desenvolvimento local regular (35,9% das respostas). Fica evidente, portanto, a necessidade de qualificar e expandir os serviços públicos, dar mais transparência ao processo e aumentar a integração com a comunidade em todo o processo de desenvolvimento do turismo.

Apesar de muitos dos residentes não possuírem informações suficientes que os capacitem a intervir no contexto vigente, têm a capacidade de identificar e distinguir problemas e fragilidades no espaço em que habitam; por isso, podem se tornar parceiros indispensáveis para o aprimoramento da gestão e do planejamento turístico na cidade. A desintegração na rede que compõe o turismo, e nisso a comunidade está envolvida, é prejudicial não só nas etapas de execução, usufruto e avaliação da gestão turística municipal, mas também na fase inicial de elaboração do planejamento da atividade, visto que a falta de informações restringe a capacidade de previsão, dando início a uma escala sucessiva de erros, situação que é exacerbada pela falta de preparo técnico dos gestores.

Se os gestores não demonstram interesse, preocupação e responsabilidade com os diversos grupos que compõem a sociedade, não será possível que os indivíduos, os quais geralmente não têm poder de ação, se sintam à vontade para participar. Em muitos casos, a participação dessas pessoas é que deve ser solicitada e não esperar que elas adivinhem e se prontifiquem a agir. Afinal, nenhum gestor tem conhecimento de todas as áreas da cidade, informações essas que podem ser melhor diagnosticadas pelos moradores da cada bairro, distrito ou área central.

Pode-se verificar que a gestão turística de caráter participativo não pode estar desvinculada da cultura local (VALLS, 2006), visto que esta reflete a identidade dos indivíduos e que o alcance da integração, aprovação, apoio e o voluntarismo da sociedade para a execução de atividades planejadas dependem de conhecimento, informação, satisfação, credibilidade e identificação dos indivíduos com os projetos turísticos. As pessoas não costumam gastar tempo com propostas coletivas, preservação, conservação e trabalhos voluntários, a menos que aprovelem e tenham interesse pela causa.

Através dessa pesquisa pode-se visualizar o baixo nível de integração da comunidade no desenvolvimento do turismo. Evidenciou-se o interesse desta em desfrutar dos benefícios, mas pouca ou nenhuma vontade em auxiliar em algum momento do processo. Mesmo porque têm em mente que a responsabilidade

prioritária quanto às condições atuais do turismo na cidade é do poder público municipal. Numa situação contrária, alguns residentes consideraram sua responsabilidade com o turismo e seus efeitos no espaço apenas no nível de colaboração, não de intervenção continuada.

Essa é uma perspectiva que pode reprimir a possibilidade de avanços, já que muitos esperam obter benesses sem esforços. Talvez esse seja um reflexo do comodismo resultante da democracia representativa (WOOD, 2003) distante e ineficaz, que faz com que o povo perca o discernimento, a mobilidade e o poder de ação, esperando, muitas vezes, que alguém aja em seu lugar. Acrescente-se a isso, a natureza vertical da vida política municipal entre governantes e governados, mantendo uma estrutura atrasada e autoritária (FERNANDES; BONFIM, 2005).

Considerando o desenvolvimento do turismo nesse cenário, apreende-se inúmeros fatores que mantêm o turismo em estado de latência, mesmo com todo o potencial existente. Na esfera gestora, falta cultura pró-ativa, capacidade de organização e liderança, falta informação sobre os recursos, preparo técnico, transparência e credibilidade do governo local (MAGALHÃES, 2006). É, portanto, necessária a revisão dos padrões político-sociais vigentes, ou seja, uma análise sobre as relações democrático-representativas do governo com a sociedade civil para se compreender o real sentido de governança (FISCHER, 2002).

Cabe destacar, porém, que a gestão do turismo não pode ser comparada à racionalidade da gestão de uma empresa, por exemplo. Além da complexidade de relações de natureza direta, indireta e induzida, a relação interpessoal é constante e, muitas vezes, tensa. Soma-se a isso a árdua tarefa de harmonizar os interesses divergentes dos grupos sociais, bem como formatar produtos que agradem a residentes e turistas com identidades plurais (constituídas em função das experiências individuais, da história, da política, da representação, das diferenças, dos gostos, dos desejos e das visões de mundo).

No que se refere, por exemplo, ao turismo histórico-cultural, a sociedade mantém o vínculo com sua memória oficial de fundação (LE GOFF, 1990; POLLAK, 1989), mas a simples existência dos patrimônios materiais e imateriais não é suficiente para fluírem significados num contexto histórico diferente (CANCLINI, 2003b). De acordo com Santos (1999, p. 124), o valor deles “como dado social vem de sua existência relacional”, considerando funcionalidade simbólica e econômica. É necessário que os gestores turísticos, tanto do setor público quanto da iniciativa

privada, façam levantamento das percepções dos habitantes para captar as alterações e a diversidade de significados antes de empreenderem re-significações. Isso para que esses bens sejam efetivamente integrados à realidade presente em consonância com seus valores simbólicos para a sociedade local, vez que “a memória é solicitada e reestruturada sem cessar. Não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas a necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável” (MEMMI, citado por ROSENDAHL; CORRÊA, 1999, p. 180).

Acrescenta-se, ainda, nesse cenário, a identificação de um fato: a população valoriza a cultura local sem o conhecimento dos fatos históricos. Significa dizer que, em muitas respostas subjetivas, os habitantes, mesmo os nascidos em Ilhéus, disseram que gostariam de se integrar mais à atividade turística, mas inúmeras ocorrências nesse sentido atuam como fatores limitantes, como: “gostaria de saber mais sobre a história da cidade para poder falar para os turistas”; “não participo porque não conheço a história da cidade, o que sei ouvi falar”, dentre outros argumentos dessa mesma natureza.

Essa realidade pode ser revertida com o apoio das escolas no ensino da história local, contribuindo para a valorização do espaço e seus atores sociais, bem como incentivando a participação nos eventos, festas e manifestações culturais da cidade. Isso demonstra, ainda, a superficialidade com que a história e a cultura são abordadas, a falta de preparação da própria comunidade para valorizar o seu espaço e assim demonstrar aos turistas as inúmeras riquezas locais. A contribuição da educação ultrapassa a simples formação de habitantes conhecedores da história de construção do espaço em que habita; segundo Hopenhayn (2003), a educação é o mecanismo de construção da comunicação intercultural, na qual é possível o diálogo do eu com o outro sem conflitos nem destruição das identidades particulares, é a aprendizagem com alteridade.

A população, apesar de desacreditada das ações do poder público, gostaria de vivenciar a ampliação do turismo e, é claro, dos seus efeitos positivos. Como pode ser verificado pela própria insipiência da atividade turística na cidade, os dados da pesquisa confirmaram que a rotina do Ilheense ainda não foi prejudicada pela atividade. Significa que os moradores ainda se encontram nas fases definidas por Doxey, citado por Cooper et al. (2001), como de euforia ou aceitação. Sendo assim, é preciso cautela nas ações de curto, médio e longo prazo em prol do desenvolvimento do turismo a fim de evitar que o aumento do nível de visitação

provoque na sociedade sentimentos como indiferença, irritação ou repulsa (DOXEY, citado por COOPER et al., 2001).

Desagradar a população implica em redução da hospitalidade, má vontade na prestação de serviços, tensão e conflitos nas diversas formas de interação com os turistas, levando, possivelmente, a um declínio da atividade. Mesmo porque ficou evidente, no caso dos residentes que não trabalham diretamente com o turismo, que 48,1% não querem aumentar o nível de interação com os turistas. Cabe vislumbrar, então, como a gestão da atividade turística pode ser mais transparente, alcançar credibilidade, cooptar colaboradores, difundir os benefícios e minimizar os prejuízos.

Avaliando o cenário com base no conceito de participação (GANDIN, 2001) apresentado no referencial teórico, afirma-se que no turismo de Ilhéus essa questão não é considerada em sua totalidade. Os técnicos ou 'práticos' que estão no nível da gestão, geralmente não consideram os anseios, opiniões e atitudes dos moradores dos núcleos receptores. O usufruto dos benefícios é reduzido, a maioria dos cargos gerados tem baixa remuneração, levando à marginalização de parte da sociedade.

Nesse âmbito, a formalização da participação nos fóruns e conselhos gestores ainda é um assunto controverso quanto a sua qualidade e aos benefícios sociais. Segundo Burity (2005), independentemente da perspectiva de avaliação da eficiência e eficácia desses espaços de discussão, é preciso reconhecer que, através deles, foi possível ampliar as redes de articulação social. No caso do Conselho Municipal de Turismo de Ilhéus – COMTUR, identificou-se baixa credibilidade e inserção na comunidade, haja vista que esta não está atualizada em relação às ações executadas pelo COMTUR. Cabe então o questionamento sobre a responsabilidade de cada membro quanto a sua possibilidade de dedicação e de transferência das discussões para o grupo que representa. O diálogo entre representantes e grupos sociais é necessário a fim de “transferir práticas e informações do nível social para o nível administrativo” (SANTOS; AVRITZER, citado por CÔRTEZ, 2005, p. 19), e como forma de reduzir as falhas futuras do planejamento turístico local. Nesse sentido, a entropia presente na “rede” turística de Ilhéus seria substituída pela sinergia (CHIAVENATO, 2003).

Dessa forma, a compatibilização de interesses dos atores sociais pode, portanto, ser viabilizada com a adoção de uma perspectiva endógena do espaço em análise. Seguindo esse prisma, é possível desenvolver sondagem das áreas, dos grupos que nela habitam e atuam, e dos seus costumes, a fim de elaborar matrizes

de potencialidades e entraves que cada ambiente avaliado pode apresentar para o turismo na cidade. Após esse diagnóstico, o planejamento a ser desenvolvido teria informações que respaldassem, mesmo que parcialmente, a previsão de impactos futuros, das possíveis falhas, bem como dos mecanismos de reversão de desequilíbrios. Já o controle sobre as externalidades é indefinido, mas auxiliaria a atualização de um banco de dados bem como o acompanhamento da tendência da economia e do mercado turístico nacional e internacional.

Aproximar a esfera administrativa e a comunidade permitirá aos gestores a identificação das formas mais adequadas de abordar cada grupo, quais os mecanismos capazes de sensibilizá-los e como poderiam contribuir; ou seja, empreender uma preparação comunitária personalizada por ambientes. O levantamento de dados nessa etapa pode ser feito através de questionários, observação neutra e participante, entrevistas e reuniões utilizando-se a técnica de grupo focal. O próximo passo é a formatação de cursos de extensão, oficinas, treinamentos, palestras, em parceria com o poder público e privado e as instituições de ensino superior existentes no município, desenvolvendo sempre a valorização do ambiente, das pessoas, de sua cultura, e a prática do empreendedorismo, mesmo em escala micro, familiar (XAVIER, 2007). Essa última ação colabora com a formação do sentimento de dignidade do indivíduo, amplia a renda, a capacidade de consumo, dentre outros benefícios. Segundo Brandão (2006, p. 62), promover a cidadania implica na realização do homem; pois, “além de representar um papel, ajuda a criar o seu texto”.

Nesse sentido, pode-se fomentar a qualificação de elementos culturais que possam, inclusive, reforçar a identidade dos moradores, integrá-los no processo e capacitá-los para a prestação de serviços e recepção do turista. É fundamental que as escolas desenvolvam, desde a infância dos alunos, atividades que tenham como pressuposto o conhecimento do espaço e sua valorização. Para os adultos, alguns recursos poderiam ser desenvolvidos como: informativos, palestras e peças de caráter informativo e interativo.

É fato que o setor público não recebe repasses financeiros que possam desenvolver certos projetos, mas podem utilizar, por exemplo, medidas compensatórias ligadas à responsabilidade social das empresas para trabalharem no seu entorno ou patrocinarem projetos turísticos. Ações dessa natureza podem ser estimuladas por outras vias, já que investimentos em causas sociais geram

descontos no imposto de renda e ainda podem servir como meio de fazer propaganda das empresas.

Como a satisfação da população em relação ao turismo é necessária, uma vez que ela também usufrui os espaços turísticos e mantém contato direto com os turistas (comércio ou outras formas de interação), é importante que todos possam consumir produtos de qualidade independente do poder aquisitivo. Por exemplo, se o habitante não tem renda para optar por *day-use* em meios de hospedagem mais sofisticados, que a praia esteja limpa, que a comida servida e o atendimento sejam de qualidade.

Assim, os residentes também terão a tendência à apatia reduzida em relação aos turistas (vale lembrar que foram emitidos comentários de que algumas ações só são feitas em alta estação). Uma possibilidade de ação é que sejam empreendidos esforços no sentido de levar a cultura, o turismo/lazer aos diversos públicos e para isso existem diversas formas, desde a identificação de atividades que possam ser desenvolvidas no âmbito do próprio bairro, até eventos abertos à visitação do público em escolas ou em áreas que abranjam um número razoável de pessoas.

Além dessas ações, a Secretaria de Turismo, em parceria com as demais Secretarias, a Prefeitura e o setor privado, pode auxiliar o desenvolvimento turístico local através da captação de eventos para a cidade em vários períodos do ano; incentivar eventos científicos; elaborar inventários dos atrativos turísticos; empreender esforços para a restauração da arquitetura histórica e demais símbolos a ela relacionados; re-significar patrimônios materiais e imateriais, com prudência, depois de muitas análises, e de considerar o estágio identitário do ilheense; dinamizar o funcionamento do teatro e da casa dos artistas com peças que contem a história da região e valorizem a cultura do povo, que devem ser desenvolvidas não apenas em ambientes fechados, mas também nas praças, ruas como forma de atrair o público. Além disso, é preciso manter as praias limpas.

No que se refere ao turismo rural de Ilhéus, pode-se investir na diferenciação interligando natureza-história-cultura, gerando, na região, um produto único. Para adequações eficientes e eficazes, é preciso a formação de parcerias entre os agentes dos setores público e privado ligados ao turismo, os fazendeiros e a CEPLAC, que pode incrementar a qualidade das visitas demonstrando o parque tecnológico relacionado ao cacau, por exemplo.

Pode-se trabalhar também as cantigas dos alugados, das lavadeiras, os ternos de reis, re-significando-os em função da dinâmica atual da cidade e dos segmentos turísticos que possam ser trabalhados. Seguir essa vertente, trabalhando com elementos que sejam significantes para a população, pode facilitar o processo de conscientização para a integração da comunidade ao desenvolvimento turístico.

No caso de Ilhéus, ainda falta muito aprendizado e prática para que se possa desenvolver o que Castells (1999) chama de identidade de projeto. Em verdade, uma identidade dessa natureza não significa romper com a origem do espaço e seus habitantes, mas fazer as adaptações necessárias no sentido de dirimir vícios estabelecidos. Nesse sentido, para alcançar o desenvolvimento social é preciso interconectar gestão, conhecimento do espaço (no sentido prático e teórico), desenvolver a capacidade de compreender suas inter-relações de forma interdisciplinar e flexível a fim de ampliar, em cada ator social, as habilidades e competências para o cumprimento do seu papel e a responsabilidade com seu espaço de vivência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade ilheense esteve calcada por longo período na produção do cacau e ainda apresenta resquícios de sua influência massiva no patrimônio material e imaterial, na economia, na dinâmica política e social (costumes, tradições e formas de organização). A dinâmica social da cidade foi construída a partir dos efeitos e das necessidades da cacauicultura, comprovada pelo desprestígio do período açucareiro, quando esse cultivo foi substituído pelo cacau em função de sua atratividade e lucratividade no comércio nacional e no internacional.

A urbanização seguiu o padrão de progresso da época, com adoção de estilos arquitetônicos do Rio de Janeiro e Europa. Os costumes da sociedade seguiram a mesma linha, inclusive na ostentação de riqueza e diferenciação acirrada de classes sociais. A política não servia aos interesses da coletividade, mas a vontade dos coronéis, já que eles detinham o poder “executivo, legislativo e judiciário”. A sociedade local foi ficando, em parte, despolitizada, desarticulada, com baixo nível educacional, falta de cooperação e individualista.

A cacauicultura foi, portanto, motivo de destaque para a cidade de Ilhéus em relação ao Brasil e aos outros países produtores, sua capacidade de geração de riquezas levou à denominação do cacau como “fruto de ouro”, bem como fomentou a entrada de forasteiros de diversas regiões em busca de terras e de dinheiro. Quando a economia local, de caráter primário-exportador, começou a sentir o peso dos desequilíbrios naturais e estruturais seguido da ampliação da concorrência e instabilidades do mercado externo, começou a demonstrar os primeiros sinais de queda, exacerbados com a vassoura-de-bruxa. A sociedade deparou-se, então, com um mercado interno frágil e despreparado. Outras atividades agrícolas receberam maiores níveis de investimento, buscou-se implantar etapas de industrialização de produtos e vislumbraram o turismo como uma atividade capaz de trazer renda sem muitos custos devido à potencialidade da região.

Ilhéus já era visitada em função das belezas naturais e da propaganda literária presente nas obras de Jorge Amado, mas foi a partir de 1989 que os gestores do setor público e privado voltaram suas forças para comercializar os atrativos turísticos da “Terra da Gabriela” (muitos ainda sem formatação). Observa-se, no próprio contexto histórico, falta de profissionalismo, de domínio técnico, de conhecimento da cultura, do espaço e seus limites, desconhecimento das preferências dos turistas, formatação precária dos produtos e pouca consideração por conhecimento, expectativas e participação da comunidade local.

Pensar na promoção harmoniosa do turismo implica a busca do equilíbrio entre a cultura local, o ambiente, a população autóctone, os turistas, o setor governamental, não-governamental e o privado, condição que reflete a complexidade na forma de abordar e promover essa atividade. O turismo praticado na cidade de Ilhéus ainda está em construção, não apenas por não terem sido encontrados os mecanismos adequados para a sua consolidação; mas, por receber, há apenas 17 anos, um tratamento com indícios de profissionalismo.

O desenvolvimento do turismo local não deve ser direcionado apenas para a satisfação dos gostos e das preferências dos turistas, mas, também, contemplar os anseios dos anfitriões, pois estes residem no local, usufruem dele e são grandes responsáveis pela hospitalidade e imagem apreendida pelos turistas. Reduzindo-se as possibilidades de tensão entre moradores e turistas/visitantes, a qualidade do contato intercultural será expandida, gerando um dos estímulos ao retorno.

Para isso, é necessário que as expectativas e percepções da população sejam conhecidas pelos seus gestores. Foi com base nessa premissa, apesar do conhecimento dos limites à integração efetiva entre poder público, privado e comunidade, que a presente pesquisa foi elaborada. Já que essa integração ainda não existe (excetuando-se as reuniões do Conselho de Turismo), os objetivos da presente pesquisa cumprem o papel de dar voz a algumas percepções dos residentes da cidade, a fim de que os gestores locais possam empreender esforços para adequar o planejamento local e as ações estratégicas numa perspectiva de sustentabilidade da dinâmica local, bem como de subsidiar o processo de conscientização e de fomento à participação da comunidade.

Numa visão generalizada, devido à própria imaturidade do turismo promovido em Ilhéus, há muitas ações a serem planejadas e executadas. As ações já executadas ou não surtiram o efeito desejado, ou não tiveram durabilidade,

resultando em poucos impactos negativos. A população está num estágio psicológico de elevada expectativa de movimentação da cidade com a chegada dos turistas, ou seja, são parceiros em potencial, desde que ações estratégicas organizacionais sejam empreendidas em locais adequados e em consonância com os interesses dos diversos atores. Apesar de esperarem o desenvolvimento do turismo em Ilhéus, os resultados da pesquisa demonstraram que os residentes não querem ter sua rotina alterada em função da entrada de um grande número de turistas. É fato que alguns incômodos ocorrerão, podendo ser suavizados antes que aconteçam, através de folhetos ou palestras informativas indicando as possíveis alterações na rotina da cidade, por exemplo.

A população amostrada avaliou o turismo positivamente, apesar de considerar a contribuição do turismo concentrada, superficial, inconstante e não-duradoura. A maior relevância dos benefícios foi dada à geração de renda no município (efeito ligado aos objetivos originais que fomentaram o desenvolvimento da atividade). Ficou evidente, também, a falta de profissionalismo, de investimento do governo municipal em infra-estrutura, serviços públicos, publicidade e marketing, sendo que esses dois últimos também precisam ser melhorados pelo setor privado. Além disso, a população não é mantida informada, os cursos de treinamento são escassos, muitos dos gestores assumem cargos de confiança sem o preparo técnico necessário para execução da função, poucas ações são empreendidas para minimizar o efeito da sazonalidade, dentre outras questões já discutidas no capítulo anterior.

Os resultados demonstraram também que os residentes se identificam com a cultura local, com o patrimônio material e imaterial proveniente da cacauicultura. O tratamento adequado do potencial da cacauicultura pode, por exemplo, propiciar um ganho ampliado para a sociedade, através não só do valor econômico enquanto atividade agrícola, mas também da riqueza do imaginário local e da sustentabilidade ambiental. O cultivo do cacau foi capaz de unir a produção agrícola com a conservação da Mata Atlântica, através da técnica da cabruca, o que permite a prática do turismo rural, sendo possível visualizar e entrar em contato com aspectos ecológicos, históricos e culturais num mesmo espaço, as fazendas de cacau, gerando um diferencial qualitativo para a região. Ressaltam, entretanto, que os produtos são sempre os mesmos, que não são re-trabalhados com criatividade pelos

gestores, tampouco costumam ser adequados à realidade atual, implicando muitas vezes em produtos sem significado e descontextualizados.

Quanto à participação da comunidade, pode-se perceber a falta de diálogo, de conhecimento, de conscientização e de informação do que seja a atividade turística, seus possíveis impactos e conseqüências no espaço e na comunidade. Os moradores, em sua maioria, não reconhecem a sua responsabilidade nem o seu papel político e social diante dos rumos da cidade e das alterações causadas pelo turismo em Ilhéus. É claro que nem todos os indivíduos podem participar de alguma forma do planejamento, da organização e execução das funções ligadas direta ou indiretamente ao turismo, mas desconhecem o poder de cobrança e de ajuda na manutenção do espaço limpo, por exemplo. Muitas das respostas contrárias à participação estão ligadas à revolta em relação à omissão do governo municipal no atendimento de vários serviços públicos. Ademais, foram feitas afirmativas de que “nada vai pra frente”, portanto, não vale a pena se envolver. Isso se deve, muitas vezes, à substituição de grupos políticos no poder e descontinuidade das ações políticas, econômicas e sociais.

A presente pesquisa, que tem uma perspectiva inédita, precisa ser complementada com estudos sobre temas e grupos específicos para que a visão ora apresentada possa ser ampliada e aprofundada. Em função do tempo, do custo e da incapacidade de pesquisar e analisar todas as deficiências ou potencialidades do turismo de Ilhéus, fica a contribuição e a ressalva de que sejam desenvolvidos mais trabalhos junto aos diversos grupos sociais, como forma de dar-lhes não só a devida importância, mas, também, de fomentar a importância da inter-relação entre os diversos atores envolvidos com o turismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. CIDADE: espaço de revelação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea – Milton Santos: obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARIZPE, Lourdes; NALDA, Enrique. Cultura, Patrimônio e Turismo. In: CANCLINI, Néstor García (Org.). **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. São Paulo: Moderna, 2003.

AVENA, Biagio Maurício. **Turismo, educação e acolhimento de qualidade: transformação de *hostis* a *hospes* em Ilhéus, Bahia**. 2002. 367 f. dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETO, Margarita (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. São Paulo: Papirus, 2001.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em Turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papirus, 2000.

BARROS, Francisco Borges. **Memória sobre o Município de Ilhéus**. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana. In: _____. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRANDT, Leonardo. **II Fórum Internacional de Cultura**. Palestra. Representante – Brandt Associados. DVD 04. Salvador – BA, 01 set. 2006.

BURITY, Joanildo. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CAMPOMORI, Mauricio. Uma cidade para o homem de Heisenberg. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANCLINI, Nestor García. Culturas da Ibero-América: é possível um desenvolvimento compartilhado? In: CANCLINI, Néstor García (Org.). **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. São Paulo: Moderna, 2003a.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003b.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

CHEVITARESE, Leandro; MATTOS, Flávia Ferreira de. “PARTICIPAÇÃO”: utopia pós-moderna para o turismo sustentável. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COOPER, Chris. et al. **Turismo: princípios e práticas**. Trad. COSTA, R. C. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA DO CACAU. Disponível em:
<<http://www.costadocacau.com.br/cidades/index.html>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 18. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do Turismo**. Portugal: MacGraw-Hill, 1997.

DEBENEST, Maristela. **II Fórum Internacional de Cultura**. Palestra. Representante do Ministério da Cultura. DVD 01. Salvador – BA, 31 ago. 2006.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DHNET. **O que é cidadania**. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html>. Acesso em 09 jul. 2007.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FALCON, Gustavo. **Os coronéis do cacau**. Salvador: UFBA, 1995.

FARIA FILHO, Antônio Fontes; ARAUJO, Quintino Reis de. **Zoneamento do meio físico do município de Ilhéus, Bahia, Brasil, utilizando a técnica de Geoprocessamento**. 2003. Disponível em:

<<http://www.ceplac.gov.br/Agrotropica/boletim%20tecnico/187.pdf>>. Acesso em: 12 jul.2007.

FERNANDES, Antônio S. A.; BONFIM, Washington L. de Souza. A democratização da gestão municipal no Brasil: a abordagem teórica do objeto. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FISCHER, Tania. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONTES, Maria Josefina Vervloet; BARROCO, Hélio Estrela. Uma Avaliação sobre o turismo de Ilhéus. In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Resumos**. Ilhéus - UESC: Editus, 2003.

FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1/articles/gandin.pdf>. Acesso em 29 ago. 2005.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **CEPLAC de corpo e alma**. Ilhéus: CEPLAC, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HEINE, Maria Luiza. **Jorge Amado e os coronéis do cacau**. Ilhéus: Editus, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPENHAYN, Martín. Educação e cultura na Ibero-América: situação, cruzamentos e perspectivas. In: CANCLINI, Néstor García (Org.). **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. São Paulo: Moderna, 2003.

IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária no Brasil – Estudo de Caso: Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE). In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus: 2003.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **CULTURA**: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEMOS, Adriana dos Santos Reis. **Análise do agenciamento dos roteiros turísticos culturais em Ilhéus – BA**: uma abordagem econômica e sócio-cultural. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

LUBAMBO; Catia W.; COÊLHO, Denílson B. Governo e sociedade civil aprendem: o que revela a experiência recente de participação em Pernambuco. In: LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAGALHÃES, Joana de Andrade Hage Fialho. **Cultura, Turismo e desenvolvimento da cidade de Ilhéus – BA**: uma análise da gestão de Jabes

Ribeiro (1996-2004). 2006. 272 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

MARCIS, Teresinha. **Viagem ao Engenho de Santana**. Ilhéus: Editus, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0787.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2007.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENEZES, Juliana Santos. **Da Literatura ao Turismo: o caso do quarteirão Jorge Amado**. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

MIRA, Elson Cedro. **Fatores impeditivos à formação do cluster turístico-cultural de Ilhéus, Bahia**. 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sérgio E; RODRÍGUEZ, Sérgio A. **Planejamento integrado do Turismo: um enfoque para a América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2001.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

REIS, Alexandre Mendes. Ilhéus, Vítima do Turismo. In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Resumo**. Ilhéus: Editus, 2003.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Família, poder e mito**: o município de São Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e identidade**: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2005.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A Região Cacaueira da Bahia**: uma abordagem fenomenológica. 2006. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

ROSE, Alexandre Turatti de. **Turismo**: planejamento e marketing. São Paulo: Manole, 2002.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de Marketing**: conceitos e metodologia. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 67 p.

SANTOS, Norma Lúcia Vídero Vieira. **Cidadania no discurso da modernidade**: uma interpelação à razão comunicativa. Ilhéus: Editus, 2003.

SCT – SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. Governo do Estado da Bahia. **Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. Salvador: A Secretaria, 2005.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Informações Geográficas**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/sei/resposta.wsp?tmp.cbmm=2913606>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

SEMPRINI, Andréas. Do paradigma político ao paradigma ético. In: _____. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do Programa Sentinela em Ilhéus. In: IV Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR. 27 a 28 de agosto de 2007. **Anais...** São Paulo – Universidade Anhembi Morumbi, 2007.

SOUZA, Celina. Sistema brasileiro de governança local: inovações institucionais e sustentabilidade. In: LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAPIA, Jorge R. B. Políticas públicas, aprendizado social e direitos nas sociedades modernas: breves reflexões. **Teoria e Cultura – Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF**. (Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Centro de Pesquisas Sociais. v.1, n. 1. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

TONELLA, Celene. **Poder local e políticas públicas**: o papel dos conselhos gestores. Maringá: EDUEM, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TYLER, Duncan; GUERRIER, Ivonne; ROBERTSON, Martín. **Gestão de Turismo Municipal**: teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2.ed. São Paulo: Futura, 2001.

VALARELLI, Leandro Lamas. **Indicadores de resultado de projetos sociais**. 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmtes_jul99.cfm>. Acesso em: 24 jul. 2007.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIERTLER, R. B. A idéia de sustentabilidade cultural: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B. et al (org). **Cultura e desenvolvimento**: a sustentabilidade em questão. Maceió: PRODEMA-UFAL, 1999.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus**: da capitania ao fim do século XX. Ilhéus: Editus, 2001.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo**: espaço paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002.

YUDICE, George. A conveniência da cultura. In: **A conveniência da cultura**: os usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

WAMPLER, Brian. Expandindo *accountability* através de instituições participativas? Ativistas e reformistas nas municipalidades brasileiras. In: LUBAMBO, Catia; COÊLHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (Orgs). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Lisboa: Notícias, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. O Demos versus “Nós, o Povo”: das antigas às modernas concepções de cidadania. In: **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ANDRADE, Maria Palma. **Ilhéus: passado e presente**. Ilhéus: Editus, 2003.

ANGELI, Margarita N. Barreto. **Planejamento e organização em Turismo**. Campinas – SP: Papirus, 1991. (Coleção Turismo)

ARROYO, Mônica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaios de Geografia Contemporânea – Milton Santos: obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: USP, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ENDRES, Ana Valéria; NÓBREGA, Zulmira. Turismo Participativo e Comunicação: Contribuições para o Turismo Sustentável de Mataraca. In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus: 2003.

FERNANDES, Edésio. Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FRANÇA, Cássio Luiz de; CALDAS, Eduardo de Lima; VAZ, José Carlos (Orgs.). **Aspectos econômicos e experiências de desenvolvimento local**: um olhar sobre a articulação de atores. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

FREITAS, Antônio Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação. (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 1977.

FREITAS, Rosiane; PINHEIRO, César. Turismo & Planejamento Participativo: reflexões sobre a realidade cearense. In: VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2003, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus: 2003.

GARCEZ, Angelina N. R.; FREITAS, Antonio Guerreiro. **Bahia Cacaueira**: um estudo recente. Salvador: UFBA, 1979.

IBGE – **População em idade ativa**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/xls/trabalho/pia_pea.xls>. Acesso em: 24 abr. 2007.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

LAGE, Beatiz H. Gelas; MILONE, Paulo Cezar (org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MOLINA, Sérgio E. **Turismo**: metodologia e planejamento. São Paulo: EDUSC, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: _____. **Viagem incompleta**: 1500-2000, a experiência brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.

PESSÔA, Mário de Castro. **O coronel dos coronéis**: Antônio Pessoa de Costa e Silva. Ilhéus: Nova Idéia, 2005.

PETROCCHI, Mario. **Turismo**: planejamento e gestão. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.

RANAURO, Marcio Lima. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. 2004. **Caderno Virtual de Turismo**. n. 14. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/ranauro/ranauro.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTANA, Agustín. **Antropología y turismo: ¿nuevas bordas viejas culturas?** Espana: Ariel Antropología, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4 .ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **De leitor a turista na Ilhéus de Jorge Amado**. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. n. 6. Belo Horizonte: ABRALIC, 2002. Disponível em: <<http://www.uesc.br/icer/artigos/deleitoraturista.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2006.

VIEIRA, Jorge Raymundo. **Idéias e idealismos no mundo do cacau**. Ilhéus: Editus, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário aos Residentes da Cidade de Ilhéus – BA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC / MESTRADO EM CULTURA & TURISMO

“POR UMA PERSPECTIVA ENDÓGENA DO TURISMO: avaliação, expectativas, participação e identidade dos residentes da cidade de Ilhéus – BA”

Essa pesquisa tem como finalidade analisar a avaliação, expectativas, participação e identidade dos residentes em relação ao turismo desenvolvido na cidade de Ilhéus – BA. Espera-se, com seus resultados, evidenciar a importância da valorização do local e das peculiaridades da comunidade como meio de desenvolver o turismo de maneira harmoniosa e em benefício da coletividade; e auxiliar o setor público e o privado no desenvolvimento e nas adequações dos produtos turísticos através da ampliação do leque de informações sobre a cidade e seus habitantes. Sua participação e respostas às questões abaixo são essenciais para o desenvolvimento e os resultados dessa pesquisa. É facultativo aos residentes a resposta total ou parcial das questões e lhe é assegurado o anonimato.

I – PERFIL DO RESPONDENTE

01. Lugar de nascimento:

Ilhéus/BA

Outra cidade/estado: _____

Há quantos anos mora em Ilhéus? _____

02. Sexo:

Feminino

Masculino

03. Idade: _____

04. Zona/Bairro onde reside:

Zona Sul Qual? _____

Centro Qual? _____

Zona Norte Qual? _____

Distrito Qual? _____

05. Estado civil:

Solteiro (a)

Casado (a)

Divorciado(a)/Desquitado (a)

Viúvo (a)

Outro

06. Grau de escolaridade:

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Médio Completo

Especialização

Ensino Fundamental Completo

Superior Incompleto

Mestrado/Doutorado

Ensino Médio Incompleto

Superior Completo

Nenhum (a)

07. Ocupação:

Estudante

Empresário

Aposentado

Funcionário público

Autônomo

Desempregado

Funcionário do setor privado

Outro. Especifique: _____

08. Nível de renda (R\$):

Até 380,00

De 1.901,00 a 3.800,00

De 5.701,00 a 7.600,00

De 381,00 a 1.900,00

De 3.801,00 a 5.700,00

Mais de 7.600,00

09. O turismo gera benefícios para a cidade? Em caso positivo, cite três.

- () Sim a) _____
 b) _____
 c) _____
 () Não

10. O turismo gera problemas para a cidade? Em caso positivo, cite três.

- () Sim a) _____
 b) _____
 c) _____
 () Não

11. Como avalia o nível de contribuição do turismo para a cidade de Ilhéus?

- () Excelente () Regular () Não contribui
 () Bom () Ruim () Prejudica

12. A ocupação/profissão que você exerce tem alguma relação com o turismo?

- () Totalmente () Parcialmente () Nenhuma

13. Sua renda depende do turismo?

- () Sim Até 25 % ()
 Entre 25% e 50 % ()
 Mais de 50% ()
 () Não

14. A atividade turística melhorou sua qualidade de vida?

- () Muito () Em parte () Não houve melhoria
 Por quê? _____

15. Sua rotina diária sofreu alguma alteração com o turismo?

- () Muito () Pouco () Não houve alteração
 Por quê? _____

16. Você frequenta hotéis, restaurantes ou locais turísticos de sua cidade?

- () Sempre que possível () Às vezes
 () Raramente () Nunca frequentei
 Por quê? _____

17. Como é a convivência com os turistas?

- () Harmoniosa () Conflituosa () Indiferente

18. A convivência com os turistas influencia no seu modo de vida?

- () Muito () Pouco () Não influencia
 De que forma? _____

19. Você gostaria de interagir mais com os turistas?

- () Interação elevada () Interação regular
 () Interação moderada () Nenhuma interação
 Por quê? _____

20. Você está satisfeito com o turismo que vem sendo desenvolvido na cidade?

- () Completamente () Pouco
 () Bastante () Insatisfeito

21. Tem alguma sugestão para a melhoria do turismo na cidade? Em caso positivo, cite duas.

- () Sim () Não
 Quais? _____

32. Você gostaria de se engajar mais no desenvolvimento do turismo em Ilhéus?

Sim Não

Como? _____

33. Cite três fatores que limitam a sua participação no desenvolvimento do turismo em Ilhéus.

a) _____

b) _____

c) _____

34. Você acha que a população também é responsável pelo desenvolvimento do turismo e suas conseqüências na cidade de Ilhéus?

Muito Pouco Não é responsável

Por quê? _____
